

UTFPR

*Uma história
de 100 anos*



Demeterco

Editora
UTFPR





UTFPR
*uma história
de 100 anos*

Praça Carlos Gomes no início do século XX tendo, ao fundo, a fachada da EAAPR

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República do Brasil

Fernando Haddad
Ministro da Educação

Carlos Eduardo Cantarelli
Reitor da UTFPR
Paulo Osmar Dias Barbosa
Vice-Reitor da UTFPR

DIRETORIA DE GESTÃO DA COMUNICAÇÃO

Noemi Henriqueta Brandão de Perdigão
Diretora de Gestão da Comunicação Institucional

Vanessa Constance Ambrosio
Chefe do Departamento de Comunicação e Marketing

Selma Suely Teixeira
Chefe do Departamento de Documentação Histórica

Adriano Lopes
Coordenador-Geral da Editora UTFPR

DIRETORES DOS CAMPI DA UTFPR

Aloysio Gomes de Souza Filho
Diretor do Campus Apucarana

Narci Nogueira da Silva
Diretor do Campus Campo Mourão

Devanil Antonio Francisco
Diretor do Campus Cornélio Procopio

Marcos Flávio de Oliveira Schiefler Filho
Diretor do Campus Curitiba

Sérgio Miguel Mazaro
Diretor do Campus Dois Vizinhos

Paulo Apelles Camboim de Oliveira
Diretor do Campus Francisco Beltrão

Marcos Massaki Imamura
Diretor do Campus Londrina

Antonio Luiz Baú
Diretor do Campus Medianeira

Tangriani Simioni Assmann
Diretora do Campus Pato Branco

Luiz Alberto Pilatti
Diretor do Campus Ponta Grossa

Carlos Roberto Juchen
Diretor do Campus Toledo



UTFPR

uma história de 100 anos



Curitiba
2010

*foto do verso:
fotomontagem da fachada da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná e da fachada do Campus Ecoville da Universidade Tecnológica Federal do Paraná em Curitiba*

© Editora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná
1ª Edição, 2010

CRÉDITOS

Coordenação editorial
Noemi Henriqueta Brandão de Perdigão
Paulo Juarez Rueda Strongeski

Pesquisa histórica
Gilson Leandro Queluz
Lauro Gurski Jr
Mário Lopes Amorim
Selma Suely Teixeira
Yasuhiko Shimizu

Pesquisa iconográfica
Selma Suely Teixeira

Organização do texto
José Carlos Corrêa Leite

Revisão geral
Noemi Henriqueta Brandão de Perdigão
Paulo Juarez Rueda Strongeski
Selma Suely Teixeira

Projeto gráfico e editoração
Vanessa Constance Ambrosio

Capa
Fachada da sede da UTFPR, no traço de José Demeterco

Ilustrações
Acervos do Departamento de Documentação Histórica
Departamento de Comunicação e Marketing / Assessorias de
Comunicação dos Campi da UTFPR

Impressão
Premier Gráfica e Editora Ltda.
São José - SC - (48) 3240-6664

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

U89 UTFPR : uma história de 100 anos / José Carlos Corrêa Leite [org].— 1. ed.
Curitiba : Ed. UTFPR, 2010.
170 p. : il. ; 24 cm

ISBN: 978-85-7014-062-3

1. Universidade Tecnológica Federal do Paraná – História. 2. Universidades e
faculdades – Paraná – História. I. Leite, José Carlos Corrêa, org. II. Título.

CDD (22. ed.) 378.8162

Bibliotecário: Adriano Lopes CRB 9/1429

Depósito Legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Editora da UTFPR
Av. Sete de Setembro, 3165
Rebouças
Curitiba – PR 80230-901
www.utfpr.edu.br

Foto do verso:
Alunos em formação frente à fachada interna da EAAPR

Sumário

Apresentações.....07

Capítulo 1
Um século de educação e história11

Capítulo 2
Universidade Tecnológica Federal do Paraná129

Capítulo 3
A universidade multiplicada137

Capítulo 4
Um século celebrado151

Capítulo 5
Centenário lembrado nos Campi157



Brasília, agosto de 2009.

Estão de parabéns a direção, os professores, o corpo técnico-administrativo e os alunos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná pelo transcurso dos 100 anos de existência desta importante instituição. Em meu nome e no do nosso governo, recebam calorosas felicitações.

Desde os tempos pioneiros da Escola de Aprendizes Artífices, no longínquo ano de 1909, até os dias atuais, foram várias denominações, transformações e muita luta e perseverança até chegarmos à UTFPR.

Quando recebemos o comando da administração federal, em 2003, encontramos o ensino técnico e profissionalizante federal relegado a lamentável segundo plano, justamente no Brasil, que cada vez mais necessita desenvolver a própria tecnologia. Vimos claramente que nosso país, por precisar atender à crescente demanda por mão-de obra especializada, tinha de caminhar justa e urgentemente no sentido contrário.

Assim, iniciamos, logo no início de nosso primeiro mandato, a recuperação e a ampliação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Mercê do vigoroso engajamento do pessoal que batalha no ministério da Educação, a realidade mudou completamente.

Hoje, a rede cobre todos os estados brasileiros e oferece cursos técnicos e superiores de tecnologia, licenciaturas, mestrado e doutorado.

As escolas que compõem a rede federal são referência nesta modalidade de ensino, fato comprovado por seus alunos sempre ocuparem as primeiras colocações em avaliações nacionais. Ficamos muito felizes por ver que a rede está vivenciando a maior expansão de sua história.

Para isso, o MEC está investindo mais de um bilhão de reais na educação profissional, e muitas unidades educacionais estão sendo implantadas.

Parabéns, pois, a todos os que, mediante sua labuta no dia-a-dia, fazem a grandeza da gloriosa Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Nossa homenagem também aos que, no passado, contribuíram com seu esforço para que o centenário fosse realidade.

Vida longa e contínuo progresso para a UTFPR!

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República Federativa do Brasil



Na data de 23 de setembro de 2009, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná comemorou o centenário de criação das escolas destinadas à formação profissional no nosso País, por iniciativa do presidente Nilo Peçanha.

Contar a história desta Instituição é realizar uma memorável viagem ao passado e descobrir que, em 16 de janeiro de 1910, era instalada, na Praça Carlos Gomes, a primeira Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, cuja vocação era acolher e ensinar ofícios a cerca de 45 meninos “desprovidos da sorte”, como relatam os documentos da época.

Em dez décadas, esta Escola recebeu outras denominações, mudou de endereço, desenvolveu-se, ampliando e expandindo sua atuação para o interior do Estado do Paraná. Ao longo desta trajetória, criou sua identidade e firmou-se como a maior Instituição de formação profissional deste País, com o ensino público de reconhecida qualidade.

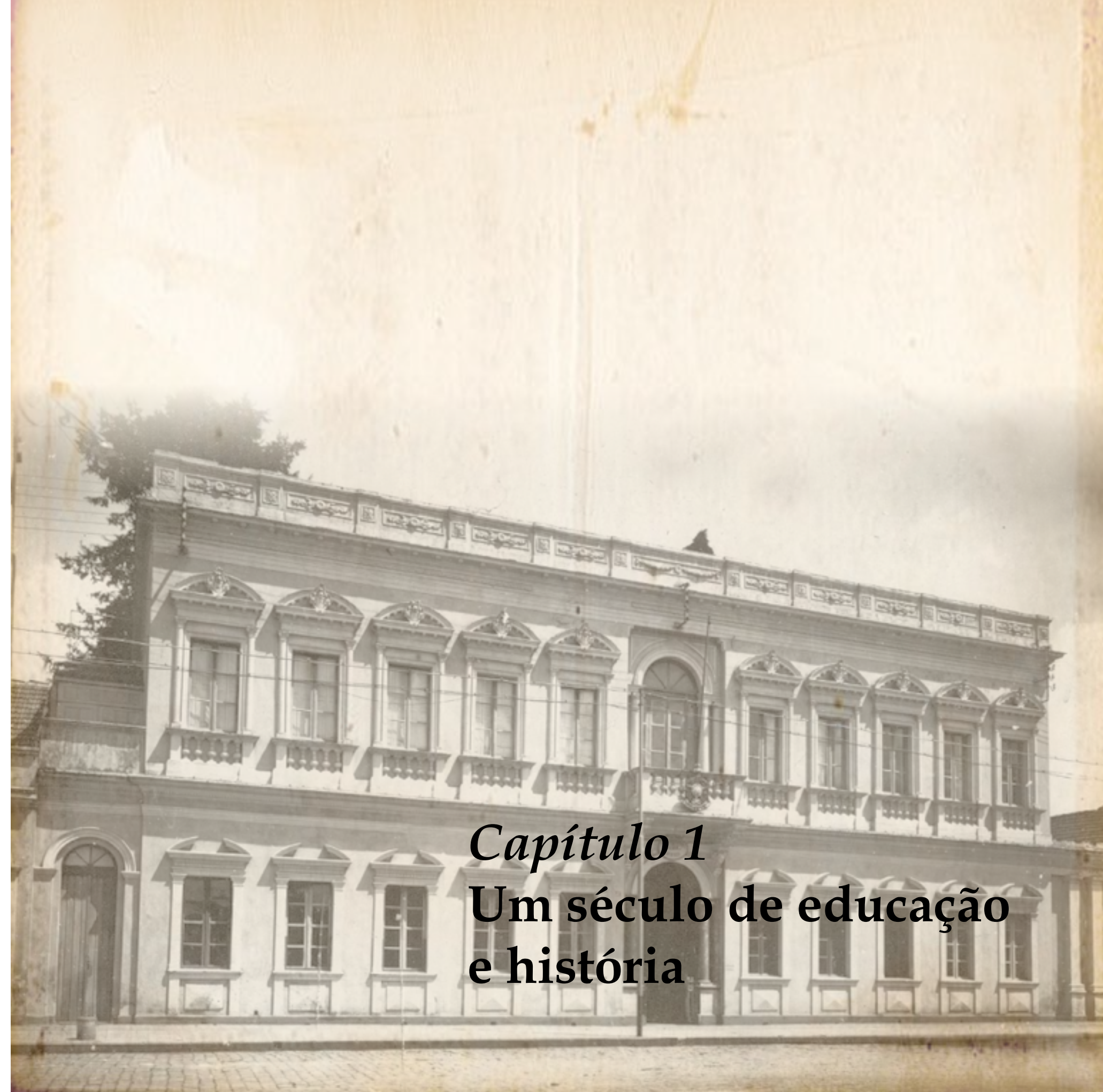
Este legado não é obra do acaso. Ele é fruto de árduo e compromissado trabalho dos nossos técnicos-administrativos, da dedicação e vocação do ensinar dos nossos mestres e do entusiasmo e fascínio do aprender dos nossos estudantes.

Este livro foi um trabalho empreendido pela Diretoria de Gestão da Comunicação, através de seus setores: Departamento de Documentação Histórica, Departamento de Comunicação e Marketing e Editora da UTFPR, com o apoio da Comissão do Centenário. Para a produção do texto do livro, contou-se com as inestimáveis pesquisas de Gilson Leandro Queluz, Lauro Gursky Jr., Mário Lopes Amorim, Selma Suely Teixeira e Yasuhiko Shimizu, todos docentes ou ex-docentes da UTFPR.

O tempo, a energia e a dedicação despendidos na construção deste material produziram uma obra de inestimável valor, que nos permite, hoje, visitar, conhecer e admirar recortes da história institucional e da vida de algumas das milhares de pessoas que por aqui passaram, concretizaram os seus sonhos e tornaram-se admiradores desta Instituição.

Segue o tempo, a vida continua e esta Universidade, outrora denominada de “casa dos pequenos operários” permanecerá no seu caminho de prover a formação técnica, científica e cultural dos nossos jovens, pautada na ética, no humanismo e no compromisso com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária.

CARLOS EDUARDO CANTARELLI
Reitor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná



Capítulo 1
**Um século de educação
e história**

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná, que completou o primeiro centenário em setembro de 2009, tem suas raízes fincadas num momento de grande importância para a educação profissionalizante no Brasil, ocorrida no início dos Novecentos.

A decisão do governo federal em promover o ensino profissionalizante no país não foi apenas mais um ato administrativo, constituindo-se no acontecimento mais importante da Primeira República, neste campo específico, segundo afirmam especialistas da área.

Os primeiros anos do século XX foram marcados pela sede de pujança e modernidade que varreu as nações de todo o mundo. No Brasil não foi diferente, sendo que as classes dominantes almejavam participar desse contexto.

O problema era de tal vulto que motivou em 1906 a realização, no Rio de Janeiro, do Congresso de Instrução, evento cujo objetivo era discutir, avaliar e encontrar saída para o entrave que atingia as empresas. Lideranças do comércio, indústria e agricultura fizeram-se presentes ao encontro que ocorreu no mesmo ano em que Afonso Pena tomou posse como presidente da República, sucedendo ao governo de Rodrigues Alves, e tendo por Vice-Presidente Nilo Peçanha.

Ao final do Congresso de Instrução foi elaborada uma carta que sugeria a criação de escolas de aprendizes artífices em todo o país. De acordo com ela as escolas de aprendizes artífices absorveriam a grande quantidade de meninos e adolescentes vindos das faixas mais humildes da sociedade, que não trabalhavam e, como era natural, tampouco se dedicavam aos estudos. Era um contingente expressivo de jovens que, por advirem da marginalidade social, facilmente poderiam tomar o caminho da delinquência.

Esta seria uma oportunidade de ouro – a possibilidade de se aprender uma profissão, acrescida pela oportunidade de em-

prego garantido, pois as fábricas automaticamente absorveriam a mão de obra decorrente do ensino.

O documento extraído do encontro foi levado ao Congresso Nacional, com a proposta da criação de um anteprojeto de lei para firmarem-se acordos entre o governo federal e os governos estaduais, ficando estes responsáveis por um terço das despesas de manutenção das escolas. O restante dos investimentos seria arcado pelos cofres federais.

Ao tomar conhecimento da matéria, o Presidente Afonso Pena teceu elogios à iniciativa, no entanto o entusiasmo demonstrado não foi além de mero discurso. Três anos depois as propostas ainda permaneciam no papel.

Vítima de pneumonia, Afonso Pena faleceu em meados de 1909, sucedendo-lhe no cargo o Vice, Nilo Peçanha. Se o primeiro deixou o processo paralisado pelo período de três anos, Nilo Peçanha efetivou-o três meses após assumir o posto.

Com a assinatura do Decreto Federal nº 7566/09, de 23 de setembro de 1909, estabeleceu-se a criação de escolas de aprendizes artífices em todos os estados da Federação. Do texto original foram suprimidas algumas medidas, reduzindo em parte a amplitude das ações, mas nada que viesse a prejudicar a essência da proposta.

O Rio Grande do Sul que já atuava com trabalho educacional semelhante, através do Instituto Técnico Profissional da Escola de Engenharia de Porto Alegre, e o Rio de Janeiro, com o Instituto Profissional Masculino, foram os únicos a se manterem independentes da deliberação.

O princípio de fomentar mão-de-obra à indústria estava intimamente ligado à evidente questão social, sendo que as escolas abririam suas portas para as crianças advindas das classes sociais mais necessitadas.

Foto do verso:
Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, localizada na Praça Carlos Gomes, em 1910

Alunos da EAAPR posam no pátio interno da Escola

As determinações do decreto eram claras: a preferência do ensino profissionalizante voltava-se aos meninos “desfavorecidos da fortuna”, com idades variando dos 10 aos 13 anos. A condição de pobreza deveria ser atestada por pessoas idôneas.

Apesar do cenário de dinamismo industrial, conforme os argumentos defendidos para a criação das escolas profissionalizantes, o Brasil dos idos de 1900 não era certamente uma nação que, de Norte a Sul, fervilhasse em expansão. A concentração urbana, cuja economia tinha parte significativa nas fábricas, estava localizada no Rio de Janeiro e São Paulo.

Nas demais capitais a realidade era outra, variando suas características conforme a região. Esses estabelecimentos de ensino acabaram se moldando de acordo com as necessidades e costumes locais.

A partir de janeiro de 1910 começaram a surgir as primeiras unidades, cumprindo com a determinação do decreto presidencial, cuja organização estava sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

DECRETO N. 7.566 - DE 23 DE SETEMBRO DE 1909

Crêa nas capitales dos Estados da Republica Escolas de Aprendizizes Artifices, para o ensino profissional primario e gratuito.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em execução da lei n. 1.606, de 29 de dezembro de 1906:

Considerando :

que o augmento constante da população das cidades exige que se facilite ás classes proletarias os meios de vencer as difficuldades sempre crescentes da lucta pela existencia;

que para isso se torna necessario, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensavel preparo tecnico e intellectual, como fazel-os adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime;

que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar cidadãos uteis á Nação:

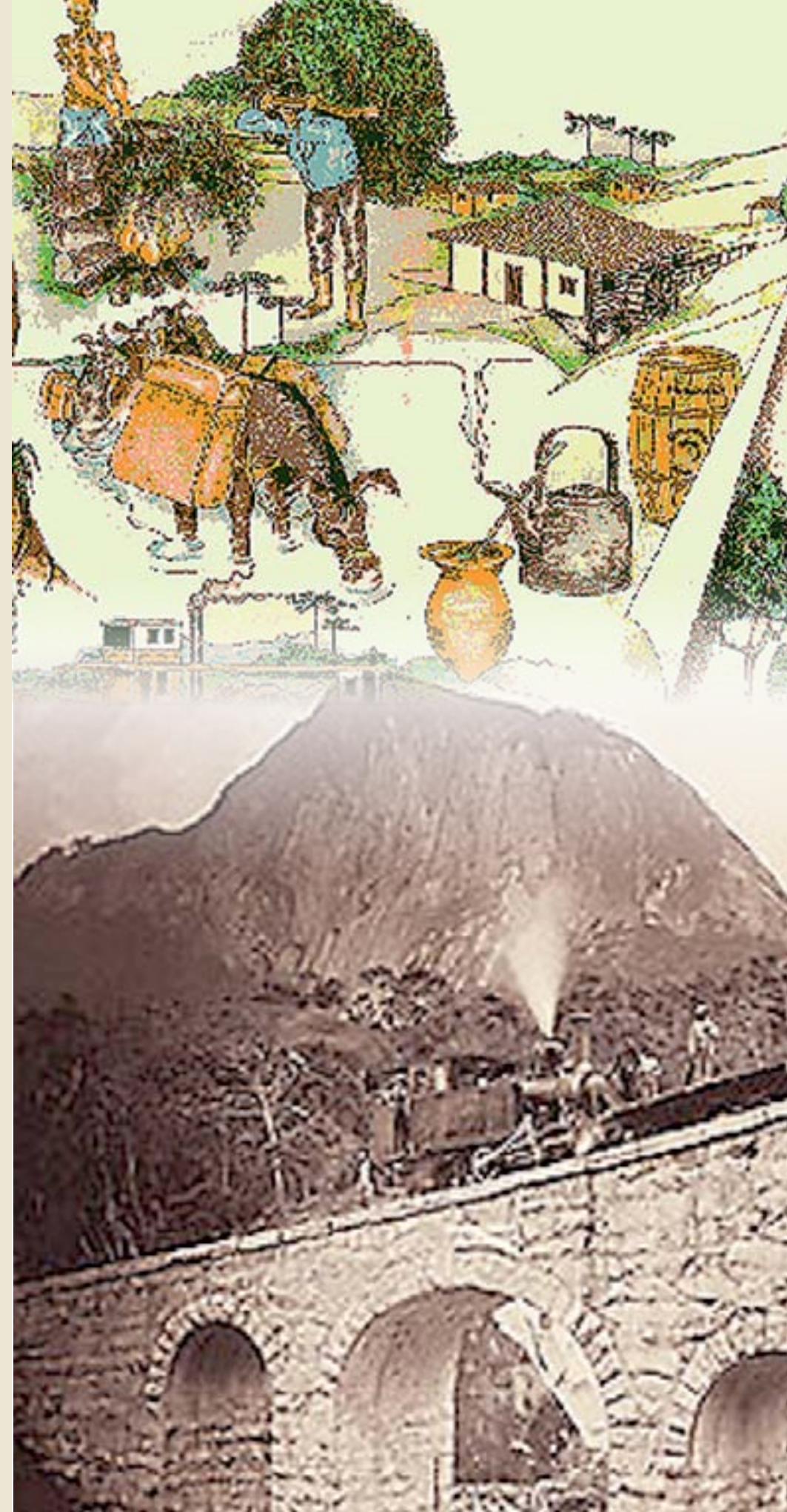
Decreta:

Art. 1º Em cada uma das capitales dos Estados da Republica o Governo Federal manterá, por intermedio do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, uma Escola de Aprendizizes Artifices, destinada ao ensino profissional primario gratuito. (...)

O ensino profissional situava-se como instrumento elaborador do progresso nacional, pois essa modalidade encaixava-se à necessidade do apoio ao desenvolvimento da industrialização.

Aspirava-se com essa atividade não só à formação do futuro operariado nacional, que iria suprir a demanda por mão-de-obra nas indústrias, como também estaria criando estofo para o homem brasileiro que mais tarde seriam responsáveis chefes de família, trabalhadores, ciosos de seus deveres, pacíficos.

Nilo Peçanha e fragmento do Decreto de 23 de setembro de 1909 que criou as Escolas de Aprendizizes Artífices no Brasil



Por essa época, o Paraná se transformava em palco de um processo de intensa urbanização movido pela economia do mate e pelo incentivo dado à imigração visando à ocupação do solo, processo que começara a partir do ano de 1870. Somando-se a esses fatores, houve ainda a construção da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, em 1885.

Levas de imigrantes dirigiram-se para Curitiba em busca de dias melhores. Foi tão intenso o movimento migratório que no período de 20 anos – de 1890 a 1910 – a população da cidade saltou de 24.453 habitantes para 60.800.

Com o aumento de moradores também os problemas de infraestrutura do município se multiplicaram e nessa espiral envolveram-se as questões sociais e consequências previsíveis, delas decorrentes.

A cidade passou a enfrentar um inchaço populacional, os operários vindos de todas as partes do interior do estado não conseguiam trabalho, elevou-se o número de desempregados. Aos poucos as áreas insalubres foram sendo ocupadas pelos novos moradores; as doenças disseminavam-se.

Nesse contexto as proles proliferavam. Crianças e jovens circulavam sem destino pelas ruas, algumas vezes cometendo pequenos delitos. Os problemas sociais enfrentados por Curitiba eram os mesmos de outras capitais. O ato do governo na criação de escolas profissionalizantes voltadas a essa faixa da sociedade representava uma tentativa para sanar, ou amenizar, o problema.

Não é de estranhar, portanto, o interesse com que a sociedade paranaense acompanhou o processo da chegada da Escola de Aprendizizes Artífices do Paraná. Seria esta uma medida saneadora, uma saída redentora para uma situação cada vez mais e mais perigosa.

Ciclo da erva-mate, antiga estrada de ferro Curitiba-Paranaguá e logomarca da Rede Viação Paraná-Santa Catarina

Em Curitiba, a Escola de Aprendizes Artífices do Paraná foi inaugurada no dia 16 de janeiro, ocupando um imóvel na Praça Carlos Gomes que, desde 1894, servira ao Conservatório de Belas Artes, fundado por Paulo Ildefonso d'Assumpção. Paulo Ildefonso, nomeado Diretor do novo estabelecimento, era nome de destaque na sociedade curitibana.

Nascido em 23 de janeiro de 1868, iniciara sua formação artística na Escola de Artes Industriais do Paraná, dirigida por Mariano Lima, em 1886. Ao se transferir para o Rio de Janeiro, meses depois, estudou por um ano na Escola Politécnica, mas sua tendência eram as artes.

Bolsista do governo paranaense ingressou na Escola Imperial de Belas Artes. Teve como professor Rodolfo Bernadelli e, entre colegas de classe, Eliseu Visconti. Diplomado em Escultura e História da Arte, retornou a Curitiba e passou a dedicar-se não só às artes, mas também a outras atividades dentro do campo do ensino.

Ministrou aulas de geografia, desenho, geometria, trigonometria aos alunos do Ginásio Paranaense e Escola Normal. Circulou como funcionário em órgãos diversos do setor público: foi indicado a Comissário de Polícia, em 1900; foi Chefe de Gabinete do Presidente do Estado, Vicente Machado, em 1904; Chefe do Gabinete do secretário do Interior, Luís Xavier, em 1908, e diretor da Repartição de Estatística e do Arquivo Público, em 1909.

Nesse ano de 1909, porém, sua vida direcionou-se para a Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, ainda em fase de gestação. A vivência profissional e o bom trânsito político, aliados à sua natural tendência à Educação, faziam-no talhado para assumir a direção do estabelecimento.



UTFP: uma história de 100 anos

E mais: seu irmão Pamphilo d'Assumpção era presidente da Associação Comercial e Industrial do Paraná, detalhe determinante para que tivesse total apoio dos principais setores políticos e econômicos do estado. Havia, mesmo, uma proximidade da escola que estava surgindo, com o a área empresarial, já que os interesses eram convergentes.

No posto de Diretor da Escola de Aprendizes, Paulo Ildefonso permaneceria até o fim de sua vida.



Paulo Ildefonso d'Assumpção no pátio interno da EAAPR, convite da instalação da Escola de Aprendizes Artífices e ofício informando sobre sua nomeação como diretor da Escola

Os cursos inicialmente oferecidos pela Escola foram os de alfaiataria, marcenaria e sapataria. No transcorrer do ano organizaram-se duas novas oficinas: de serralheiro mecânico e seileiro tapeceiro.

As aulas eram ministradas de segunda-feira a sábado, das 9 às 16 horas, divididas entre instrução primária pela manhã e oficinas à tarde. Matrículas foram aceitas praticamente durante todo o ano letivo – quando da abertura de suas portas a Escola contava com 45 alunos e encerrou 1910 com um total de 219.

Tendo sido professor de desenho no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, de escultura na Escola de Artes e Indústrias do Paraná, além de criar o Conservatório de Belas Artes, o obstinado Paulo Ildefonso d'Assumpção incluiu na grade escolar os cursos de desenho ornamental e escultura artística, arcando com a responsabilidade e o ônus financeiro da decisão.

Ele acreditava que trabalhando as peças com maior esmero, não somente produzindo-as segundo as técnicas, mas adicionando elemento estético, faria com que os utensílios tivessem mais valor de mercado. Ao repassar aos operários-artesões esse conhecimento – ou essa cultura – estaria formando profissionais um grau além de meros dependentes das máquinas.

Dez meses após o início das atividades escolares, realizou-se a “1ª Exposição de Artefatos da Escola Federal de Aprendizes Artífices do Estado do Paraná”, com abertura na noite de 19 de novembro de 1910.

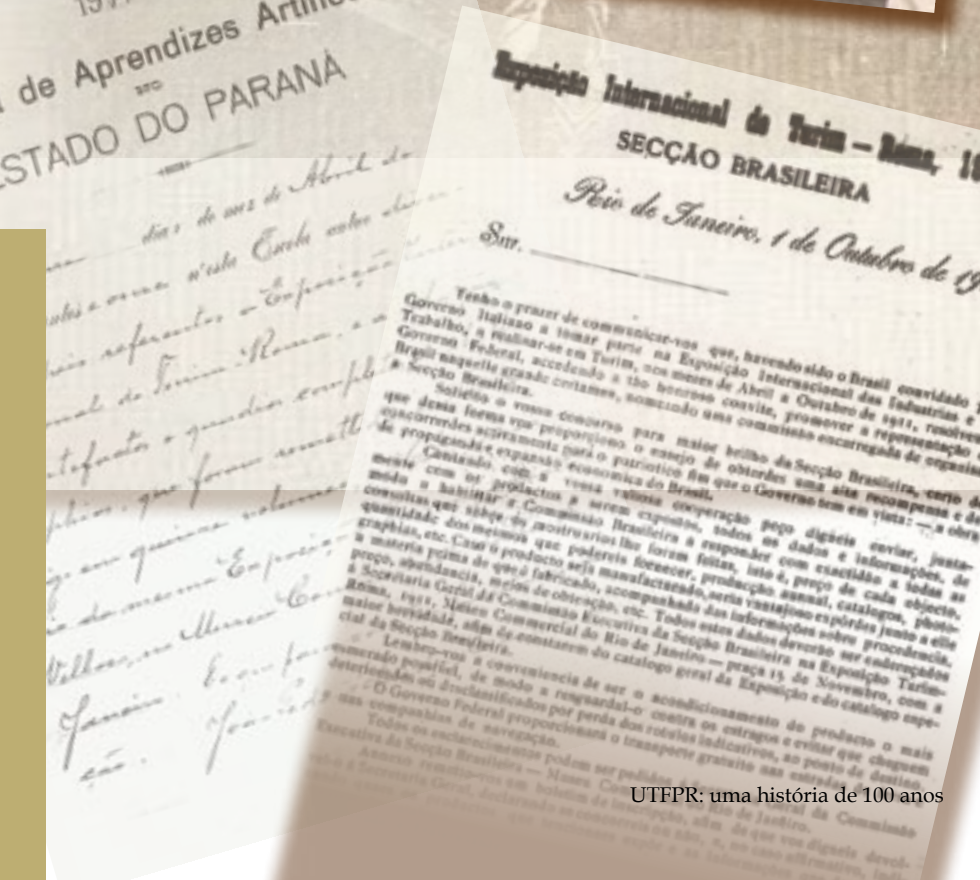
O evento inaugurava a série de exposições anuais obrigatórias, como estabelecera o governo federal na criação das escolas. Ao final do ano letivo, a instituição mostrava à comunidade parte daquilo que fora produzido nas oficinas. Havia premiação aos alunos que melhor se destacassem.

Prestigiando o acontecimento, compareceram algumas das mais notórias personalidades locais. Cônsules, juízes, autoridades militares, políticos estaduais e federais, empresários do comércio e da indústria estiveram presentes.

A EAAPR na Exposição de Turim

Em 1911, um ano após o início de suas atividades, a Escola de Aprendizes Artífices do Paraná foi a primeira colocada entre as demais escolas do Brasil que participaram da Exposição Internacional de Turim, promovida pelo governo italiano em comemoração ao 50º aniversário da proclamação do Reino da Itália. Conquistou seis medalhas: duas de ouro, uma de prata e três de bronze. Muitos dos 242 objetos enviados para a Itália foram extraviados, outra parte o governo alienou por baixo preço, alegando falta de verbas para o transporte a Curitiba. O diretor da Escola, Paulo Ildefonso d'Assumpção, protestou contra esses acontecimentos em ofício endereçado à Comissão organizadora.

Objetos produzidos pelos alunos da EAAPR, ofício de Paulo Ildefonso enviando os artefatos feitos pelos alunos da EAAPR para a Exposição de Turim e Regulamento da Secção Brasileira da Exposição Internacional de Turim



UTFP: uma história de 100 anos

O método intuitivo de Paulo Ildefonso

O método intuitivo adotado na Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, que mais tarde seria repassado às demais instituições, consistia no ensino intuitivo, racional e analítico de acordo com cada matéria, cabendo ao professor transmitir aos alunos a experiência e observação com linguagem clara, sem os rebuscamentos constantes nos livros didáticos. O diretor Paulo Ildefonso comentou sobre esse processo: “Os alunos que se habituem a escrever desde o primeiro dia do curso, recolhem as lições de todas as matérias ensinadas, e as regras simples e os exercícios racionais vão lhes criando a liberdade de pensar, sem a restrição imposta pelas palavras decoradas de cada autor”.

O cuidado na confecção dos artefatos, como queria d’Assumpção, começava a surgir aos olhos dos curitibanos. Foram colocados à mostra 1106 trabalhos, sendo muitos deles adquiridos pelos visitantes. Mais de 8 mil pessoas deslocaram-se até a escola para conferir as obras. O senador Generoso Marques remeteu telegrama para o diretor do estabelecimento: “Parabéns brilhante triunfo, atestado eloqüente exposição produtos vossa escola que ocupa vanguarda, bela instituição”.

Em 1911 a Escola de Aprendizes Artífices do Estado do Paraná enviou para o Museu Comercial do Rio de Janeiro diversas peças confeccionadas pelos alunos, para dali seguirem à Itália, onde participariam da Exposição Internacional de Turim. O acontecimento de grande vulto ocupou os meses de abril a outubro daquele ano, em um pavilhão erguido às margens do Rio Pó.

Uma surpresa das mais gratas, e com certeza inesperada, foi a conquista de seis medalhas no evento: duas de ouro, uma de prata e três de bronze.

A imprensa paranaense alardeou o feito, a exemplo do jornal Diário da Tarde, de 22 de janeiro de 1912:

A Escola de Aprendizes Artífices do Paraná foi classificada em 1º lugar na recente Exposição Internacional de Turim-Roma, comparada às demais escolas do Brasil. Tanto no valor dos prêmios como no número de recompensas recebidas conquistou essa primazia, sendo que os artefatos expostos figuravam confundidos com os das várias indústrias do país.

O enaltecimento sobre a qualidade das peças apresentadas nessa exposição, de certo modo refletiu o olhar pedagógico de Paulo Ildefonso, que implantou na escola, em Curitiba, a concepção de ensino baseada no método intuitivo, em voga na época. Esse método consistia na valorização da aprendizagem do ofício tendo como premissa o capricho na execução de cada peça, sem ter como parâmetro a quantidade do que era produzido.

Para D’Assumpção, o ideal estava em formar artesãos operários que futuramente seriam reconhecidos por sua capacitação profissional. A conclusão do curso, depois de quatro anos de estudos, propiciaria ao aluno tornar-se um profissional plenamente capacitado em seu ofício.

Em razão desse conceito é que ele era contrário à industrialização das oficinas. Estas faziam dos estudantes algo semelhante ou próximo aos instrumentos que manuseavam – apenas reproduziam mecanicamente, dando forma ao material trabalhado, sem transformá-lo numa peça que agregasse em si um conjunto de valores como a qualidade e o acabamento.

Possivelmente, como educador, D’Assumpção trazia, embutidos no olhar, o conceito e a visão de artista e intelectual que ele realmente era.

No entanto, na prática, não havia a mesma correspondência como se esperava dessas aspirações. A realidade mantinha seu ritmo – e este seguia por caminhos (ou atalhos) que divergiam dos idealizados pelo método intuitivo. Assim, o curso que deveria ser concluído em quatro anos, soava como uma quimera – a maioria abandonava a escola na metade do tempo.

Essa prática existia porque aqueles jovens que se esmeravam no aprendizado eram atraídos para o trabalho nas indústrias e comércio locais. Abandonavam os estudos e passavam à prática, recebendo salário, apesar de, quase sempre, serem ínfimos. Mas era uma forma de ganho, argumentavam.

O fenômeno da evasão das escolas de artífices se dava de modo geral, não era um fenômeno localizado nesta ou naquela capital. Obviamente o mesmo ocorria em Curitiba.

Os jovens chegavam às empresas, guiados pelos pais ou responsáveis, ou então, atraídos pelas remunerações acenadas pelos contratantes.

Apesar do baixo salário, ainda assim a quantia oferecida era um chamariz por ser superior aos valores que a escola lhes repas-



Alunos da EAAPR em oficina de sapataria



sava mensalmente em forma de gratificação pelos artigos mercantilizáveis que produziam nas oficinas.

Paulo Ildefonso lamentava tal procedimento dos estudantes e, especialmente, dos pais ou responsáveis “ávidos de ganhos”. Enfim, o caminho estava aberto e não havia o mínimo vislumbre de retrocesso.

Sobre o trabalho e a interrupção dos estudos, argumentou o diretor:

“Poderia levantar uma estatística, a mais animadora possível relacionando os aprendizes e salários que os mesmos já percebem, após um tirocínio escolar de pouco mais de dois anos, se não prevalecesse sobre o ânimo do Diretor desta Escola, o pesar de ver esses discípulos longe do estabelecimento antes de completarem o curso regular”.

Essa era apenas uma das dificuldades apresentadas na Escola. Ainda sob o conceito da educação intuitiva, esperava-se uma nova postura, mais moderna, da educação. Não era o que muitas vezes acontecia entre as quatro paredes das oficinas da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná. A aplicação da palmatória e agressões físicas era comum e aterrorizavam os meninos que ali estavam para aprender. Esse era o método de disciplina.

A violência era condenada pelo regulamento da Instituição, mas a proibição só existia no papel. Percebe-se que o comportamento opressor do adulto sobre a criança fizera uma ponte que vinha das fábricas para dentro da escola.

No ambiente de trabalho eram corriqueiros os maus-tratos

aos pequenos operários, cujos agressores eram os patrões, mestres, contramestres. Assim como na escola, também ali a justificativa era que, somente dessa forma, seria possível mantê-los na linha.

Na Escola de Aprendizes Artífices, a violência física por parte dos professores incluiu-se entre as razões que levaram muitos alunos a desistirem de estudar.

Havia outros fatores a serem considerados, advindos da pobreza em que viviam essas crianças. As doenças os atingiam com maior intensidade, sendo que houve interrupção das aulas em 1910 quando ocorreram epidemias de varicela e escarlatina.

Sem vestimentas adequadas mesmo nos dias quentes, a falta de agasalhos durante o inverno era motivo de sensível queda no comparecimento às aulas. A falta de transportes era mais um elemento contrário, pois boa parte dos alunos morava na periferia, a quilômetros do centro, e atravessava lugares não urbanizados. Com as chuvas tornava-se ainda mais difícil vencer as longas distâncias. E, ainda, tinha a questão da subnutrição, da falta de dinheiro para se alimentar.

Para o Diretor Paulo Ildefonso, no entanto, o problema mais grave, o mais nocivo para afastar os garotos de sua formação escolar, dividia-se em dois fatores: a falta de vigilância dos pais e da polícia sobre o menor, dando-lhe condições de perambular pelas ruas, gazeando as aulas, e a pressão do mercado exercida sobre ele, que representava mão-de-obra a custo reduzido.

Uma carta escrita em 1911 por Paulo Ildefonso, endereçada ao presidente da Associação Comercial do Paraná, registrava o desgosto pelo papel desempenhado pela classe empresarial.

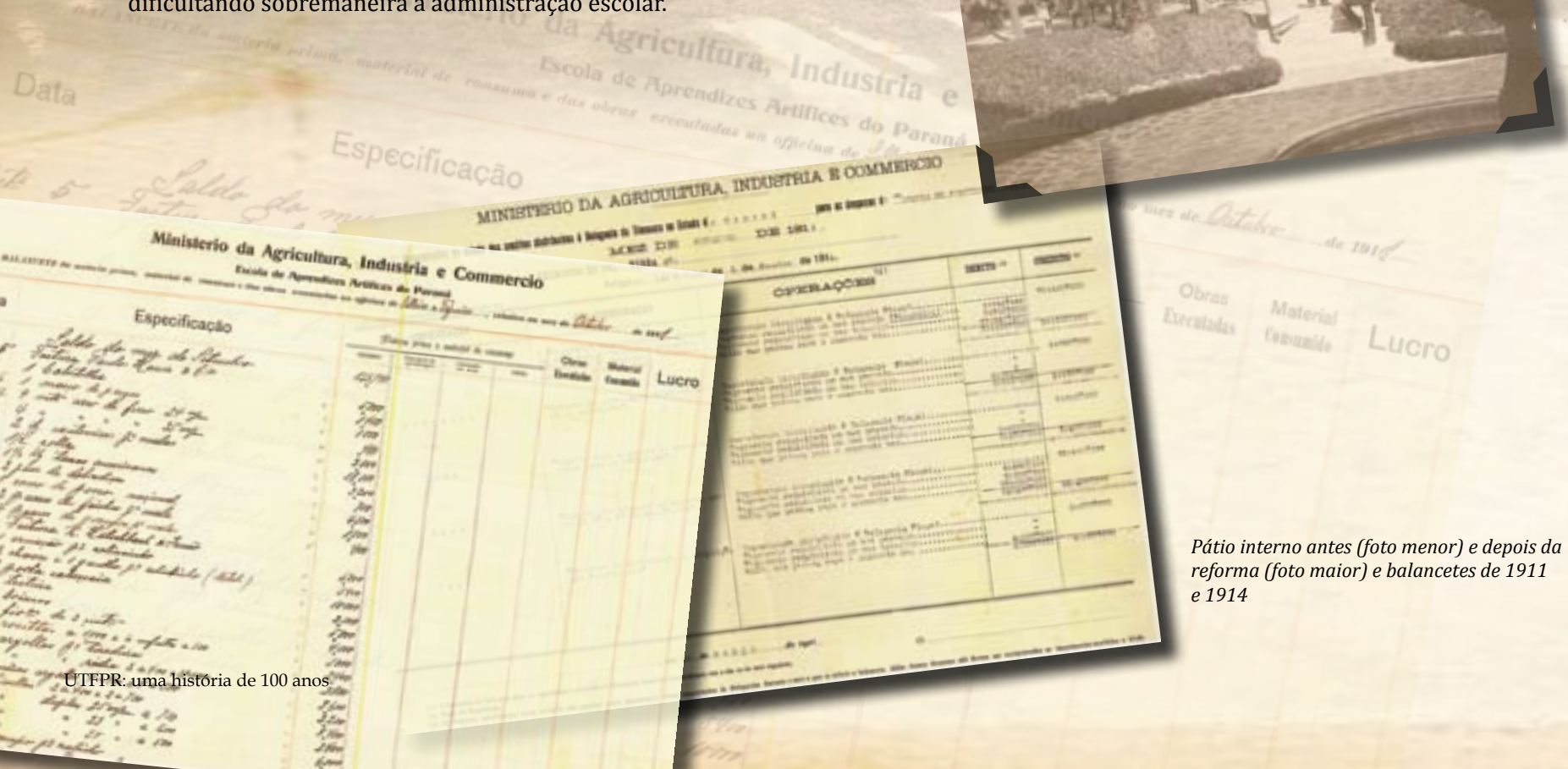
Na correspondência, d'Assumpção cita o incômodo pelo "fato de nos estarem sendo desviados dos cursos desta Escola, por indústrias estabelecidas nesta capital, justamente os alunos que alcançaram maior sucesso no aprendizado do primeiro ano, alunos cujos serviços estão sendo explorados até gratuitamente".

Continua em sua exposição: "Nesta emergência, denunciando-vos o que se passa, venho solicitar de vosso patriotismo e do alto prestígio dessa ilustre corporação que esta queixa entre nos assuntos de suas cogitações, tão justa ela se me afigura".

Apesar desses entraves as matrículas continuavam aumentando, tornando-se vital a ampliação do espaço para receber os estudantes. Em 1912 ocorreu a esperada ampliação graças ao governo municipal que cedeu um terreno para a Escola de Aprendizes Artífices do Paraná. O governo estadual ajudou na construção de um novo pavilhão com cinco salões destinados às aulas e oficinas.

Conforme escreveu o diretor em 1914, a Escola mantinha a importância de ser "um dos melhores prédios desta capital, com instalações perfeitamente distribuídas, estando quase todas as oficinas e aulas dispostas em amplas salas bem iluminadas e ventiladas".

O otimismo demonstrado não correspondia à escassez de investimentos por parte dos governantes. Para se ter uma ideia, após 1911, somente as oficinas de seleiro-tapeceiro e marcenaria receberiam alguns equipamentos, sendo que três anos mais tarde, em 1914, faltariam recursos para reposição de peças e ferramentas, dificultando sobremaneira a administração escolar.

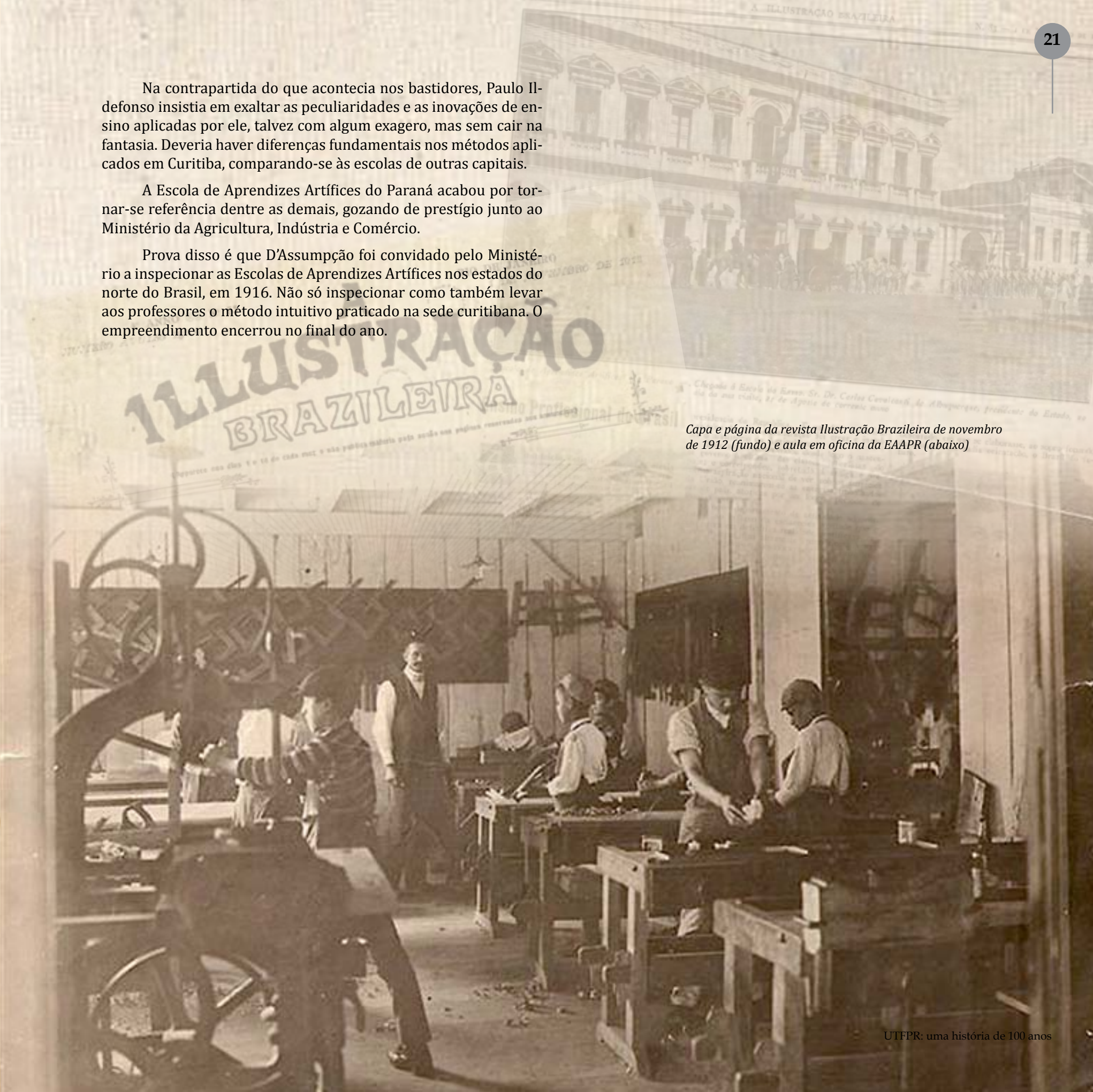


Pátio interno antes (foto menor) e depois da reforma (foto maior) e balancetes de 1911 e 1914

Na contrapartida do que acontecia nos bastidores, Paulo Ildefonso insistia em exaltar as peculiaridades e as inovações de ensino aplicadas por ele, talvez com algum exagero, mas sem cair na fantasia. Deveria haver diferenças fundamentais nos métodos aplicados em Curitiba, comparando-se às escolas de outras capitais.

A Escola de Aprendizes Artífices do Paraná acabou por tornar-se referência dentre as demais, gozando de prestígio junto ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Prova disso é que D'Assumpção foi convidado pelo Ministério a inspecionar as Escolas de Aprendizes Artífices nos estados do norte do Brasil, em 1916. Não só inspecionar como também levar aos professores o método intuitivo praticado na sede curitibana. O empreendimento encerrou no final do ano.



Capa e página da revista Ilustração Brasileira de novembro de 1912 (fundo) e aula em oficina da EAAPR (abaixo)

João Cândido da Silva Muricy, inspetor agrícola federal, substituiu-o na direção durante o período de sua viagem.

Havia marcadamente, no fim da primeira para a segunda década do século, um entusiasmo reformista na educação que vinha ganhando força há algum tempo. O governo federal tomou para si o encargo de intervir na questão social através do ensino – as escolas de aprendizes artífices são um dos frutos mais evidentes dessa visão e predisposição.

Movido por essa disponibilidade, e em meio ao contexto de dificuldades pelas quais passavam as escolas de aprendizes, o Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Ildefonso Simões Lopes, criou, em 1920, a Comissão de Remodelação do Ensino Profissional Técnico.

Em 1921 ganharia status mais elevado, transformando-se no Serviço de Remodelação do Ensino Profissional-Técnico. Tornou-se o órgão responsável pela modalidade de ensino reformista no país.

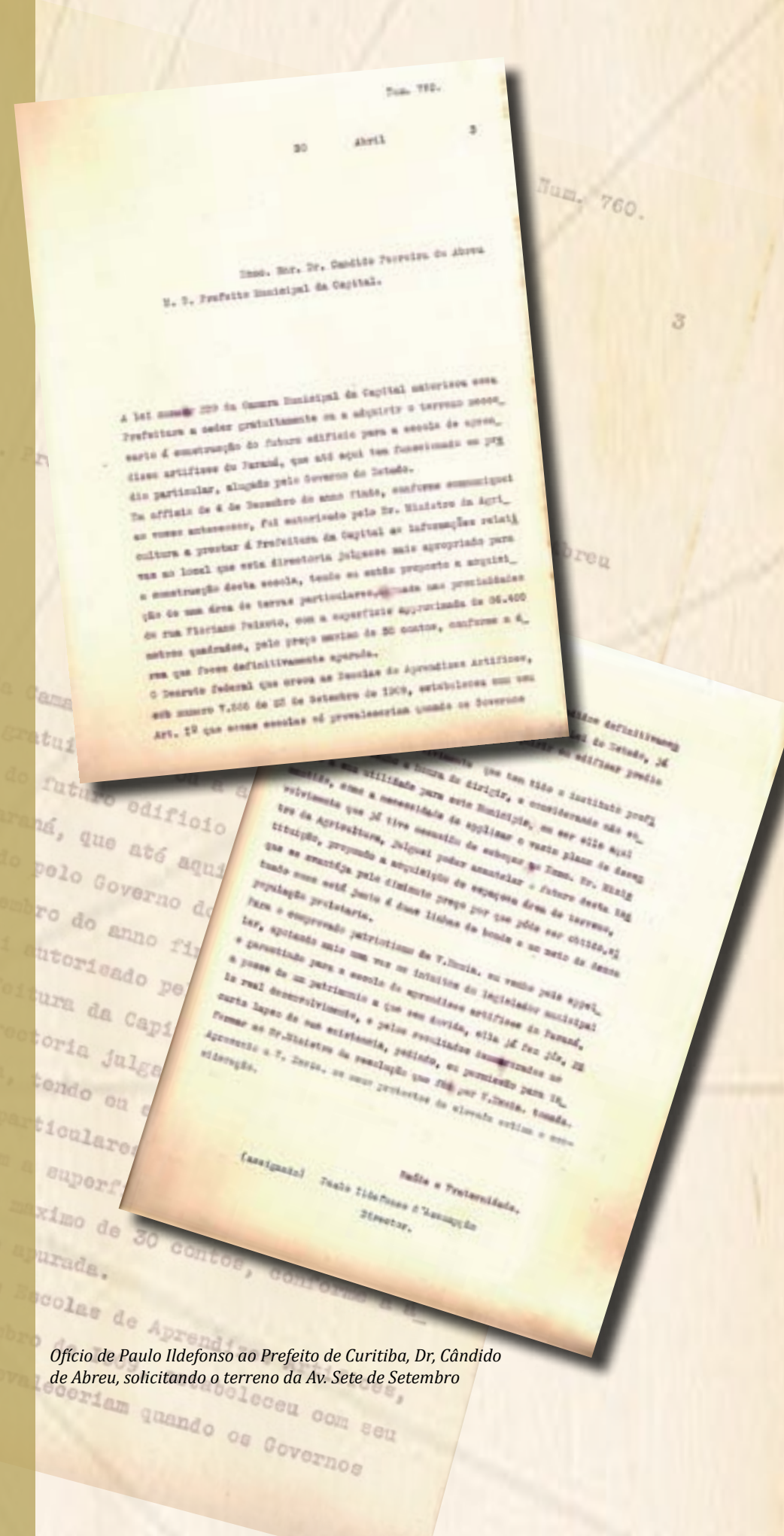
Seu surgimento teve grande relevância nos destinos das escolas e, automaticamente, reforçou a dependência das instituições junto à administração ministerial.

Duas medidas criadas pelo Serviço de Remodelação mostram o tom de severidade na condução dos destinos da área: a elaboração de um currículo escolar único para as unidades dos 19 estados, e o estabelecimento de rígidas normas a serem seguidas pelos diretores das escolas.

Estando no cargo desde a inauguração da Escola, em 1910 – sendo a nomeação datada de 1909 –, Paulo Ildefonso D' Assumpção, não aceitou a elaboração das regras.

Os dez anos dedicados ao trabalho davam-lhe segurança e determinação para seguir a linha pedagógica que julgava mais adequada. Outro forte componente determinante na decisão era a certeza da eficácia do método intuitivo. Impossível, para ele, negar uma realidade científica comprovada pelas veleidades de um momento entusiástico.

Contudo, a princípio houve cordialidade entre as partes, sendo que as ditas “escolas sulistas” foram escolhidas para iniciar o projeto de industrialização, idealizado pelos técnicos. A essas alturas, Paulo Ildefonso acreditava que as tímidas instalações da escola seriam substituídas por uma sede à altura de suas aspirações.



Ofício de Paulo Ildefonso ao Prefeito de Curitiba, Dr. Cândido de Abreu, solicitando o terreno da Av. Sete de Setembro



Não foi o que aconteceu. O Serviço de Remodelação priorizou a reorganização das oficinas, com envio de máquinas e ferramentas, sem tomar conhecimento das condições físicas dos locais a que eram destinadas. Por dois anos, entre 1921 e 1922, realizou-se a operação que se imaginava progressista.

Com a chegada dos equipamentos, o Diretor da escola paranaense escreveu aos dirigentes agradecendo pelo “valiosíssimo reforço material”, e aproveitou para tocar no ponto mais sensível – esperava do órgão irrestrito apoio para a construção de “nova e definitiva instalação” da sede.

O argumento de d’Assumpção tinha fundamentos preocupantes, pois as máquinas, para que fossem instaladas de modo satisfatório, necessitariam de espaço e adequações que naquele momento não existiam.

Reformar o pavilhão era uma medida óbvia, considerando-se que ele não oferecia “nem acomodação, nem resistência, nem a segurança necessária, construído há onze anos passados e todo de madeira”.

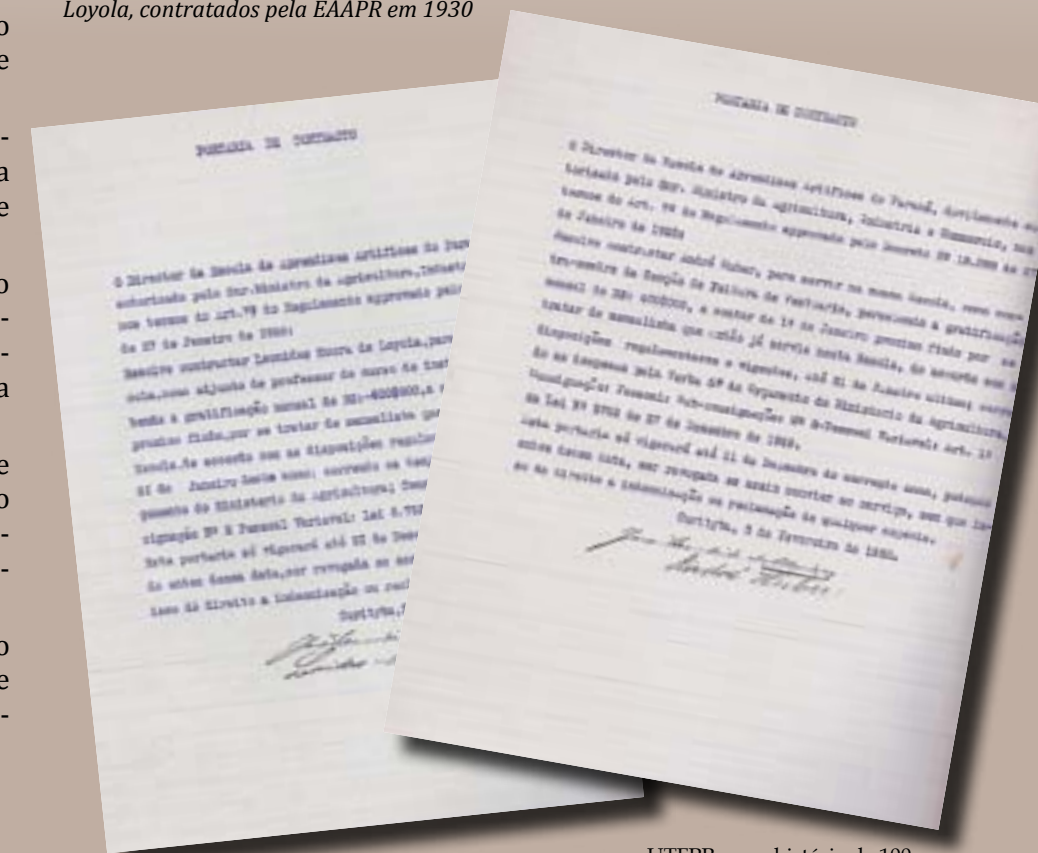
De nada adiantaram suas explicações. Nem mesmo quando o governo estadual ofereceu um terreno para erguer a nova escola, em 1922, e a prefeitura autorizou a compra de um novo terreno, em 1923, o Serviço de Remodelação destinou verbas para sua construção.

O órgão, diretamente subordinado à Diretoria de Indústria e Comércio do ministério, tinha como principal – e urgente – objetivo colocar em prática a política de industrialização do governo. O moderno alfabetismo técnico, direcionado para as Escolas de Aprendizes Artífices, pendia somente para o elemento industrialização.

Faltava interesse de se colocar em prática o método como um todo, sem contar que a implementação exigia a contratação de professores preparados para o ensino de desenho industrial e tecnologia.

Para a Escola Federal de Aprendizes Artífices do Paraná, o Serviço de Remodelação efetuou somente dois contratos: o do contramestre Oscar Rocha, para a seção de trabalhos em metais, e o do mestre José Possoli, para a oficina de sapataria. Nenhum dos dois assumiu o cargo, sendo que o primeiro foi recolocado para dar aulas na Bahia, e Possoli declarou-se impossibilitado de trabalhar pois, segundo afirmou, somente conhecia “trabalhos de corte e ajustado”. Faltava-lhe noção do ofício que o habilitasse a ensinar e dar acompanhamento aos alunos.

Vista do pátio interno da EAAPR tendo, à direita, os alunos da Escola em formação e contratos do contramestre André Huber e professor adjunto Leonidas Moura de Loyola, contratados pela EAAPR em 1930





Funcionários e professores da EAAPR recebem o Inspetor do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. De pé, da esquerda para a direita: Antonio Vieira Neves, porteiro e almoxarife (4); Angelo Smagniotto, servente (5); Leônidas Loyola, professor (6); Thomaz Porath, contramestre de Marcenaria (7); Carlos Gaertner, mestre seleiro (8); Rubens Klier d'Assumpção, professor de Desenho (9); Augusto Huebel, professor de Desenho (10); Carlos Gunther, contramestre serralheiro (11); Paschoal Rispolli, mestre de Marcenaria (12); Maximiliano Ratzke, contramestre alfaiate (13); João Leandro Rodrigues Costa, mestre alfaiate (14); Antonio Klüppel, mestre de sapataria (15). Sentados, da esquerda para a direita: João Pedro Schleder, secretário da Escola; João Luderitz, inspetor do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e Paulo Ildefonso d'Assumpção, diretor da Escola.

Balancete

Despesas		em
e		unidades
Despesas de manutenção de prédios e instalações	217000	
Despesas de aquisição de materiais	20000	
Despesas de aquisição de mobiliário	20000	
Despesas de aquisição de livros e periódicos	20000	
Despesas de aquisição de equipamentos	20000	
Despesas de aquisição de materiais de consumo	20000	
Despesas de aquisição de materiais de construção	20000	
Despesas de aquisição de materiais de limpeza	20000	
Despesas de aquisição de materiais de transporte	20000	
Despesas de aquisição de materiais de comunicação	20000	
Despesas de aquisição de materiais de energia	20000	
Despesas de aquisição de materiais de segurança	20000	
Despesas de aquisição de materiais de saúde	20000	
Despesas de aquisição de materiais de recreação	20000	
Despesas de aquisição de materiais de outros fins	20000	
Total	217000	

Se os problemas administrativos e financeiros existiam de sobra antes da criação do Serviço de Remodelação, a decisão de Paulo Ildefonso de não aceitar as mudanças metodológicas fez com que as dificuldades se multiplicassem. As negativas às suas solicitações tornaram-se comuns, sufocando o andamento dos trabalhos em Curitiba.

Os pedidos de liberação de recursos, por exemplo, eram sempre negados, fossem eles destinados à reforma e conservação do prédio, como para a aquisição de materiais de uso cotidiano em salas de aulas e oficinas. Mesmo esses materiais mais mezinhas, quando chegavam – cadernos, lápis – eram em quantidade inferior à necessária.

A esse incômodo quadro somava-se a crescente insatisfação de mestres, contramestres e funcionários que percebiam baixos salários.

A tensão entre o diretor e o Serviço deu-se num crescendo através dos anos, com prejuízos evidentes para a Escola. Os alunos, como era de se esperar, também eram atingidos direta ou indiretamente.

Com a proximidade do inverno de 1925, Paulo Ildefonso escreveu ao Serviço de Remodelação solicitando “vidros para vidraças constantes da relação”, pois, segundo afirma, seriam utilizados “para a necessária reparação das dependências desta Escola, que desde o ano de 1923, não foi mais contemplada com verbas necessárias para obras de conservação, tanto dos edifícios, como das suas oficinas”.

Balancete

Despesas		em
e		unidades
Despesas de manutenção de prédios e instalações	217000	
Despesas de aquisição de materiais	20000	
Despesas de aquisição de mobiliário	20000	
Despesas de aquisição de livros e periódicos	20000	
Despesas de aquisição de equipamentos	20000	
Despesas de aquisição de materiais de consumo	20000	
Despesas de aquisição de materiais de construção	20000	
Despesas de aquisição de materiais de limpeza	20000	
Despesas de aquisição de materiais de transporte	20000	
Despesas de aquisição de materiais de comunicação	20000	
Despesas de aquisição de materiais de energia	20000	
Despesas de aquisição de materiais de segurança	20000	
Despesas de aquisição de materiais de saúde	20000	
Despesas de aquisição de materiais de recreação	20000	
Despesas de aquisição de materiais de outros fins	20000	
Total	217000	

Balancetes de 1924 e 1925



A crítica embutida no ofício valeu uma demora de seis meses para a resposta. Em novembro de 1925 veio a informação de que os vidros tinham sido incluídos na concorrência administrativa do Serviço e estariam na escola dentro de algumas semanas. Chegaram, mas quebrados, no mês junho de 1926, ou seja, no inverno do ano seguinte.

As agruras de Paulo Ildefonso d'Assumpção só teriam fim com sua morte em fevereiro de 1928.

João Cândido da Silva Muricy, até então Diretor da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, foi escolhido para substituir d'Assumpção.

Acredita-se que a preferência por Muricy tenha ocorrido, en-

tre outros fatores, por ser ele o inverso de Paulo Ildefonso: todas as ordens do Serviço de Remodelação eram acatadas e seguidas à risca. Também devem ter contado pontos os meses que atuou frente à Instituição, enquanto o titular do cargo visitava as escolas do Norte, em 1916. Nomeado em 24 de março de 1928, tomou posse no dia 4 de maio desse ano.

Muricy teve uma passagem rápida na direção do estabelecimento, não ultrapassando dois anos. Mas as críticas ao predecessor foram várias e imediatas tão logo ocupou lugar na diretoria.

Em um documento narra “as precárias condições do prédio já construído 18 anos atrás e que sofre pela umidade produzida pelas muitas e enormes árvores conservadas em um pequeno pátio interno”.



João Cândido da Silva Muricy em discurso

Em outros registros, os sinais visíveis de decadência ocupam as linhas: “O edifício geral perdendo a solidez de sua base, que apodrece devido à intensidade da umidade local, arreou todo e desapareceu. É bem visível o desalinho do conjunto olhando-se externamente”.

Goteiras intensas nos dias de chuva, impedindo a continuidade das aulas, janelas que “se desmantelavam ao tocar”, sistema de esgoto ineficiente, privadas sem instalações para descargas: a lista era enorme.

Ao Serviço de Remodelação afirmou que a parte material da escola encontrava-se em tal estado de desgaste “que infelizmente se torna difícil a reorganização que a sua lamentável atual situação requer”. Faziam-se necessárias, com a maior urgência, reformas no prédio, pois havia risco premente de uma tragédia de proporções.

Muricy confessou seu “receio de um grande desastre que circunstâncias fortuitas podem tornar iminente, pelo evidente estado de insegurança do pavilhão de madeira”, e sublinhou o pedido de ajuda: “Uma providência que venha impedir que mais hoje ou amanhã se dê um desastre, ceifando de um só golpe, por um desabamento, a vida de aprendizes, professores e mestres, nas horas de trabalhos mais intensos”.

Nesse mesmo ano de 1928 o governo estadual ofereceu, em doação, o Palacete Macedo, que abrigava a Escola de Reforma Masculina. Depois de averiguar o local, o diretor concluiu ser inviável a instalação no local da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, pela falta de solidez e segurança necessárias para as oficinas.

Uma ação mais concreta para resolver a questão foi novamente apresentada pelo governo estadual: Muricy poderia escolher um terreno de até 9 mil metros², onde seria construída a nova sede. Esse local foi encontrado sendo que, anos mais tarde, ali foi erguida a sede.

A trajetória da escola, envolvendo tímidas instalações que se transformariam em espaços inadequados com sua própria evolução, não foi o único problema a demandar tempo, esforços, argumentos de seus dirigentes.

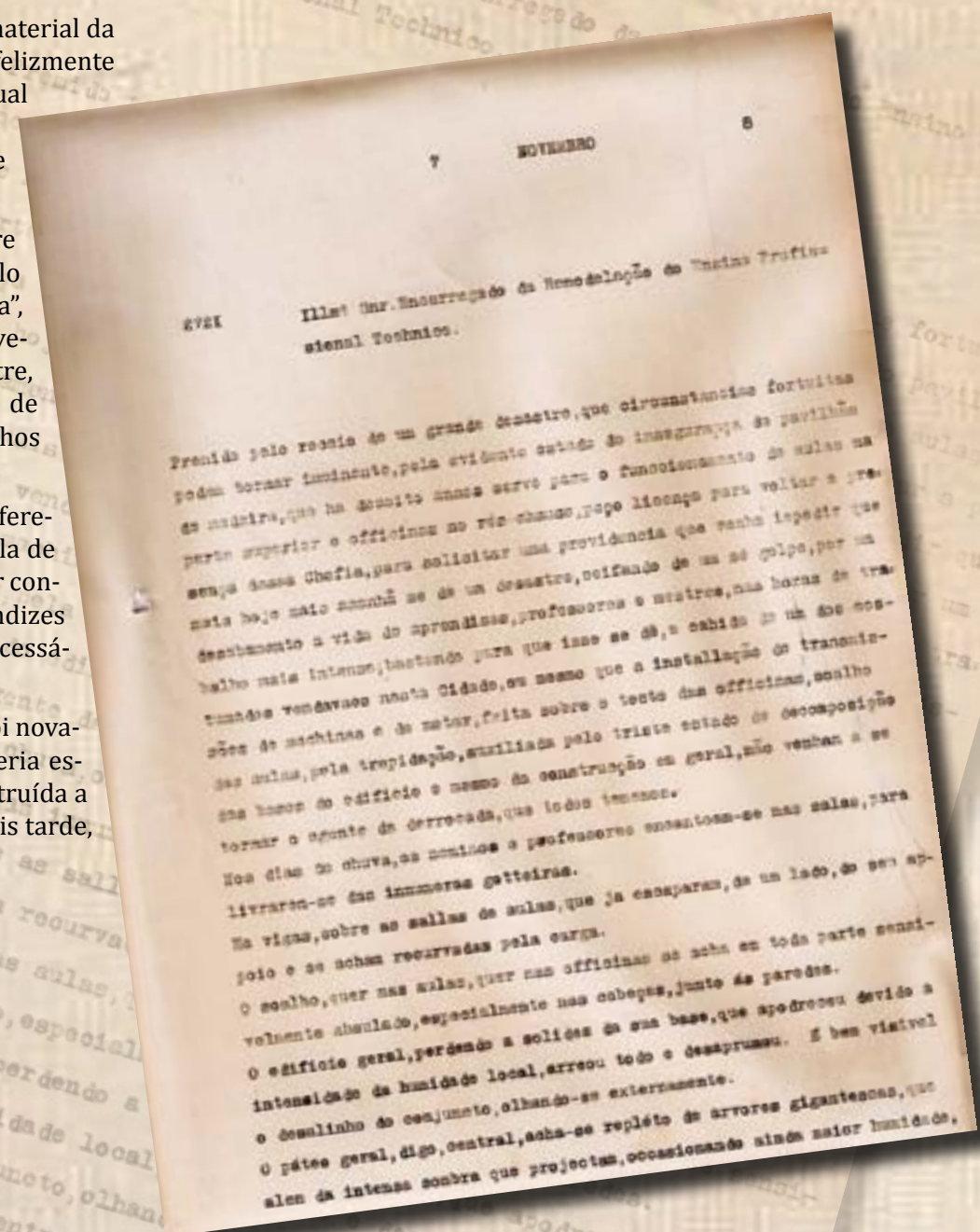
Crítico constante da gestão passada, João Cândido da Silva Muricy apontaria falhas administrativas de Paulo Ildefonso d'Assumpção, sempre que houvesse oportunidade.

Ao analisar a papelada da instituição constatou a falta de arrolamento e inventário do material disponível. A escrituração igualmente apresentava problemas e, na somatória desses erros burocráticos, haveria necessidade de, pelo menos, um ano de trabalho para saná-los, afirmava. Solicitou, então, auxílio de um escriturário da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina que em nove meses fez todo o processo.

A frequência dos alunos era outro fator de inquietação, considerando-se que em média 30% deles compareciam às aulas, mas não retornavam para a prática de oficina. As faltas ganhavam contorno ainda mais dramático porque as oficinas eram justamente a “razão de ser de sua entrada na Escola de Aprendizes Artífices”, segundo Muricy.

Para estancar esse esvaziamento a direção adotou uma tática que julgou certa: aperfeiçoar o sistema de merenda da escola. Em vez de lanches, uma “sopa quente substancial de feijão com legumes, arroz com legumes, massa com batata e folhas de verduras, com um caldo de carne reforçado e acompanhado de um pão de 80 gramas”, conforme o diretor, ainda em seu primeiro ano de gestão.

Nos primeiros anos da escola Paulo Ildefonso d'Assumpção criou um batalhão escolar sob a orientação de soldados militares. Com o passar do tempo essa prática extinguiu-se, mas o novo diretor reabilitou-a. Outra de suas medidas, conforme solicitação ao Serviço de Remodelação foi alterar o período de férias, ampliando-as de julho a agosto, devido ao rigoroso inverno curitibano.



Ofício sobre as precárias condições do prédio da EAAPR



Cupom de merenda da ETC



Sem agasalhos adequados, os meninos enfrentavam não só o frio das ruas, mas também a umidade reinante dentro da escola. Como consequência, as faltas às aulas tornavam-se cada vez maiores.

A imagem idealística da escola de aprendizes artífices, espécie de corredor onde as crianças desafortunadas ingressariam e sairiam aptas a exercerem seu lugar na sociedade como bons e honestos operários, vindo futuramente a constituir seus lares, darem à luz filhos que continuariam a história de labor, misturava-se ao preconceito da sociedade.

Velado ou não, haveria sempre o olhar desconfiado do cidadão, especialmente em razão das origens desses meninos, sem levar em conta o temperamento, caráter e mesmo tendências que diferenciariam uns dos outros.

Buscando elevar o conceito da escola junto ao público, Muricy decidiu criar um uniforme para os estudantes. Gastou 8 contos de réis – obtidos junto à caixa de mutualidade da instituição – na compra de materiais e confecção de 80 uniformes.

Em seu entendimento ocorreria uma “elevação moral dos nossos aprendizes ao nível dos alunos de que são educandos e não correcionais. Uniformizar esses meninos para colocá-los ao lado dos demais, é, pois, considerado pelo Governo Federal um ato de civismo”.

Uma leitura subjacente advém dessa decisão, tomando-se a uniformização como metáfora da estratificação social. Seria um caminho discreto para angariar da sociedade curitibana um alento de simpatia e compreensão à escola cuja existência era voltada à formação para o trabalho, sendo os menores ali matriculados, jovens comuns e não menores delinquentes.

Alunos uniformizados posam para foto no pátio interno da EAAPR



Aula de Português na EAAPR. No quadro-negro a lição número 13: Formação dos superlativos, Verbos, Modos, Partíciptos.

Como se sabe, Muricy reforçou a alimentação dos meninos, em 1928, e com certeza a adoção dessa medida foi responsável pelo incremento nesse item, mas não por muito tempo.

Em 1930, o número de alunos matriculados caiu 28,5% comparativamente a 1920. Quanto à frequência, os registros de queda foram ainda mais preocupantes: 71%. As estatísticas eram as piores desde o surgimento da instituição.

João Cândido da Silva Muricy veio a falecer em maio de 1930.

A Escola de Aprendizes Artífices do Paraná passou a ser dirigida por Rubens Klier d'Assumpção, filho de Paulo Ildefonso. Passou a ocupar o posto no mês seguinte, porém, dias antes da posse, o engenheiro Rodolfo Fuchs, inspetor auxiliar do Serviço de Remodelação, fez uma visita à sede.

No relato produzido aos superiores, reafirmou aquilo que há muito tempo vinha sendo dito: as péssimas condições em que se encontrava a escola.

O inspetor não se deteve apenas no aspecto físico das instalações. Observou ainda a necessidade de “reformas completas das praxes adotadas, não só no tocante aos horários e métodos de ensino, como também quanto a uma acertada distribuição do corpo docente”.

Ele encontrou na dinâmica de ensino da escola, marcas ainda muito fortes deixadas por Paulo Ildefonso. Criticou a persistência do uso do sistema de rotatividade dos professores por disciplina no ensino primário, o afastamento do programa de ensino – principalmente a ausência das disciplinas de desenho industrial e tecnologia – e, para completar, a displicência de alguns professores.

A agudeza nas observações de Rodolfo Fuchs foi certa quanto aos resultados desejados. Rubens Klier, pressionado por aquele relatório, acabou por modificar o sistema de ensino no curso primário.

Estabeleceu professores únicos para cada uma das quatro séries, contratou professores especiais somente para desenho e trabalhos manuais, nas primeira e segunda séries, e para desenho e tecnologia, nas terceira e quarta séries.

Quanto às deficiências do prédio escolar, tão duramente pintadas por Fuchs, também não havia o que discutir. Klier percebeu, ainda, que o governo não estipulara verbas para a construção de uma nova sede.

A saída para o impasse foi ele mesmo empreender uma reforma na velha escola, contando para isso com a participação os mestres da seção de trabalhos em madeira e metal. Fizeram-se as trocas de vigas apodrecidas, paredes foram mudadas, procederam-se pinturas, consertos no telhado e outras benfeitorias que trouxeram melhores condições de trabalho e aprendizado nas oficinas.

Sobre as alterações no sistema de ensino, ficou clara a ine-

quívoca obediência do novo diretor ao Serviço de Remodelação. Um episódio ocorrido poucos meses depois ilustra a sagacidade e o oportunismo de Klier em salvaguardar-se frente à escola quando os ventos mostraram-se contrários.

O Brasil estava vivendo momentos de transe político desde 1929 quando lideranças paulistas romperam a aliança com os mineiros – assim chamada de “política do café-com-leite” – e indicaram Júlio Prestes para concorrer à presidência da República.

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente de Minas Gerais, sentiu-se ofendido e apoiou a candidatura do oposicionista gaúcho Getúlio Vargas. Com o objetivo de maior fortalecimento criou uma aliança com o Rio Grande do Sul e a Paraíba.

Mesmo sendo vitorioso nas urnas, Júlio Prestes não conseguiu chegar ao Palácio devido ao levante dos derrotados que pegaram em armas.



Alunos em formação no pátio interno da EAAPR

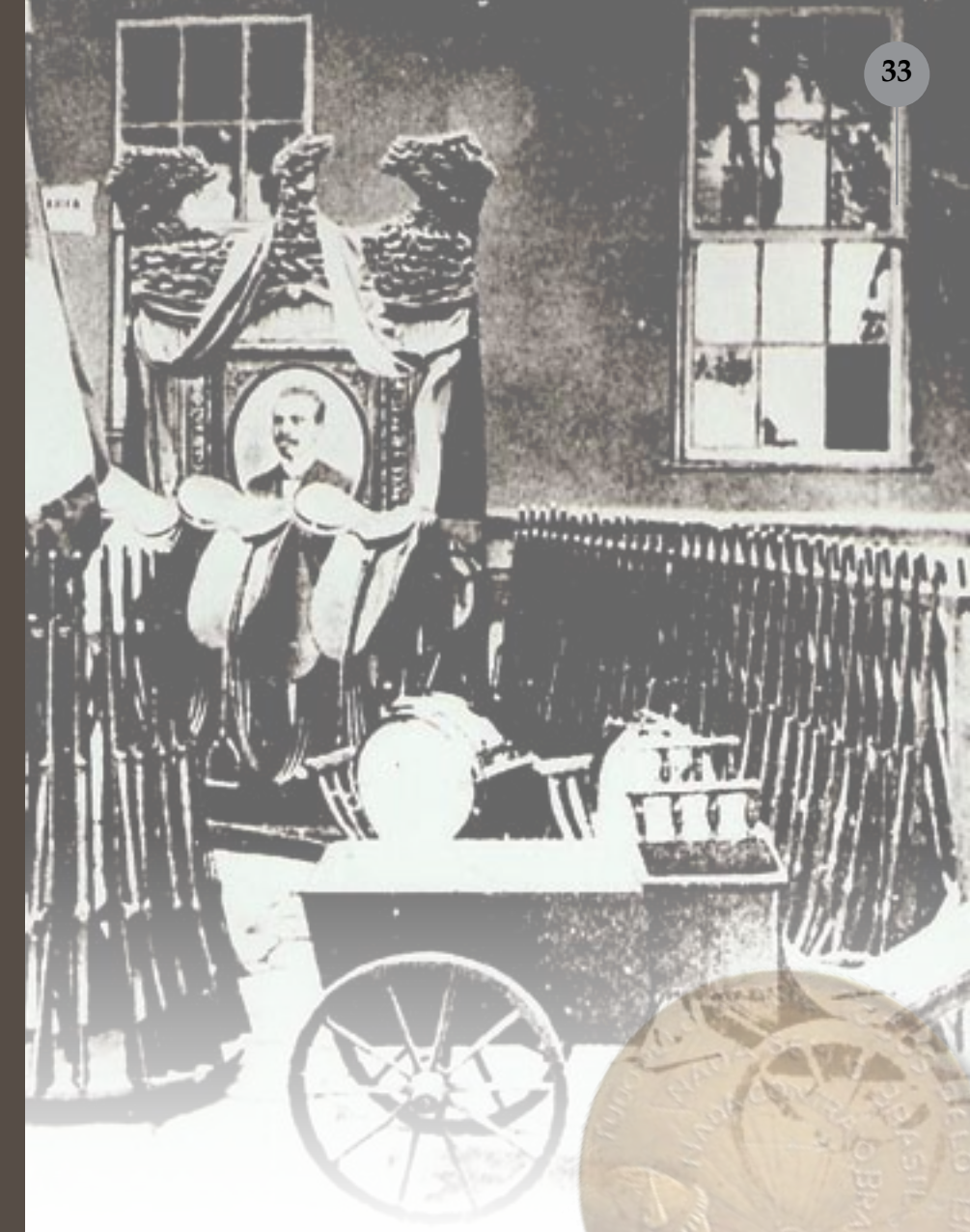
Foi no dia 3 de outubro de 1930. A revolta eclodiu no Rio Grande do Sul; no dia seguinte o mesmo se deu no Nordeste, sob o comando de Juarez Távora. O país tomava em armas, mas o esperado choque de grandes proporções entre os oponentes – de um lado os paulistas e aliados e de outro os contrários à posse de Júlio Prestes – acabou não acontecendo.

Oficiais das Forças Armadas depuseram o presidente da República Washington Luís em 24 de outubro, quando, então, instalou-se uma Junta Governativa Provisória que vigorou por menos de duas semanas e passou a presidência a Getúlio Vargas. Foi numa segunda-feira, em 3 de novembro, exatamente um mês após a deflagração do conflito ganhar as dimensões de revolução em terras gaúchas.

Tendo esse quadro como fundo, movia-se Rubens Klier d’ Assumpção, que chegara à direção da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná pelo antigo regime, a Velha República, que começava a se extinguir. Sendo este um cargo de confiança, naturalmente a vitória dos oposicionistas o colocaria na lista de funcionários a serem demitidos.

Perante tal situação, nos nervosos dias de princípios de outubro, Klier não perdeu tempo com planos e divagações: abraçou a causa dos revoltosos, tomando decisões imediatas. Ele mesmo narra essa passagem de sua vida:

Como tive ocasião de relatar (...) ao sr. Encarregado da Remodelação do Ensino Profissional Técnico, os acontecimentos revolucionários ocorreram, no Paraná, de 5 a 24 de Outubro. Em todo esse período a escola funcionou regularmente. No dia 6 de Outubro, comparecendo ao Palácio do Governo, ofereci ao Presidente Provisório, os serviços das oficinas da escola. Sendo a ideia aceita com simpatia de trabalhar infatigavelmente em benefício dos soldados da revolução. Transformei os salões de honra e da secretaria em oficinas de costura, nelas colocando os alunos mais adiantados sob a direção do mestre João Leandro Rodrigues da Costa e contra-mestre André Huber, todos coadjuvados por uma turma de 16 senhoras e senhoritas da melhor sociedade da capital. A seção entrou, portanto, a produzir chapéus de campanha e barracas, cujas necessidades eram prementes para a “Coluna João Alberto” e “Batalhão Paraná”. A secção de trabalhos em metal produziu centenas de canecos para o equipamento dos soldados e a de madeira, talas para barracas para campanha.



Armas e carroças feitas pelos alunos da EAAPR, medalha da Revolução de 30 e fachada da nova sede



O diretor expôs na mensagem seu júbilo pela conquista dessa aspiração que vinha de décadas:

Na verdade, depois de passar mais de 26 anos de sua existência instalado num prédio de proporções acanhadas e de acomodações de todo em todo impróprias para as suas altas finalidades, cerceando por consequência em seus anelos de evolução, nada poderia concorrer mais intensamente para um revigoramento geral e para o renascimento deste instituto de educação profissional, do que o acontecimento memorável que constitui a razão de ser destas linhas iniciais do presente relatório: a dotação de um prédio novo, amplo, construído especialmente e com a mais rigorosa observância dos mais modernos preceitos pedagógicos.

Enalteceu ainda “o interesse e a dedicação” de Manoel Ribas por aquela instituição, sendo o ápice desse atendimento “a construção da nova sede, um edifício que constitui hoje um verdadeiro orgulho para os curitibanos, tal a beleza de suas linhas e a grandiosidade de suas proporções”.

Por fim, citou as visitas feitas pelo governador ao educandário e as providências tomadas por ele para solucionar “problemas mais difíceis”.

As transformações sofridas pela Escola de Aprendizes Artífices na segunda metade dos anos 1930 não se restringiram à troca de endereço e a dependências estruturadas para o tipo de ensino que se dispunha a ministrar.



Desfile de professores e alunos da Escola na rua Desembargador Westphalen



Se em 1935 deu-se a construção do novo prédio e em 1936 os alunos foram transferidos para lá, o ano seguinte, de 1937, foi marcado por mais uma alteração – dessa vez em nível nacional – com a ampliação do atendimento oferecido pelas escolas de aprendizes artífices, que passaram a ministrar o ensino de 1º grau.

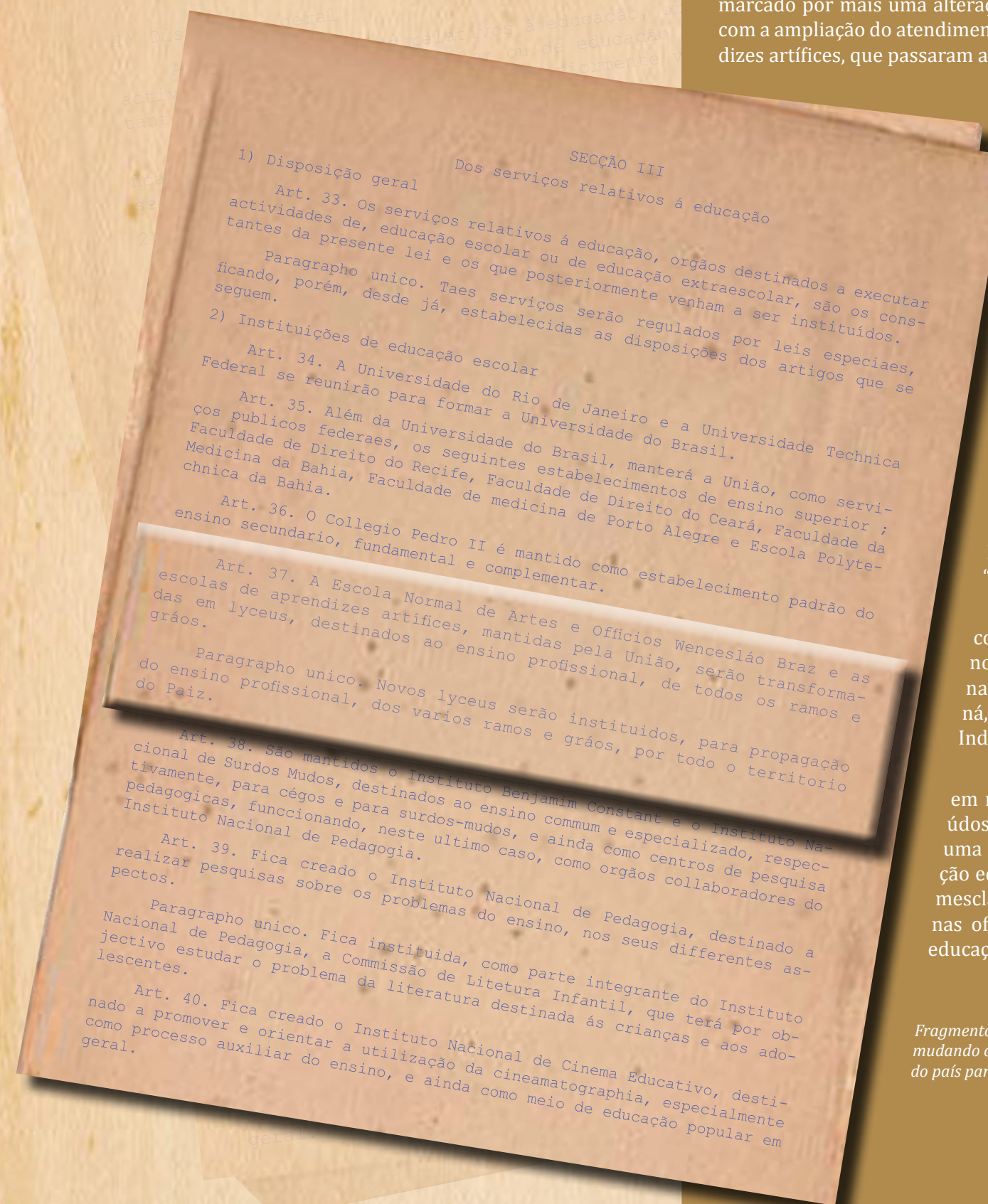
A Escola de Aprendizes Artífices do Paraná deixou de existir para transformar-se no Liceu Industrial do Paraná, da mesma forma que as instituições congêneres em todo o país. O novo liceu ampliou o leque de cursos ofertados, incluindo alfaiataria, sapataria, marcenaria, pintura decorativa e escultura ornamental no ensino de primeiro grau.

Atendia-se, assim, às determinações da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, que alterou até mesmo o nome do Ministério da Educação e Saúde Pública, passando este a se chamar Ministério da Educação e Saúde. Perdeu a palavra “Pública”.

A princípio a situação ficou confusa em Curitiba, pois várias denominações foram usadas para designar a escola: Liceu Industrial do Paraná, Liceu Profissional do Paraná, Liceu Industrial de Curitiba.

O vai-e-vem das denominações em nada afetou o currículo e os conteúdos programáticos aplicados. Havia uma complementaridade para a formação educacional dos aprendizes artífices, mesclando-se o treinamento e as aulas nas oficinas com relativa base sólida de educação geral.

Fragmento da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, mudando o nome das Escolas de Aprendizes Artífices do país para Liceus





Desfile de alunos do Liceu Industrial do Paraná na Rua XV de Novembro

Nem sempre perceptível, em suas linhas gerais, a educação agregou mudanças sutis, ocorridas especialmente no campo – que se diria – filosófico sobre o ensino dos ofícios e a cultura geral. Houve uma proximidade entre eles, e, a partir desses conceitos, criava-se o embrião de uma mentalidade mais aberta, mais moderna, que abandonava o ranço secular do pensamento de que os trabalhos manuais eram desprezíveis e pertenciam somente às classes mais simples da sociedade.

Essa cultura, vinda de outros tempos, começaria a ser questionada, mesmo que de forma incipiente, mas era o princípio de criar uma junção entre a arte e o ofício, trazendo o artístico e o belo para as dimensões da técnica.

Ampliava-se, assim, o espírito dos alunos até então relegados a artífices obreiros. Em novembro de 1937 foi outorgada a Constituição Brasileira que, pela primeira vez, abordava o ensino industrial.

O Estado Novo também se utilizava da rede de ensino para sua propaganda ideológica e para angariar cada vez mais apoio po-

pular. Seguindo a política nacionalista de Getúlio Vargas, as escolas foram estimuladas a fortalecer valores cívicos, a disciplina, o vigor físico, o trabalho.

Nessa conjuntura os Liceus adotaram posturas idênticas, criando para o corpo discente, uniformes que eram quase uma réplica das vestimentas militares. Não é de se estranhar, portanto, que o diretor da escola, Rubens Klier, se dirigisse ao comandante da 5ª Região Militar para levar à sua apreciação os modelos que estavam em estudos. Estariam destinados para uso dos alunos daquele estabelecimento, nas solenidades mais importantes: festividades cívicas e formaturas.

Na descrição do diretor, os uniformes seriam constituídos de túnica de brim, cor cinza-esverdeado médio, seis botões pretos, cinto; calça de brim branco; gorro de tipo escocês, talabarte branco, de lona (correia a tiracolo, à qual se prende uma arma). O calçado, borseguim “de vaqueta preta, abotoada na parte dianteira”, conforme detalhou Klier.

O comandante militar aprovou o desenho dos uniformes, que foram então confeccionados.

Deu-se em 1938 a regulamentação do funcionamento dos cursos noturnos nos Liceus. Exigia-se do aluno idade mínima de 16 anos, boa conduta, que fosse operário – e não apresentasse doença infecto contagiosa.

Um total de 100 alunos frequentava a escola, com idades variando entre 16 e 38 anos. Os cursos eram diversos: mecânico, ferreiro, fundidor, eletricitista, marceneiro, entalhador, carpinteiro, vimeiro, seleiro, sapateiro, cortador e alfaiate.

Somente dois alunos tinham ingressado na oficina de trabalhos em couro, que foi extinta e substituída pela de artes gráficas.

O envolvimento político e ideológico de Rubens Klier d'Assumpção acabou por comprometer sua carreira de educador na capital paranaense. No entusiasmo de um discurso o diretor pesou nas cores do nacionalismo, do conservadorismo e do militarismo. O matiz era claramente integralista.

O episódio estremeceu suas ligações com o governo federal. Como consequência desse impacto com as hierarquias superiores, d'Assumpção foi transferido para a escola de aprendizes de Pernambuco, após o episódio da tentativa de golpe integralista no Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro, em maio de 1938.

Em seu lugar assumiu interinamente Daniel Borges dos Reis, que cumpriu uma gestão das mais breves – durou 13 meses. Tomou posse no dia 24 de agosto de 1938 e permaneceu até 9 de setembro de 1939.

Formado contramestre pela Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás, no Rio de Janeiro, Borges dos Reis mudou-se em junho de 1928 para Curitiba, para trabalhar como contramestre na escola de aprendizes artífices. Porém, não ocupou esse posto, mas o de escriturário (secretário).



Oficina de Vímia na Sede Sete de Setembro



Oficina de Alfataria na Sede Sete de Setembro



Parque gráfico do Liceu Industrial do Paraná

Ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, onde se bacharelou, e foi professor nas disciplinas de Português e História no Colégio Estadual do Paraná.

Daniel Borges dos Reis deixou marcada sua presença na história da escola, já no início das atividades como diretor, ao ativar a recém-criada oficina de artes gráficas.

Em entrevista concedida ao Núcleo de Documentação Histórica, do Centro Federal de Educação Tecnológica, em 6 de junho de 1995, relatou o professor:

- Fui eu que instalei a oficina de artes gráficas. A oficina não existia. Veio um homem do Rio (de Janeiro) para montar a oficina, então tivemos que fazer tudo, não havia nada... Logo ela passou a

produzir todo o material da escola e também encomendas de empresas que queriam o nosso trabalho. Foi uma grande instituição, uma grande medida, era uma oficina muito boa, é um ofício muito bom, muito necessário hoje, na vida moderna.

Em contraste à rápida passagem de Borges dos Reis, o novo diretor da escola de aprendizes artífices que o sucede, o engenheiro civil Lauro Wilhelm, veio a tornar-se a mais longeva autoridade no cargo. Empossado no dia 9 de setembro de 1939 permaneceu até 19 de novembro de 1965. Foram 26 anos à frente da instituição, exceto durante três meses de afastamento, entre 19 de fevereiro a 17 de maio de 1941. Teve como substituto o professor Ulisses de Mello e Silva.

Com passagens pelo Grupo Escolar Tiradentes e Ginásio Paranaense, formou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná. No ano de 1932, ainda estudante universitário, dividia seu tempo entre a UFPR e as aulas que ministrava no Liceu Industrial do Paraná. Logo depois de formado começou a trabalhar na Estrada de Ferro de Guarapuava como Engenheiro Residente; em 1939 assumiu a direção do liceu.

À época do ingresso de Wilhelm na escola, sentia-se o interesse do governo federal no ensino profissionalizante. Getúlio Vargas demonstrava essa disposição ao declarar: "O Estado Novo, empenhado na reconstrução do país, tem o máximo empenho em promover e auxiliar a educação profissional, por forma a oferecer os técnicos exigidos pelo desenvolvimento das nossas indústrias".

Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde, seguia a mesma linha de pensamento: "Nenhuma espécie de ensino está exigindo, no Brasil, tanto a ação dos poderes públicos como o ensino profissional. É por isso que a Constituição declara que, em matéria de educação, difundir o ensino profissional é o primeiro dever do Estado".

Embora Daniel Borges dos Reis tenha trabalhado para a implantação da oficina de artes gráficas no Liceu Industrial do Paraná, sua inauguração só viria a acontecer em 9 de maio de 1940. Mas, como afirmou o ex-diretor, trabalhos internos começaram a ser feitos e algumas empresas atendidas através de encomendas, ainda em sua gestão.



Convidados presentes na inauguração da gráfica do Liceu Industrial do Paraná

No mês de abril de 1940, semanas antes da festa inaugural, nascia a revista *Labor*, órgão oficial da escola, produzida e editada inteiramente pelos alunos e professores. A capa trazia estampada uma fotografia de Getúlio Vargas. Em suas páginas outras duas homenagens a autoridades máximas naquele momento: o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, e o Interventor do Paraná, Manoel Ribas.



Capas e páginas da revista Labor

Quando da inauguração da Seção de Artes Gráficas, no dia 9 de maio, às 16 horas, diversas autoridades políticas compareceram para prestigiar o evento. Entre elas o interventor Manoel Ribas, e o Diretor-Geral de Instrução da Educação, Hostílio Cezar de Souza Araújo.

Em agosto, sob a orientação do professor Ângelo Patitucci, foi criada na escola a Seção de Esportes, responsável pelo preparo físico dos alunos. Três meses depois, em novembro, transformou-se na Seção de Educação Física – comandada pelo professor Reginaldo Cavalcanti – que seria o embrião, no futuro, do Departamento Acadêmico de Educação Física.

Em princípios de outubro de 1941 o interventor Manoel Ribas esteve mais uma vez no liceu, juntamente com o prefeito da capital Rozaldo Leitão, com o Diretor-Geral da Educação, Hostílio de Araújo, e com o presidente do Departamento Administrativo do Estado, Roberto Glasser.

O grupo percorreu as dependências da escola, e deteve-se por mais tempo nas oficinas e salas de aulas, mas especialmente no refeitório e na cozinha. O refeitório seria inaugurado no mês seguinte, quando passaria a fornecer três refeições diárias aos alunos. Havia um interesse estratégico ao servirem-se três refeições – a garantia de que os estudantes assistiriam às aulas da tarde, sem abandonar a escola após o almoço.



Interventor Manoel Ribas e recebido na ETC e discursa perante autoridades. Abaixo, o refeitório da Escola Técnica de Curitiba

Os avanços do ensino estavam atraindo uma nova clientela e, segundo observou a comitiva, seria de grande importância a instalação de um internato que acomodaria alunos vindos do interior.

Poderia ser erguido um prédio no terreno contíguo ao Liceu, que pertencia ao Estado. Seria necessário que o governo estadual doasse a área ao Ministério de Educação e Saúde, que, por sua vez, cederia à escola para construir o pavilhão.

O interventor Manoel Ribas demonstrou interesse na proposta. Seria o início das expansões físicas da entidade.

O ano de 1942 começou com a edição de dois decretos do governo federal que regulamentavam a questão do ensino profissional.

No dia 22 de janeiro foi assinado o de número 4048, que criava o SENAI – Serviço Nacional da Indústria – que atuaria de acordo com os interesses empresariais. A formação seria de curta duração, voltada ao desenvolvimento de habilidades específicas dos alunos.

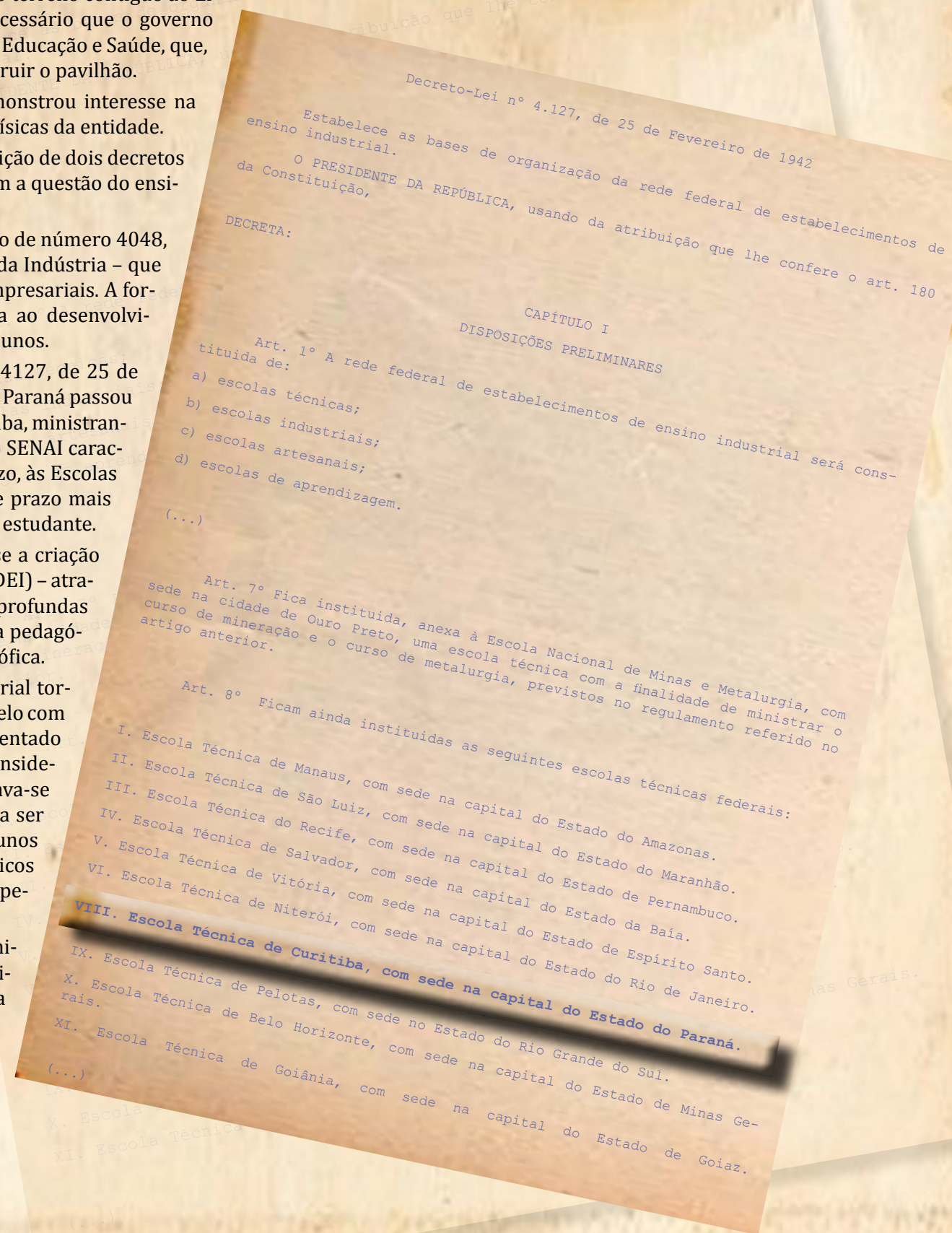
Em conformidade ao decreto nº 4127, de 25 de fevereiro de 1942, o Liceu Industrial do Paraná passou a denominar-se Escola Técnica de Curitiba, ministrando ensino de 1º e 2º Ciclos. Enquanto o SENAI caracterizava-se por um ensino de curto prazo, às Escolas Técnicas eram destinados os cursos de prazo mais longo, com formação mais completa do estudante.

Em 30 de janeiro de 1942, deu-se a criação da Lei Orgânica do Ensino Industrial (LDEI) – através do decreto-lei nº 4073 – que trouxe profundas modificações ao setor, seja na estrutura pedagógica como nas estruturas prática e filosófica.

A partir da LOEI o ensino industrial tornou-se curso de segundo grau, em paralelo com o ensino secundário. O avanço representado por essa medida foi revolucionário, considerando-se que o ensino industrial libertava-se do peso fatalista da terminalidade, para ser alçado à condição que permitia aos alunos portadores de diplomas de cursos técnicos ingressarem nas escolas de curso superior.

Se já havia alguns avanços para minimizar a distância que separava as atividades manuais das ditas nobres, cada qual representando uma categoria social, com a nova lei a questão ganhou importância fundamental. O ensino tornava-se mais democrático.

Fragmento do Decreto nº 4127, de 25 de fevereiro de 1942, o qual determina a mudança de denominação de Liceu Industrial do Paraná para Escola Técnica de Curitiba



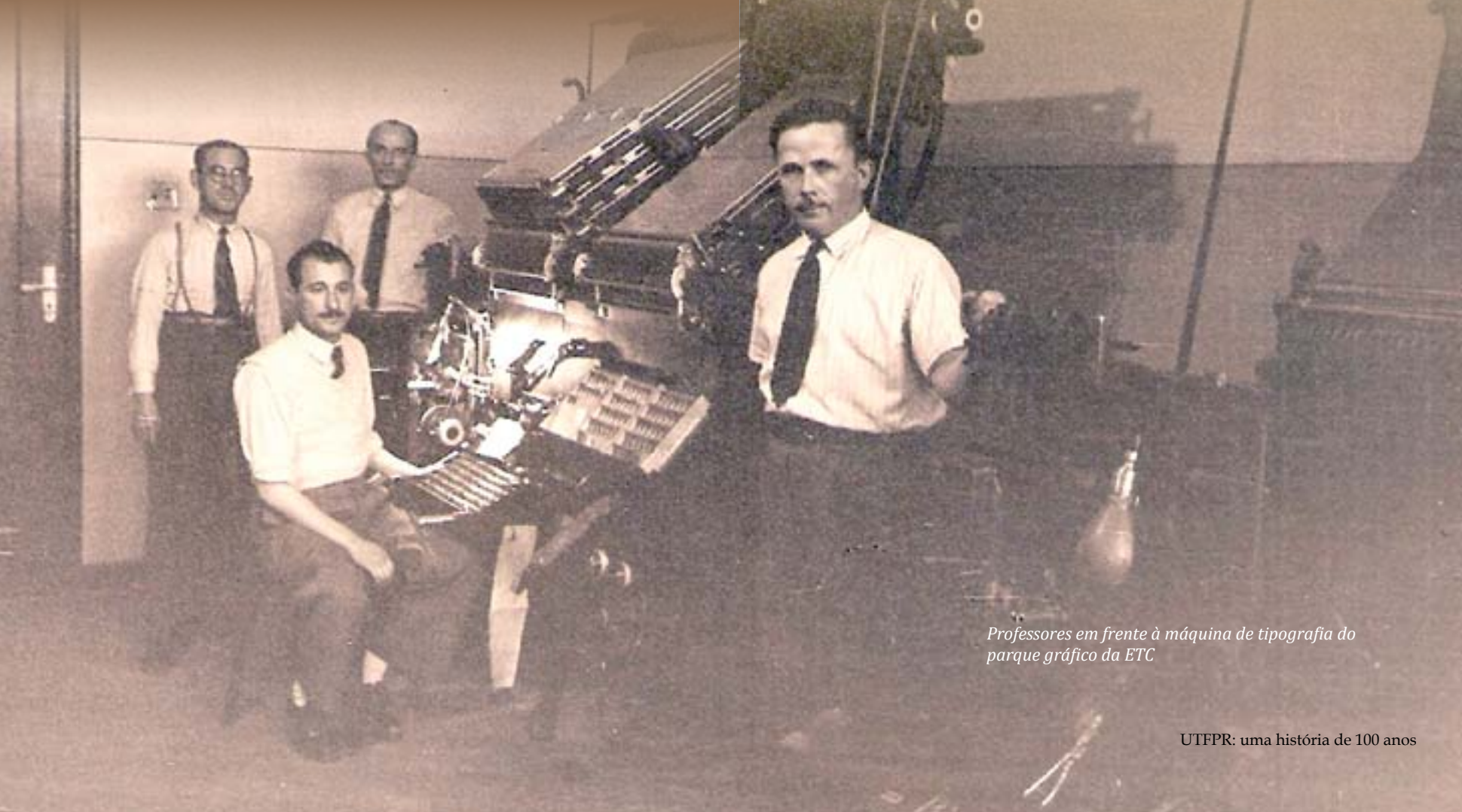
A duração dos cursos industriais, destinados à formação de artífices altamente qualificados, seria de quatro anos, podendo matricular-se jovens com idades entre 12 e 17 anos, com diploma do curso primário.

O ensino industrial tinha dois ciclos a serem cumpridos. O primeiro ciclo compunha-se de cursos industriais básicos e o segundo, por cursos técnicos e cursos pedagógicos.

Enquanto os cursos técnicos eram destinados ao ensino de técnicas próprias ao exercício de funções de caráter específico da indústria, os cursos pedagógicos direcionavam-se à formação de professores e técnico-administrativos voltados ao ensino industrial. Na prática, vingou somente o primeiro ciclo.

Segundo o Artigo 15 da lei, era papel das escolas técnicas ministrarem cursos técnicos, embora também pudessem manter cursos industriais, de mestría e pedagógicos. As escolas industriais podiam ministrar os de mestría e pedagógicos, logicamente além dos industriais.

Onze cursos industriais básicos eram oferecidos pela escola: alfaiataria, corte e costura, tipografia e encadernação, mecânica de máquinas, marcenaria, artes de couro, mecânica de automóveis, carpintaria, pintura, serralheria e alvenaria, revestimentos.



Professores em frente à máquina de tipografia do parque gráfico da ETC



Alunos na oficina de vestuário e Interventor Manoel Ribas descerrando o retrato de Gustavo Capanema por ocasião da visita do Ministro à Instituição

À exceção de corte e costura, destinado ao público feminino, os demais cursos eram eminentemente masculinos.

Dividia-se a grade curricular do ensino industrial básico em Cultura Geral (português, matemática, ciências físicas e naturais, geografia do Brasil e história do Brasil) e Cultura Técnica (desenho técnico e tecnologia).

A Cultura Geral tinha as mesmas disciplinas para todos os cursos, enquanto a Técnica – dos cursos masculinos – oferecia na primeira série aulas de Desenho Técnico e Práticas de Oficina, por um período de dois meses cada, dando ao aluno possibilidade de escolher conforme sua aptidão. Nas três séries seguintes havia a disciplina de Tecnologia, igualmente seguindo a escolha do aluno.

Entre a implantação da Lei Orgânica e a efetiva aplicação nas escolas, decorreriam meses. O prazo vigente para as mudanças e adaptações nos estabelecimentos de ensino industrial em todo o país, encerrava no dia 31 de dezembro.

O conjunto de legislações sobre a educação adotadas pelo ministério no período ficou conhecido como “Reforma Capanema”.

A instalação dos cursos técnicos na Escola Técnica de Curitiba, no início de 1943, foi motivo de solenidade à qual compareceram o Interventor Manoel Ribas, o prefeito Rozaldo de Melo Leitão, o general José Agostinho dos Santos, comandante da 5ª Região Militar, entre outras autoridades.

Na ocasião foram inaugurados os cursos de Máquinas e Motores, de Edificações, de Desenhistas Técnicos e de Decoração de Interiores.



Três décadas depois de sua criação, a Escola Técnica de Curitiba firmara-se no conceito da qualidade de ensino que ministrava. A importância da instituição foi abalizada com a visita do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, acompanhado do Interventor Manoel Ribas, e de uma comitiva de autoridades, no dia 16 de outubro de 1943.

Após percorrer as instalações, Gustavo Capanema afirmou que tomaria providências para melhor aparelhamento das oficinas, assim como a ampliação do espaço físico e dos edifícios da instituição.

No final desse ano foi apresentado o plano urbanístico para Curitiba desenvolvido pelo francês Alfred-Donat Agache, a convite do prefeito Rozaldo Leitão. O Plano Agache, que definiu a cidade para o futuro, com o traçado de suas diretrizes – embora o projeto tenha sido corrompido por governantes posteriores –, colocava o bairro Rebouças dentro de uma localização estratégica. Justamente onde estava a ETC.

Não foi mera oratória do ministro Capanema ao pronunciar-se em sua visita a Curitiba que tomaria providências para melhor adequar a escola. Em 1944 o Ministério da Educação e Saúde liberou à Escola Técnica de Curitiba verba de 1 milhão de cruzeiros para aquisição de máquinas e equipamentos.



O Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema em visita à Instituição



Prédios que seriam desapropriados para ampliação da ETC

Através do decreto federal nº 16.399, assinado por Getúlio Vargas, foram considerados de utilidade pública os imóveis localizados ao redor do estabelecimento. Sem a anexação dos mesmos não seria possível a ampliação.

Os terrenos situavam-se entre a rua Marechal Floriano, avenida Silva Jardim, rua Desembargador Westphalen e avenida Sete de Setembro.

O decreto trazia um parágrafo único: “Não se compreende na declaração deste Decreto a área pertencente ao Estado do Paraná, fronteira à rua Desembargador Westphalen, avenida Sete de Setembro e rua Marechal Floriano Peixoto, compreendendo 8.736,57 m².”

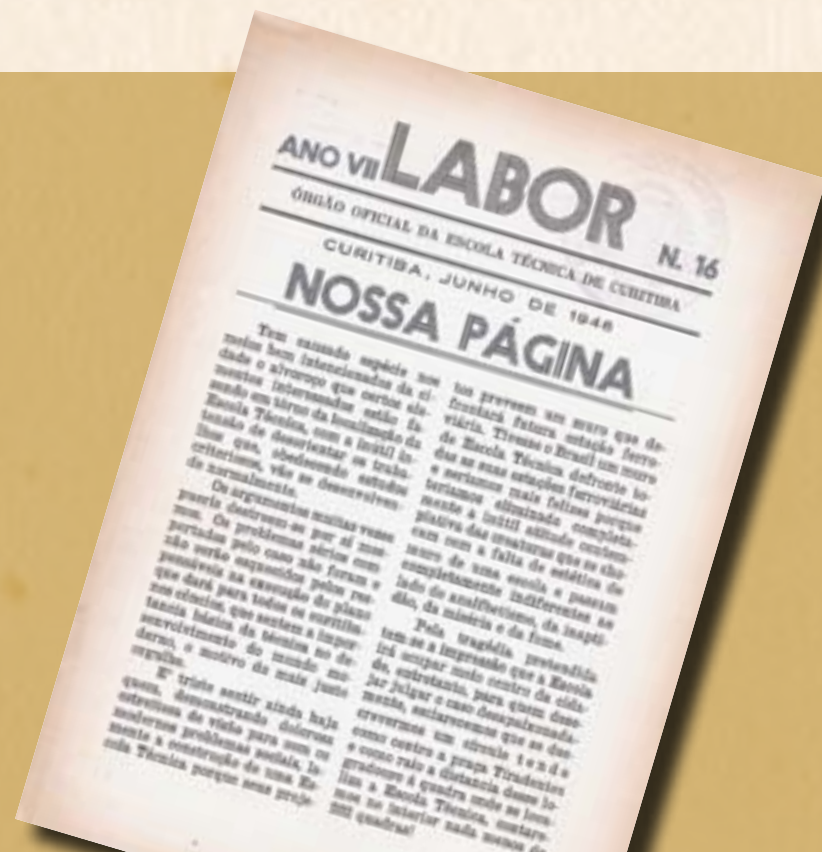
Foram então desapropriadas as áreas vizinhas que pertenciam a particulares, gerando indignação e revolta. Estes argumentaram que mais de 500 pessoas seriam expulsas de seus lares, a época era de crise imobiliária, prédios considerados importantes seriam demolidos. Um jornal influente na cidade, o Diário da Tarde, deu a sugestão de transferir a escola para uma região mais distante.

Estava em jogo uma área de 23.546 m². Os protestos se prolongaram por semanas, mesmo assim não houve recuo por parte das autoridades; as obras foram levadas adiante.

O editorial da revista Labor teceu críticas aos jornais locais pela incapacidade de uma visão mais profunda sobre o papel representado pela Escola Técnica de Curitiba, o quanto ela poderia contribuir na resolução de problemas sociais e no progresso da técnica, fator que era fundamental para o desenvolvimento nacional e do mundo moderno.

Reações à ampliação da Escola Técnica de Curitiba

A ampliação da Escola Técnica de Curitiba, em 1946, foi motivo de uma onda de protestos que incendiou a imprensa e o bairro Rebouças. Os contrários às ocupações dos terrenos e desapropriações em torno da Instituição argumentaram, inclusive, sobre o muro da escola que tornaria feia a vista de uma futura estação ferroviária. A revista Labor, publicada pela ETC, lamentou o fato em sua edição do mês de junho: “Tivesse o Brasil um muro de Escola Técnica defronte de todas as suas estações ferroviárias e seríamos mais felizes porque teríamos eliminado completamente a inútil atitude contemplativa das criaturas que se chocam com a falta de estética do muro de uma escola e passam completamente indiferentes ao lado do analfabetismo, da inaptidão, da miséria e da fome”.



Vinheta da CBAI, croqui do projeto de ampliação da Escola Técnica (fundo) e obras de ampliação

Em 1946 começaram as grandes reformas e ampliações no prédio, que se estenderiam por muito tempo. Foram obras de vulto, somando-se a elas a construção do internato, piscinas, quadras de esporte, arquibancadas.

Entre as benfeitorias, o maior destaque ficou para o internato, em razão de sua necessidade. Era composto de 20 quartos. Cada quarto abrigava dois ou quatro leitos, todos destinados aos jovens que vinham do interior. A esses alunos era fornecida alimentação pelo tempo que permanecessem internos. Em sua maioria cursavam o primeiro e o segundo ano do Industrial Básico.

Também no ano de 1946 foi criada a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI), um programa de cooperação entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, que tinha por objetivo formar professores para atuar no ensino industrial.

Através da CBAI, os Estados Unidos enviavam ao Brasil especialistas para o desenvolvimento do ensino industrial; e recebiam professores e técnicos brasileiros para serem treinados em seus centros de estudos.



PROJETO PARA A AMPLIAÇÃO DA ESCOLA TÉCNICA DE CURITIBA

VISTA GERAL DOS EDIFÍCIOS QUE SUBSTITUIRÃO OS ATUAIS PARDIEIROS

O desenvolvimento da Escola Técnica de Curitiba, especialmente nos cursos da chamada Cultura Geral, curiosamente abriu um fosso entre os professores cuja formação, acreditava-se, vinha de bases mais sólidas, e os mestres de oficina, que tinham pouca escolaridade.

A segregação, embora aparentemente velada, era um componente real, a ponto de haver espaços distintos para as duas categorias de professores no intervalo das aulas. Acredita-se que a escolaridade de uns, dando-lhe conhecimento teórico, em confronto com a prática profissional de outros, sem esse embasamento, teria criado terrenos diferenciados, embora todos se ocupassem em transmitir o saber.

Em 1950 integravam os cursos Industriais Básicos: Alfaiataria, Artes de Couro, Corte e Costura, Marcenaria, Mecânica de Máquinas, Serralheria e Tipografia e Encadernação. Na área de cursos técnicos constavam os de Construção de Máquinas e Motores (Mecânica), Decoração de Interiores e Edificações.

Desde anos anteriores o curso de corte e costura mantinha-se como sendo o único destinado ao público feminino. Também as meninas eram maioria no curso de decoração de interiores, embora a escola não tivesse turmas mistas.

Todas as alunas deveriam assistir às aulas de Economia Doméstica, sendo este um curso obrigatório.

O ensino direcionado às jovens, na escola, limitava-se aos parâmetros daquilo que se esperava das mulheres nessa época: torná-las prendadas donas de casa.

Mesmo no curso técnico de Decoração de Interiores buscava-se a representação de uma atividade envolvendo noções de estética aliada à sensibilidade, concebidas como características femininas.

Quando se tratava de cursos relacionados a trabalhos que exigissem força ou pertencessem à área tecnológica – neste caso também envolvendo noções tidas como mais complexas e elaboradas – então o assunto era específico ao universo masculino.



Manual de bordado da CBAI



Francisco Montojos, ao centro, cercado por diretores das Escolas de Aprendizes do país

Com a promulgação da Lei nº 1920, de 25 de julho de 1953, do governo federal, deixou de existir o Ministério da Educação e Saúde, tornando-se independentes as pastas de Saúde e Educação. Surgiram os ministérios da Saúde (MS) e da Educação e Cultura (MEC).

Em janeiro de 1955, uma comissão nomeada pelo então ministro da Educação, Cândido Motta Filho, foi incumbida de elaborar um anteprojeto de lei que substituísse a Lei Orgânica do Ensino Industrial, criada em 1942.

Essa comissão sugeriu a adoção de três tipos de cursos para a formação profissional: de aprendizagem, básico e técnico. Os cursos de aprendizagem teriam curta duração, visando à formação de operários; os básicos, sem caráter formativo, serviriam para orientar os alunos na escolha da futura profissão; já os técnicos estariam voltados à formação de profissionais e assistentes de engenheiros.

Entre 1946 e 1956, período que compreendeu o primeiro decênio da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial, percebeu-se um aumento significativo nas matrículas da escola técnica curitibana.

Porém, a maioria dos mestres de oficinas e dos professores de Cultura Geral tinha baixa escolaridade ou formação não condizente à área em que estava atuando.

Por essa época, meados dos anos 1950, no Rio de Janeiro, uma comissão formada pelo chefe da Divisão do Ensino Industrial do MEC, Francisco Montojos – que também respondia pela superintendência da CBAI –, pelos americanos Paul C. Packer e Edward W. Sheridan, em colaboração com o MEC, chegou a um consenso: a Escola Técnica de Curitiba deveria sediar um Centro de Pesquisas e Treinamento de Professores.

Afinal, segundo opinião dos especialistas, a instituição paranaense era a mais bem equipada escola técnica da rede federal.

No começo de 1957 o presidente Juscelino Kubitschek, confirmou a proposta por meio de Mensagem Presidencial enviada ao Congresso Nacional.

Dizia a mensagem que “dando prosseguimento aos serviços de assistência técnico-pedagógica ao magistério deste ramo (ensino industrial), deverão instalar-se no corrente ano, cursos de aperfeiçoamento para professores já em exercício. A sede desses serviços será agora a Escola Técnica de Curitiba”.

Mais adiante, o documento esclarecia que a CBAI, sediada na capital federal, iria transferir-se para a capital paranaense “a fim de superintender e ministrar esses cursos”.

Com a chegada de Glover E. Tully, então Diretor Técnico de Ações da Divisão Educacional da CBAI, em fevereiro desse ano, começava o processo de mudança da parte pedagógica da Comissão. Um relatório escrito por Tully determinou os objetivos do Programa de Treinamento para Professores a ser desenvolvido no recém-criado Centro de Pesquisas e Treinamento de Professores – CPTP:

1) Treinar equipes de treinadores de professores que possam por sua vez treinar outros professores de educação industrial.

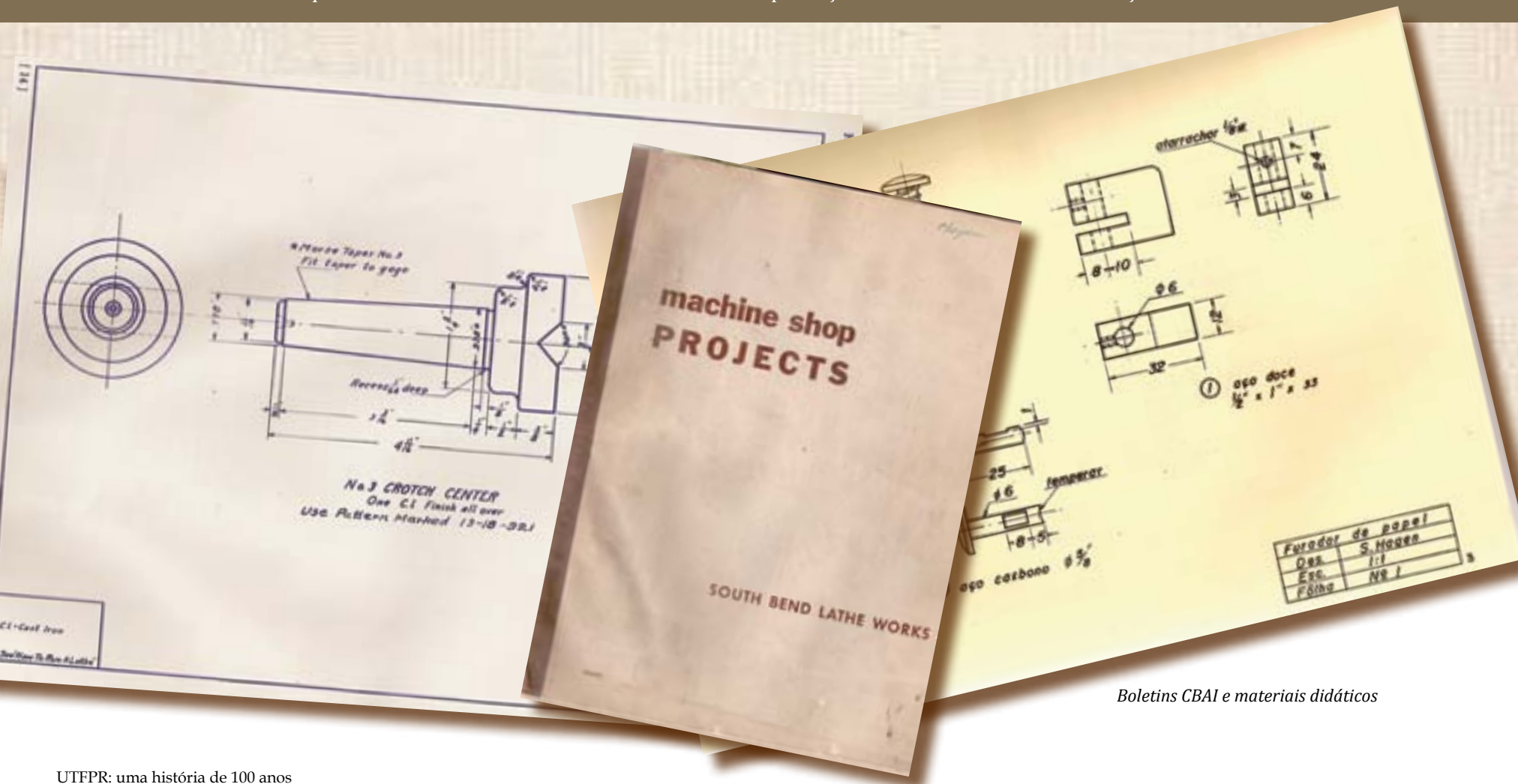
2) Preparar material didático para uso didático nas escolas da CBAI.

3) Propor mudanças curriculares que serão revisadas pelas autoridades educacionais brasileiras competentes para sua possível implementação.

Os trabalhos do CPTP teriam início em agosto, conforme acordos entre a CBAI e o MEC. Para que isso ocorresse, foi realizado um Seminário para Orientadores, com 25 participantes de escolas técnicas e industriais de todo o Brasil. O encontro aconteceu entre os dias 6 e 24 de maio de 1957.

Ao mesmo tempo eram providenciados os transportes do Rio de Janeiro a Curitiba de cerca de 4 mil livros para compor uma biblioteca, grande quantidade de material didático impresso, móveis, máquinas de escrever, equipamentos para instalação de novas oficinas e para reparar as já existentes.

Foram transferidas ainda as oficinas gráficas destinadas à produção de material didático e às edições do Boletim CBAI.



Boletins CBAI e materiais didáticos



Aluno pratica novas técnicas de fundição na oficina de Fundição da Escola Técnica de Curitiba

A nova oficina de Rádio e Eletricidade recebeu um transformador mais potente, considerando-se o aumento do consumo de energia de novas máquinas que seriam instaladas, bem como de todo o equipamento destinado para o novo setor.

A oficina de Fundição foi reorganizada, ganhou modernos equipamentos, inclusive um laboratório para análise de areia. Os alunos aprenderiam a fazer testes nos moldes das fundições mais atualizadas.

Os cuidados e investimentos verificados com a estruturação e a organização do CPTP denotavam a importância que cercava o centro de treinamento. Ele era o projeto primordial da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial para o Brasil.

Um brasileiro e um norte-americano dividiam a direção do

CPTP: Lauro Wilhelm, que comandava a Escola Técnica de Curitiba, e o professor Robert S. Hoole.

Nos anos de 1958 e 1959 os cursos para professores tinham a duração de oito meses, com início em abril e término em novembro. Em 1960 aumentou para nove meses.

As aulas eram ministradas por um técnico americano, acompanhado de um tradutor, e por um professor brasileiro – *counterpart* –, sendo este responsável pelo planejamento do curso e preparo das aulas. O *counterpart* utilizava-se de audiovisuais e materiais didáticos, e contava com a assistência do técnico americano.

Participavam dos cursos professores, técnicos e instrutores de escolas federais, estaduais e municipais, do SENAI e entidades convidadas.

Vindos de todas as regiões do Brasil, havia um custo a partir do traslado a Curitiba, sem contar as despesas decorrentes dos meses passados na cidade. A CBAI encarregava-se do custeio das passagens de ida e volta, das refeições (servidas no refeitório da escola), do material utilizado durante o curso, e ainda custeava a substituição dos cursistas nas instituições às quais estivessem vinculados.

O ensino era ministrado através de aulas teóricas expositivas para a apresentação da matéria; aulas práticas para verificação e aperfeiçoamento das habilidades profissionais; debates com participação ativa dos professores-alunos; preparação e administração de aulas pelos professores-alunos, visando à didática individual.

Os participantes dos cursos oferecidos pela CBAI eram enviados a Curitiba pelas escolas industriais e técnicas, oficiais ou não, após terem sido aprovados em exames de seleção nas suas

próprias instituições. Ao final do curso recebiam certificado de Professor de Prática de Oficina de sua especialidade.

Apesar dos esforços despendidos, o primeiro ano de funcionamento do CPTP deu-se de forma precária, com poucos alunos-professores e direcionado para apenas duas áreas. Já no segundo ano, em 1958, constaram as áreas de Mecânica de Máquinas, Marcenaria, Fundição e Modelagem, Serralheria e Eletricidade. Em 1959, passou a fazer parte do rol o curso de Mecânica de Automóveis.

Entre as disciplinas ministradas no Centro de Pesquisas constavam as de Construção de Cursos, Tecnologia, Organização e Direção de Oficinas, Prática de Oficina, Tratamento Térmico dos Metais – para o grupo de metais –, Noções de Construção de Edifícios (para o pessoal de Marcenaria). Havia, ainda, o ensino de matérias correlatas: Português, Matemática e Desenho Técnico.



Oficina de Rádio e Eletricidade da Escola Técnica de Curitiba

Em 1960, três anos depois de criado, o CPTP teve sua denominação alterada para Curso de Formação de Professores. A razão da mudança deveu-se à justificativa de que quase a totalidade dos cursistas (pouco mais de 80%) não era formada por professores. Eram homens que almejavam o Magistério, e, para isso, teriam que passar por um processo formativo.

Nesse ano as aulas se estenderam por nove meses, de 15 de março a 15 de dezembro. Foram acrescentados aos cursos já existentes os de Rádio e Artes Gráficas.

A turma de Preparação Profissional teve carga horária de 880 horas; a de Preparação Pedagógica, 520 horas e outras 200 horas foram destinadas às disciplinas de Preparação Geral. Ao todo foram 1.600 horas dedicadas ao ensino. Em 1961, a direção estendeu o curso para dez meses.

Mergulhar num curso intensivo com aulas teóricas pela manhã e práticas à tarde, durante meses seguidos, de segunda a sexta-feira, oito horas por dia: este era o desafio que envolvia os professores participantes. Sem contar que se encontravam longe de casa e, nas horas de folga, tinham que preparar tarefas extracurriculares.

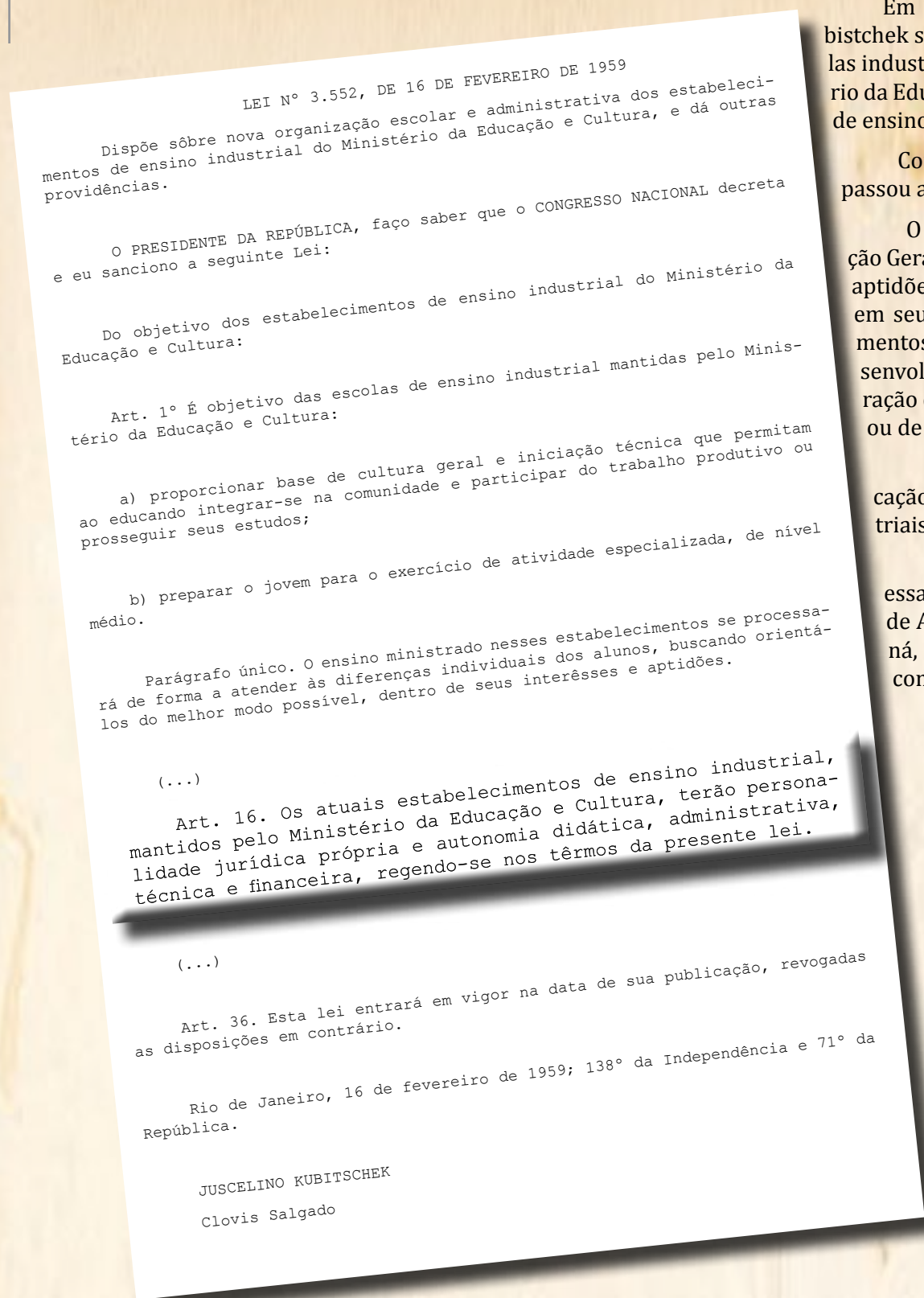
Cabia aos docentes trabalhar com elementos motivacionais, injetando na turma otimismo e orgulho pelo ofício, lembrando a eles que o conhecimento ali adquirido contribuía para abrirem-se portas no competitivo mercado de trabalho e propiciava oportunidades de ascensão social.

Além disso – ou, antes de tudo – era imprescindível olhar a si próprio, sua realização profissional e o seu papel como professor, a sua representatividade na vida de seus alunos.

O Centro de Treinamento de Professores, durante os anos que atuou sob as siglas do CBAI/ETC, atraiu para a Escola Técnica de Curitiba as atenções do ensino industrial de todo o país. A Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial tinha interesse na difusão de suas realizações na capital paranaense, e conseguiu manter essa visibilidade.



Capas do curso básico para estudantes de máquinas operatrizes e projetos úteis para Metais em Geral - CBAI



Fragmento da Lei nº 3.552, assinada por Juscelino Kubistchek, em 16 de fevereiro de 1959, transformando as escolas técnicas em autarquias

Em 16 de fevereiro de 1959 o presidente Juscelino Kubistchek sancionou a Lei nº 3552, que transformava as escolas industriais e técnicas em autarquias. Conforme o Ministério da Educação e Cultura, esta mudança traria às instituições de ensino maior autonomia.

Com a reforma de ensino a Escola Técnica de Curitiba passou a denominar-se Escola Técnica Federal do Paraná.

O Curso Industrial Básico transformou-se em Educação Geral, estabelecendo um caráter voltado à sondagem de aptidões e desenvolvimento de capacidades, como consta em seu Artigo 4º: “tem como objetivo ampliar os fundamentos de cultura, explorar as aptidões do educando e desenvolver suas capacidades, orientando-os, com a colaboração da família, na escolha de oportunidades de trabalho ou de estudos ulteriores”.

Para satisfazer à nova legislação o curso de Educação Geral foi acrescido da disciplina de Artes Industriais.

A necessidade de professores qualificados para essas aulas fez com que o CPTP organizasse uma oficina de Artes Industriais na Escola Técnica Federal do Paraná, tanto para treinar docentes como para o trabalho com os alunos.



Um dos orgulhos da Escola Técnica Federal do Paraná era a realização, ao cabo de cada ano letivo, de exposições produzidas com os trabalhos dos alunos. As mostras que atraíam e deleitavam o público curitibano, tornaram-se uma tradição na cidade.

Como o ano de 1959 marcou o cinquentenário de fundação da escola, nada mais justo, portanto, que a temática recaísse sobre a data. Na última semana de novembro realizou-se a Exposição do Cinquentenário, lembrando o surgimento das Escolas de Aprendizes Artífices e do ensino industrial no Brasil.

A participação foi geral, com todas as seções do estabelecimento ali representadas. Até os professores que estavam no CPTP fizeram parte da festa com suas produções. A ampla cobertura da imprensa contribuiu para a numerosa afluência de visitantes.

Esse evento, de caráter anual, representava uma prestação de contas dos alunos aos pais e à comunidade sobre as atividades desenvolvidas na instituição e o progresso que obtinham com o estudo. Havia também uma mensagem implícita, sobre a qual os jovens não tinham noção – a ideia de que o desenvolvimento do Brasil estava intimamente ligado à evolução do ensino industrial.

Era este o segmento da educação que influía no fornecimento de mão de obra especializada para a indústria, vista, por sua vez, como a grande propulsora do crescimento econômico brasileiro. Em algum ponto do processo desenvolvimentista os dois caminhos se cruzavam, com suas ofertas e procuras.

Em 25 de abril de 1961, o presidente Jânio Quadros sancionou o decreto 50492 que transformou o curso Industrial Básico em Ginásio Industrial, conforme fixado no Artigo 1º da lei:

O curso básico de ensino industrial, mantido o seu caráter de educação geral previsto na Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, poderá funcionar com a feição pedagógica e designação de ginásio industrial, nos termos deste decreto.



Professores da ETC organizam a exposição comemorativa dos 50 anos da instituição

EXPOTEC – a Exposição de Trabalhos Técnicos do CEFET-PR

Por mais de três décadas o CEFET-PR foi palco de uma exposição anual que movimentava toda a comunidade acadêmica. A EXPOTEC – Exposição de Trabalhos Técnicos envolvia trabalhos de cunho técnico-científico, tendo por objetivos valorizar e divulgar os trabalhos e projetos que se destacaram durante o desenvolvimento das diversas disciplinas dos cursos; incentivar a pesquisa e execução de novas ideias, assim como otimizar as já conhecidas, além de usar o espaço da exposição para o exercício da criatividade, possibilitando que se concretizassem projetos especiais. Era também uma forma de divulgar as atividades da instituição ao público externo.

Nesse mesmo ano de 1961, em dezembro, foi promulgada a Lei 4024, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – que dividiu o ensino técnico de grau médio, formado pelos cursos industrial, agrícola e comercial, em Ensino Ginásial, com duração de quatro anos, e Colegial com, no mínimo, três anos. Criava-se, assim, a equivalência entre os cursos médios de 2º ciclo.

Aos estudantes do ensino profissional, a nova lei representou a consolidação do ingresso no ensino superior.

Coincidentemente, foi a partir de 1960 que os jovens passaram a ambicionar o ensino superior como o caminho natural para a ascensão social e econômica, pela falta de alternativas.

Assim como se vislumbravam novas possibilidades através dos estudos, as escolas profissionalizantes começaram a chamar a atenção da juventude pelos cursos que ministravam indo ao encontro das oportunidades que o mercado, aquecido pelo desenvolvimento da indústria nacional, passara a oferecer.

Com a mudança de comportamento aliada aos caminhos que o ensino tomara, ampliando as perspectivas, criou-se uma alteração no perfil sócio-econômico dos alunos de cursos técnicos. Com isso, as grossas camadas de preconceito que persistiram por décadas na sociedade deixaram de existir.



Alunos da Escola Técnica Federal do Paraná em aula de laboratório

A Escola Técnica Federal do Paraná, que vinha de um processo de expansão paulatino, inclusive com a ajuda da CBAI para manter-se como referência no cenário nacional, também viveu essa onda de euforia. A Comissão foi responsável pelas melhorias das instalações da escola, entre outras ações, que colaboraram para que se projetasse ainda mais.

A partir de 1961, no entanto, a presença de técnicos americanos no CPTP começou a diminuir gradativamente, à medida que os técnicos brasileiros foram sendo capacitados. Em 1963, a CBAI foi extinta por decreto do presidente da República, João Goulart.

Seus encargos foram transferidos ao Grupo de Trabalho de Expansão do Ensino Industrial (GTEEI), órgão técnico diretamente ligado à Diretoria Industrial do MEC, que, a partir de então, teve sua denominação alterada para Grupo Executivo do Ensino Industrial (GEEI).

Os técnicos brasileiros da CBAI passaram a integrar o GEEI. Os professores do Centro Pedagógico do Ensino Industrial de Curitiba – nova denominação do CPTP – continuaram a dar aulas na Escola Técnica Federal do Paraná, já que eram vinculados a ela.

A Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial iniciou e deu por encerrada sua história dentro da escola paranaense, como um organismo paralelo, apesar da proximidade mantida com a instituição.

Esta, porém, tinha vida própria. Em 31 de dezembro de 1961 foi instituído o Conselho de Professores da ETFPR, atendendo à exigência da nova lei de ensino industrial.

Coube ao Conselho enquadrar os cursos ofertados com a nova legislação, da mesma forma que passou a tomar medidas para melhorar o funcionamento das atividades pedagógicas.

Buscando mais eficácia e agilidade, o Conselho foi subdividido em comissões que se tornaram responsáveis pelo gerenciamento das provas, aprovação dos programas e adaptação de cursos.

Segundo depoimento de Ricardo Luís Knesebeck, que viria a ser diretor da escola, a falta de controle da direção sobre a elaboração e cumprimento dos programas, a carga dos professores, era uma das falhas das escolas da época.

Contratado como professor de Física pela ETFPR, foi levado à sala de aula sem que a escola se preocupasse com o conteúdo do que ele iria ensinar. “Não me disseram o que era para ensinar, não me perguntaram o que eu ia ensinar, e se eu perguntasse qual era o programa de ensino, ninguém saberia me dizer”, disse ele.

Quadro da Constituição do Conselho de Representantes da ETFPR, registrando os nomes dos primeiros conselheiros

NOME COMPLETO	Classe Representação	Data início período mandato	Categoria p/ qual foi designado	Publicação do ato de designação
Henrique Bettes	Corpo Docente	27-02-60/6 anos	Titular	Decreto de 27-02-60 D.O.U. de 27-02-60
Enrico Back	"	"	Suplente	"
Halgh Jorge Letzer	"	"	Titular	"
Wilson Meiser	"	"	Suplente	"
Paulo Augusto Wendler	CREA - 1ª Reg.	" / 4 anos	Titular	"
Jabir Leal	"	" / 2 anos	Suplente	"
Telange Telon Alves	Téc. Ind.	"	Titular	"
George W. Kern	"	"	Suplente	"
Raymond Egg	Educ. estranho	27-02-63/6 anos	Titular	Decreto de 27-02-63 D.O.U. de 28-02-63
Manoel Alberto Marches	"	"	Suplente	"
Manoel Alberto Marches	Industrial	"	Titular	Ato designação 14-6-63 D.O.U. de 15-06-63
Manoel Alberto Marches	"	"	Suplente	"
Manoel Alberto Marches	Educ. estranho	"	Titular	Ato designação 14-6-63 D.O.U. de 15-06-63
Manoel Alberto Marches	"	"	Suplente	"
Manoel Alberto Marches	Téc. niv. médio	27-02-63/6 anos	Titular	Decreto de 27-02-63 D.O.U. de 28-02-63
Manoel Alberto Marches	"	"	Suplente	"
Manoel Alberto Marches	CREA - 1ª Reg.	30-05-66/6 anos	Titular	"
Manoel Alberto Marches	"	"	Suplente	"
Manoel Alberto Marches	Corpo Docente	"	Titular	"
Manoel Alberto Marches	"	"	Suplente	"
Manoel Alberto Marches	Educ. Engenharia	" / 4 anos	Titular	"
Manoel Alberto Marches	"	"	Suplente	"
Manoel Alberto Marches	Téc. niv. médio	" / 2 anos	Titular	"
Manoel Alberto Marches	"	"	Suplente	"
Manoel Alberto Marches	CREA - 1ª Reg.	"	Titular	Decreto de 28-07-68 D.O.U. de 29-07-68
Manoel Alberto Marches	"	"	Suplente	"
Manoel Alberto Marches	Federação Ind.	"	Titular	"
Manoel Alberto Marches	"	"	Suplente	"
Manoel Alberto Marches	Educ. estranho	28-07-68/6 anos	Titular	Ato de designação do Sr. Pres. da Rep. de 2-9-71 D.O.U. de 03-09-71
Manoel Alberto Marches	"	"	Suplente	"
Manoel Alberto Marches	Indústria	"	Titular	"
Manoel Alberto Marches	"	"	Suplente	"
Manoel Alberto Marches	Educ. estranho	03-09-71/6 anos	Titular	"
Manoel Alberto Marches	"	"	Suplente	"
Manoel Alberto Marches	CREA - 1ª Reg.	"	Titular	D.O.U. de 14-02-74
Manoel Alberto Marches	"	"	Suplente	"
Manoel Alberto Marches	Téc. niv. médio	"	Titular	"
Manoel Alberto Marches	"	"	Suplente	"
Manoel Alberto Marches	Corpo Docente	"	Titular	"
Manoel Alberto Marches	"	"	Suplente	"
Manoel Alberto Marches	Educ. estranho	13-02-74/6 anos	Titular	"
Manoel Alberto Marches	"	"	Suplente	"

OBSERVAÇÕES: AMANTINO DE MELLO REBAS — Aposentado conforme Portaria n.º 454 de 19-07-68 do Senhor Ministro de Estado da Educação e Cultura. WALTER DE TOLEDO PIZA — Licenciado do C.R. em 04-09-69 para assumir cargo de Sub-Secretário Geral do MEC na Quabara.

Respondendo pela direção da escola desde o distante ano de 1939, o professor Lauro Wilhelm deixou o posto em novembro de 1965, sendo substituído por Oswaldo Ceccon, então delegado do MEC. Foi uma passagem meteórica - de novembro de 1965 a junho de 1966.

Ricardo Luís Knesebeck sucedeu-o no cargo, a partir do dia 4 de junho.

O ano letivo de 1966 na Escola Técnica Federal do Paraná começou com a abertura de cursos técnicos no período noturno. A introdução desses novos cursos aumentou o número de alunos.

Sob o comando de Knesebeck, teve início um período de grandes mudanças na estrutura da escola.

Expandiu-se o ensino técnico colegial, considerando-se o desenvolvimento econômico que o Estado apresentava. As disciplinas curriculares de cultura geral, dos cursos técnicos, foram reestruturadas buscando, provavelmente, a padronização e o aprofundamento dos programas de ensino.

O aspecto pedagógico ganhou importância com a criação da Coordenação Didática, subordinada ao Departamento de Ensino. Direcionou-se a atenção para a sala de aula, para as relações entre alunos e professores. O cuidado com a qualidade e eficiência dos cursos era intenso.

Em 1969 aprovou-se a criação de chefias para as disciplinas de cultura geral, considerando-se que o Conselho de Professores, por si só, não conseguiria dar conta dos mais de 3 mil alunos matriculados na escola.

A coordenação didática da escola também criou um mecanismo cujo objetivo era avaliar o aproveitamento dos alunos, e, com isso, poder manter o controle e fiscalização do trabalho do professor.

As alterações na ETFPR como as mudanças curriculares, planejamento de ensino, maior cuidado com as questões pedagógicas tiveram resultados positivos, como se verificou com as primeiras colocações dos alunos do curso técnico nos vestibulares da Universidade Federal do Paraná.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Of. 576/71-60-P. Em 25 de outubro de 1971.
Do Diretor da Escola Técnica Federal do Paraná
Ao PRODEM
Assunto

Prezados Senhores:
Nos últimos seis anos, a matrícula na Escola apresentou o crescimento retratado no quadro anexo. Note-se que esse aumento está concentrado nos cursos técnicos de 2º grau, enquanto vai se completando o processo de extinção do antigo ensino industrial.
Em decorrência do projeto "Leste Europeu", através do qual recebemos, de parte do H.E.C. um grande acervo de máquinas e instrumentos, a Escola teve que providenciar a ampliação do número de suas oficinas e laboratórios. Isto veio agravar ainda mais nossos problemas de densidade de área construída da Escola, que, conforme se vê nas plantas anexas, dispõe de reduzido pátio e pequenas áreas para recreio e instalações desportivas. Vale dizer, também, que estas salas de aula comum foram sacrificadas em favor da preparação de salas especializadas e de novos laboratórios.
A falta de espaço que assim se verifica na Escola Técnica Federal do Paraná dificulta a realização de Engenharia de Operação e dos cursos de 2º grau programados para o ano de 1972.

Em especial, há falta de espaço para as práticas do Curso de Edificações. Impõe-se, portanto, diligência no sentido da ampliação dos recursos físicos da Escola. A viabilidade dessa medida se verifica a partir dos seguintes dados:

- 1.- Em faixa contígua ao terreno ocupado pela Escola Técnica Federal do Paraná, localiza-se uma área de propriedade do Governo do Estado, com aproximadamente 2.000 m², em cujos edifícios funcionam serviços do Departamento Médico-Legal do Estado. Diga-se, de passagem, que do ponto de vista educacional, não é muito conveniente a localização de um secretário junto a uma Escola.
- 2.- Na quadra vizinha à da Escola, a Rede Ferroviária Federal tem o pátio de manobras de sua estação terminal de Curitiba, que, em breve será transferida para área menos central da cidade. Segundo informações colhidas do Senhor Superintendente Regional da R.F.F. S/A, aquela entidade deixará de utilizar a área atualmente ocupada pela referida estação, razão pela qual cogita em aliená-la e proceder estudos relativos à sua destinação.
- 3.- Proporcionadas condições para a obtenção de recursos destinados à construção de novas salas e laboratórios dos nossos futuros cursos de Engenharia de Operação, o Governo Federal, mediante Decreto do Excmo. Senhor Senador Presidente da República, vem autorizar celebração de contrato de financiamento pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento o que garante a pronta utilização de áreas que venham a ser anexadas ao atual terreno da Escola.

Tais fatos nos encorajam a submeter à consideração do Ministério da Educação e Cultura, através do PRODEM, a sugestão de que, em virtude de suas atribuições e competências, promova:

Enquanto as escolas técnicas do país eram referências no ensino, no âmbito das escolas de segundo grau, a do Paraná tinha reconhecimento nacional. A cada ano formavam-se técnicos de nível médio cada vez mais procurados pelo mercado de trabalho.

Fatores como a qualidade de ensino, estrutura física, equipamentos sempre renovados e investimentos na formação do corpo técnico e administrativo foram decisivos para que o MEC, em dezembro de 1969, selecionasse a instituição paranaense para ofertar Cursos Profissionais de Nível Superior de Curta Duração.

Da mesma seleção constaram as escolas de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Coube à ETFPR implantar os Cursos de Engenharia de Operação nas áreas de Construção Civil, Eletrônica e Eletrotécnica, uma modalidade de ensino adaptada dos cursos de curta duração que existiam na Europa desde o pós-guerra, e que se mostravam eficientes.

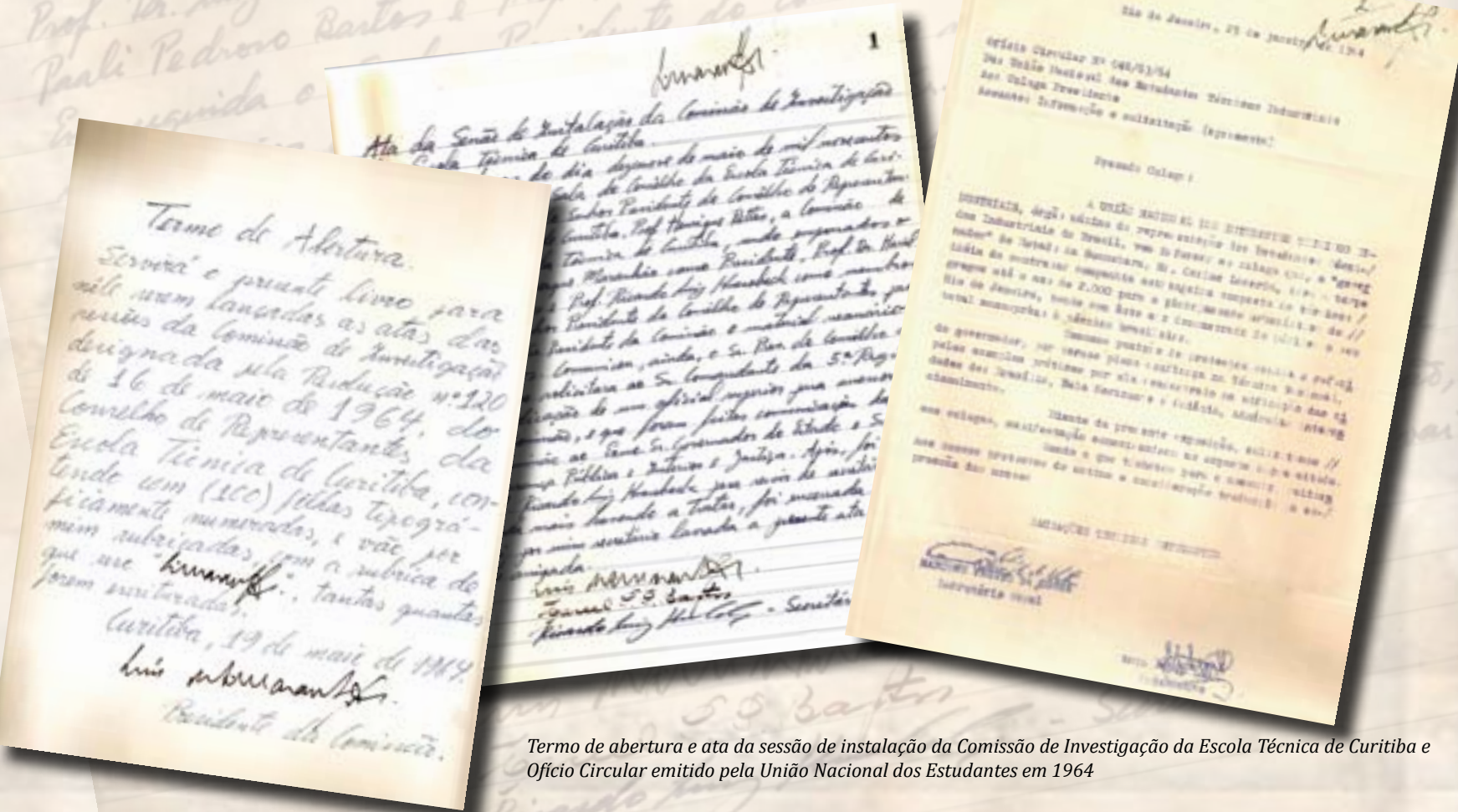
O Centro de Engenharia de Operação da ETFPR - CEO ficou responsável pela construção de um novo prédio que abrigaria as dependências desses cursos recém-criados.

Porém, não havia espaço físico para o empreendimento. A necessidade de novas instalações era premente, e essa realidade faria com que várias tentativas para adquirir um terreno se multiplicassem em desdobramentos através dos anos, até chegar a um termo positivo.

A - Gestões Junto ao Governo do Estado do Paraná;
B - Gestões Junto à Rede Ferroviária Federal S/A;
com o objetivo de conseguir a transferência para a Escola das áreas acima.

Encarregado a necessidade, oportunidade e urgência das medidas propostas, salientamos que, na eventual impossibilidade de sua concretização, a Escola se verá obrigada a promover as ampliações sugeridas mediante construção de pavimentos sobre as salas, oficinas e laboratórios de que já dispõe. Respeitosamente lembramos que tal solução traria em seu bojo o irreparável defeito de toda e qualquer alternativa de emergência e estenderia o problema de espaço físico que aqui procuramos evidenciar.
Certos de que V.Sa. saberá dispensar a presente a atenção devida, tomando as providências que se fizerem necessárias, valêmo-nos do ensejo para, a par de nossos agradecimentos, apresentarmos nossas cordiais saudações

Ricardo Luís Knesebeck
Diretor Executivo



Termo de abertura e ata da sessão de instalação da Comissão de Investigação da Escola Técnica de Curitiba e Ofício Circular emitido pela União Nacional dos Estudantes em 1964

Em 1970, o diretor Ricardo Knesebeck e o professor de história Niquelson Rodrigues dos Santos (mais tarde ele seria coordenador didático da instituição) tomaram a si o encargo de trazer para a escola o sistema de ensino por objetivos, conceito inovador na sistemática didático-pedagógica.

Houve reação por parte dos professores mais conservadores, no entanto o diretor fez valer sua vontade. “Eu fui um dos primeiros no Brasil que adotei de corpo e alma aquela filosofia e trouxe para cá e implantei”, afirmou Knesebeck, lembrando daqueles idos.

Foram realizados cursos de aperfeiçoamento ao pessoal docente, para melhor se inteirar do método de ensino.

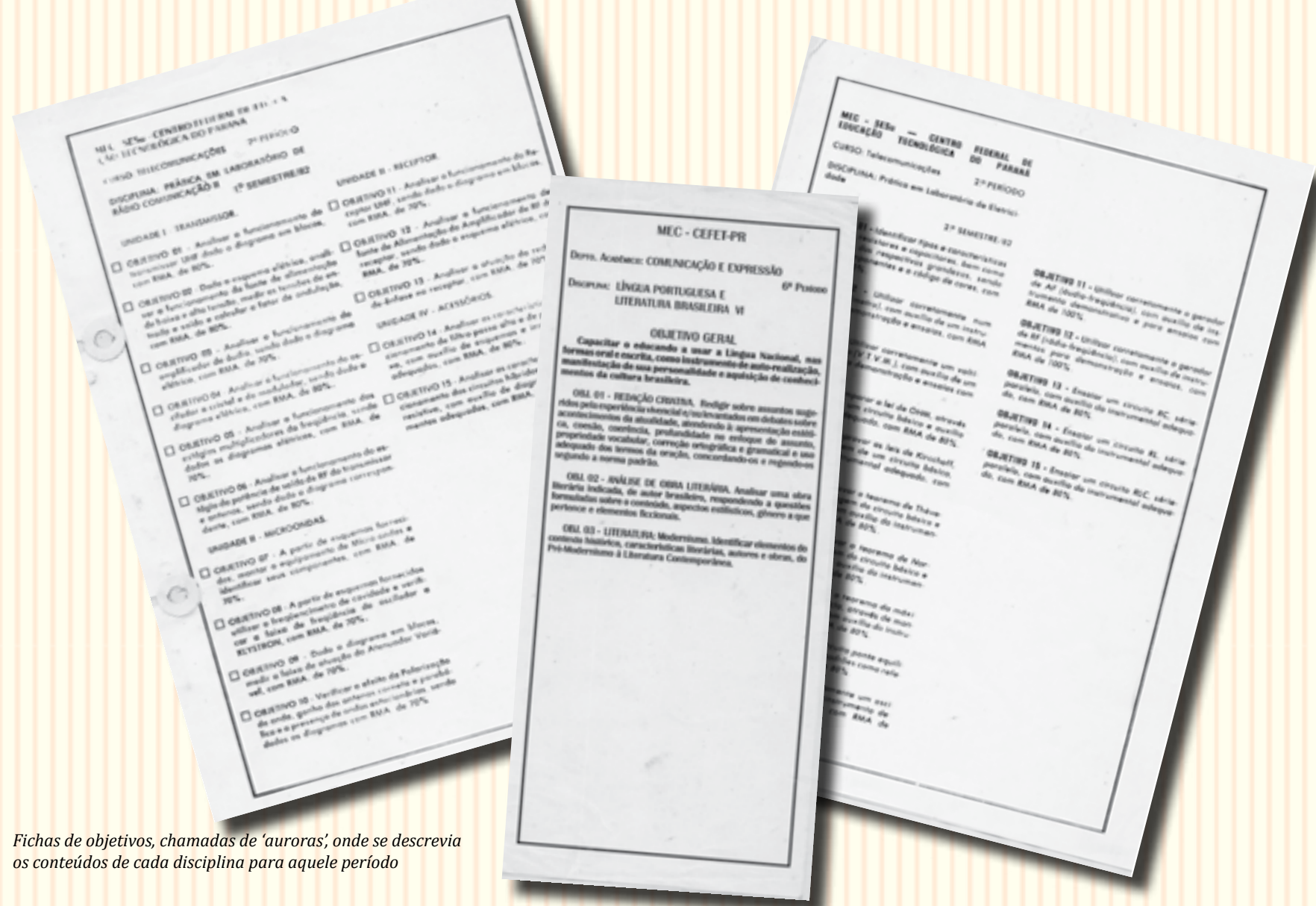
Outra das medidas adotadas pelo diretor junto aos educadores foi mais sutil, dessa vez estimulando seu orgulho profissional: eles integravam o quadro da Escola Técnica Federal do Paraná.

Devido ao trabalho desenvolvido, a ETFPR ocupou o honroso posto de difusora nacional dessa abordagem. O sistema de ensino por objetivos atravessou as décadas de 1970 e 1980, configurando-se como uma tradição da escola.

Por essa época, foi firmado um acordo com o Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional – Cenafor, órgão vinculado ao MEC, com sede em São Paulo, possibilitando aos professores da área técnica se reciclarem.

O Cenafor, nascido em 1969, tinha por finalidade, entre outras, a preparação e aperfeiçoamento dos docentes, técnicos e especialistas em formação profissional.

Em 4 de junho de 1972, Ricardo Luís Knesebeck deixou a direção da entidade para assumir a Coordenação de Assistência Técnica do MEC.



Fichas de objetivos, chamadas de 'auroras', onde se descrevia os conteúdos de cada disciplina para aquele período



Encenação de O doente imaginário, de Molière (fundo), elenco do Teatro da ETFPR com o diretor José Maria Santos, Coral da ETFPR em apresentação no auditório e a Banda Marcial do CEFET-PR em desfile na Avenida Cândido de Abreu



Aramis Demeterco foi seu sucessor por apenas um mês – de 4 de junho a 14 de julho. Em 14 de julho de 1972 transferiu a direção da ETFPR para seu colega, o professor Ivo Mezzadri, que ali ingressara em 1951 na condição de aluno do curso industrial básico de Serralheria. Posteriormente estudou Mecânica de Máquinas.

Quando se formou, permaneceu na escola como auxiliar de ensino, ministrando cursos de Orientação Profissional, Técnicos e Didáticos para o Ensino Industrial. Deu aulas de Mecânica, Eletrotécnica e Eletrônica. Foi Diretor Educacional e Diretor do Departamento Administrativo. Atuou ainda no Centro de Treinamento de Professores do Ginásio e no Conselho Estadual de Educação.

O objetivo de Ivo Mezzadri frente à instituição tinha por base uma constante busca pela melhoria na qualidade do ensino, que incluía, igualmente, atividades artísticas. A partir de 1972 tiveram início atividades teatrais, de música (coral, banda marcial), Festival de Cinema Super-8.

Embora o teatro ostente esse ano como o de criação oficial, dentro da escola, registros apontam para as primeiras encenações na década de 1950.

Nesse mesmo movimento inovador surgiram os clubes de Xadrez, de Astronomia e de Radioamador. Através de uma estação – PY-5- CHU – mantinha contato com integrantes da rede de todo o Brasil e do exterior.

Em setembro de 1973, a Escola Técnica Federal do Paraná conseguiu, depois de anos de tentativas, que uma vasta área fosse cedida para ampliação de seu espaço físico.

Recém-empossado no governo do Paraná, o governador Emílio Gomes acatou a solicitação da diretoria da escola e cedeu à instituição toda uma quadra situada na esquina das Avenidas Sete de Setembro e Marechal Floriano. O terreno, até então, era ocupado pelo Instituto Médico Legal.

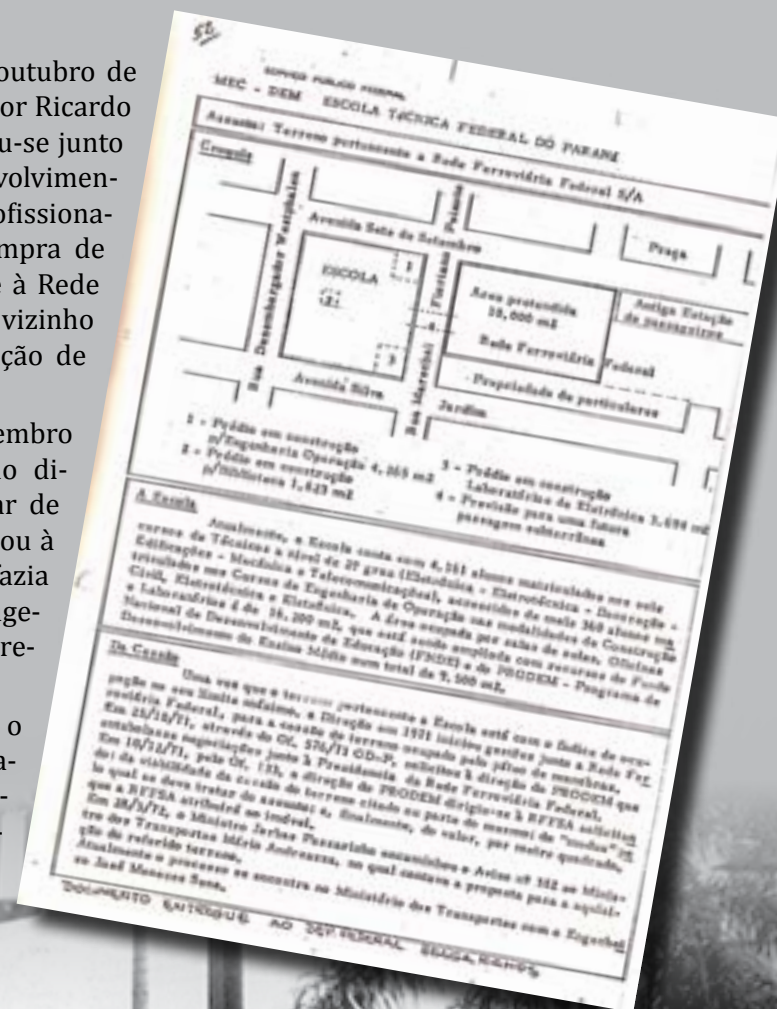
Encerrava-se assim o longo processo que tivera início anos atrás e que envolveu diversos órgãos do poder público estadual e federal, na tentativa da obtenção de um espaço compatível onde pudessem ser construídas as salas de aulas necessárias para a acomodação de novos cursos e turmas.

Terreno situado na esquina das Avenidas Marechal Floriano Peixoto e Sete de Setembro, destinado ao prédio que abrigaria os cursos de Engenharia de Operação da Escola Técnica Federal do Paraná e croquis da ampliação da ETC incorporando o terreno da RFFSA

Inicialmente, em outubro de 1971, na gestão do diretor Ricardo Luís Knesebeck, solicitou-se junto ao Programa de Desenvolvimento de Ensino Médio Profissionalizante – Prodem, a compra de um terreno pertencente à Rede Ferroviária Federal S.A., vizinho à escola, para a ampliação de suas instalações.

No mês de dezembro um ofício assinado pelo diretor do Prodem, Edmar de Oliveira Gonçalves, chegou à presidência da RFFSA, fazia a mesma solicitação, sugerindo a cessão desse terreno.

Em março de 1972 o mesmo pedido foi reiterado pelo secretário executivo do Prodem ao secretário geral do Ministério dos Transportes.



Ainda em março, o Ministro dos Transportes, coronel Mário Andreazza, recebeu ofício do ministro da Educação, Jarbas Passarinho, contendo teor semelhante sobre providências junto à RFFSA e ao Prodem para autorização da venda do referido terreno à Escola Técnica Federal do Paraná. O Ministério dos Transportes faria a cessão da área para o Prodem somente em julho de 1974.

Devido à urgência das novas instalações onde funcionariam os cursos de Engenharia, a direção da escola procurou o governador Parigot de Souza para expor o problema, ao mesmo tempo em que levou uma proposta que poderia ser viabilizada por ele: a incorporação à área da escola do terreno que era ocupado pelo Instituto Médico Legal, situado na esquina das Avenidas Sete de Setembro e Marechal Floriano Peixoto.

A sugestão viria a ser analisada pelo novo governador do Estado, Emílio Gomes, que em setembro de 1973 assinou a transferência da área para a ETFPR.

Deu-se início, então, às obras de um prédio de quatro andares que viria abrigar o Centro de Engenharia de Operação, com suporte financeiro do Acordo do Empréstimo Internacional, que tinha sido firmado entre o Governo Brasileiro e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – Bird, em 1971.

Prédio de Engenharia de Operações da ETFPR





O andamento das obras foi acompanhado por inspeções constantes de engenheiros do Prodem/MEC – Programa de Expansão do Ensino Médio, de engenheiros do Estado e pelo professor Aramis Demeterco, presidente da Comissão de Implantação do Curso de Engenharia de Operações.

No dia 5 de outubro de 1973 o Conselho Federal de Educação aprovou o funcionamento dos cursos superiores de engenharia na ETFPR.

Quatro meses depois, em fevereiro de 1974, aconteceria o

primeiro vestibular dos Cursos de Engenharia de Operação, com 450 candidatos disputando as 40 vagas ofertadas para Construção Civil. No segundo semestre desse ano entrariam em funcionamento os cursos de Eletrônica e Eletrotécnica.

O prédio destinado aos Cursos de Engenharia de Operação da ETFPR foi inaugurado, totalmente equipado, no fim do ano de 1975.

Em 1976, os cursos de engenharia contavam com a atuação de 46 professores e 446 alunos matriculados em Construção Civil, Eletrônica e Eletrotécnica.



22 de abril de 1980.
Diretor Geral do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET-PR
Exmo. Sr. Eduardo Matos Portella
MD. Ministro da Educação e Cultura
: Cessão de terreno da Rede Ferroviária Federal (solicita intercessão)

Senhor Ministro:
A recente transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica, por força da Lei nº 6545, de 30 de junho de 1978, em virtude dos objetivos educacionais buscados até então por esta Entidade de Ensino Superior formadora de técnicos a nível de 2º Grau, passou a antiga Escola Federal do Paraná a enfrentar novos desafios e responsabilidades. Quando o texto legal, além da formação de técnicos de 2º-Grau, anteriormente, novos e consideráveis objetivos, como os de:

23 de abril de 1980.
Of. nº 308/80-CD
Ministerio Geral do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET-PR
Exmo. Sr. Eduardo Matos Portella
MD. Ministro da Educação e Cultura
: Cessão de terreno da Rede Ferroviária Federal (solicita intercessão)

O crescimento constante da escola trazia em seu bojo dois aspectos ambivalentes – o reconhecimento da importância da instituição, traduzido em sucesso, e, em decorrência desse conceito, o velho problema da falta de espaço para manter o nível educacional a um público mais numeroso.

Atento à realidade e aos rumos que iriam se delinear no futuro, o diretor Ivo Mezzadri enviou ofício ao Ministro da Educação, Ney Braga, pedindo a reativação do processo de solicitação da cessão do terreno pertencente à RFFSA para a escola.



Apresentação de ginástica no pátio e equipe de karatê (abaixo) da Escola Técnica Federal do Paraná

Citou Mezzadri o crescente volume de candidatas registrado a cada vestibular, que disputava sempre o mesmo número de vagas oferecidas pelo estabelecimento.

Naturalmente, a procura pelos cursos técnicos tinha uma ligação direta com a expansão das indústrias – a capital passara a contar, desde 1973, com a instalação da Cidade Industrial de Curitiba.

Depois de sua conclusão, o projeto iria gerar 16.655 empregos diretamente voltados para técnicos formados em nível de 2º grau nos cursos de Eletrônica, Eletrotécnica, Decorações, Edificações, Mecânica, Telecomunicações.

Sem obter do ministério a devida atenção, o diretor do CEFET volta a empenhar-se no mesmo pedido ao novo Ministro da Educação, Eduardo Portella, com ofício datado de 22 de abril de 1980.

Como ocorrera anteriormente, as negociações para a cessão do terreno da RFFSA para o CEFET não foram levadas a cabo.

Comandar o grande estabelecimento de ensino compreendia administrar vias distintas que formavam o grande leque escolar. Paralelamente ao aspecto pedagógico, havia também preocupação em estabelecer atividades criativas e artísticas junto ao corpo discente.

Por intermédio da portaria nº 285, de 6 de maio de 1976, Ivo Mezzadri instituiu as Atividades Extraclasse da ETFPR, com

o objetivo de propiciar ao estudante “através da expressão artística e da atuação cooperativa e solidária, crescer como indivíduo e alcançar os dois aspectos complementares do ensino educativo: realização individual e integração social”, segundo entrevista concedida ao *Nosso Jornal*, publicação interna da escola.

Música, esportes, teatro e radioamadorismo formavam a rede de ofertas aos alunos: atletismo, banda marcial, basquetebol (masculino e feminino), coral, ginástica rítmica, handebol (masculino e feminino), natação (masculino e feminino), radioamador, teatro, voleibol (masculino e feminino).



A portaria nº 285/76 vinha ao encontro do que o artigo I da Lei 5692 estipulara: “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparação para o exercício de uma cidadania consciente”. Pela norma, o aluno tinha direito à participação em uma única atividade.

Com os horários extras estabelecidos pela escola para as atividades artísticas que complementariam a formação do estudante,

tornava-se mais fácil administrar sua participação em sala de aula e no período da extraclasse. Os jovens identificavam-se com o uso de crachá referente à modalidade escolhida.

O envolvimento dos alunos foi surpreendente.

Os atletas representaram a instituições em torneios locais, nacionais e internacionais, conquistando importantes títulos em modalidades como Natação, Voleibol, Handebol, Basquetebol, Tênis de Mesa.



O campeão mundial Jaime Sunyé Neto joga com participantes da instituição; equipe campeã de Basquete do CEFET-PR; equipe de natação do CEFET-PR participa de Campeonato Estadual de Aspirantes e o CEFET-PR é representado pelo aluno Márcio Cassab de Lacerda no Campeonato Mundial de Karatê

A Banda Marcial tornou-se famosa e respeitada pelas apresentações impecáveis. Participou de festivais estaduais e nacionais de bandas e fanfarras, obtendo inúmeros prêmios.

À frente estava o maestro Roraí Pereira Martins, músico que vinha atuando junto a bandas marciais desde 1959. Ingressou na Escola Técnica Federal do Paraná em janeiro de 1973, a convite do diretor Ivo Mezzadri, com o compromisso de criar e comandar a Banda Marcial da ETFPR.

Em setembro desse ano o grupo musical destacou-se durante a realização dos Jogos Abertos do Paraná, em Maringá. Conquistou o segundo lugar.

Era o início de uma sólida carreira que se estenderia pelos anos seguintes, com grande sucesso. Participou do Concurso Nacional de Bandas Marciais em São Paulo, em três edições, quando obteve dois quartos lugares e um sexto lugar. Levantou os títulos de Hexa-Campeã Municipal e Pentacampeã Estadual.

A partir de então, passou a se apresentar nos certames de diferentes localidades na condição de *hors-concours*.



A Banda Marcial da Escola Técnica Federal do Paraná, flâmula utilizada nos instrumentos (fundo) e evolução diante da plateia no ginásio do Círculo Militar

O coral da escola teve destino semelhante – destacou-se em festivais de música e encontros de corais, participou de programas de música erudita com transmissão nacional a exemplo de *Concertos para a Juventude*, da Rede Globo de Televisão.

No dia 17 de julho de 1971, sob o comando do maestro e compositor Cesar Leining, o Coral da Escola Técnica Federal do Paraná, participou da abertura do VII Campeonato Brasileiro de Pára-queda, com a Banda do 20º Regimento de Infantaria do Exército Brasileiro, em Resende/RJ.

Cantou *A Emoção Colorida*, de Cesar Leining com letra de Niquelson Rodrigues dos Santos. O hino, composto em homenagem ao pára-quedista esportivo, dizia em seus primeiros versos:

A emoção colorida/ Desse audaz desfraldar/ É a pujança que a vida Satisfeita nos traz.

Em 1974 o coral sagrou-se vencedor do I Encontro Nacional de Corais, em Aracaju/SE.

No ano seguinte, em dezembro de 1975, foi o anfitrião do II Encontro Nacional de Corais das Escolas Técnicas, realizado no auditório da escola.

Para esse encontro vieram representantes de escolas técnicas de Alagoas, São Paulo, Pernambuco, Sergipe, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Paraíba e Amazonas. Os vencedores foram: Amazonas (terceiro lugar), Paraná (segundo lugar), Rio Grande do Norte (primeiro lugar).

Apresentação do Coral do CEFET-PR no I Encontro de Educadores





Flâmula (fundo), capa e contracapa do LP do Coral da ETFPR, com desenho de José Demeterco

Criado em 1966, o coral foi incorporado às Atividades Extraclasse da ETFPR em 1976, ano em que completava seu décimo aniversário. Sob a regência do maestro Francisco Cesar Leining, na década de 1970 gravou um LP e sete compactos. Entre as músicas gravadas estava o Hino da Escola Técnica Federal do Paraná.

Embora não constassem do grupo Extraclasse, outras manifestações musicais aglutinavam as atenções da comunidade estudantil, como as sessões de jazz do grupo Jazz Band e os recitais do conjunto de flauta doce.

Com a contratação do ator e diretor José Maria Santos, o teatro ganhou espaço e visibilidade na escola. Até então houvera tímidas iniciativas, com um espetáculo levado à cena em 13 de dezembro de 1956, com direção do professor Paulo de Tarso Monte Serrat, e em 1968, a representação de *Os meirinhos*, de Martins Pena, dirigido pelo professor Sérgio Luís Chautard. Coube a Zé Maria Santos – como o artista era conhecido – reativar e dirigir o grupo.

Os jovens interessados neste núcleo deveriam inicialmente participar de um curso teatral organizado pelo ator, que orientava sobre técnicas de encenação. As disciplinas eram de Expressão corporal, Dicção, Análise de textos e Exercícios de desibinição.

Assim surgiu o Grupo de Teatro da Escola Técnica Federal do Paraná – Tetef.



Cartazes de peças encenadas pelo grupo de teatro da Escola Técnica Federal do Paraná, elenco e o diretor e ator José Maria Santos

Foram encenadas peças de Ariano Suassuna, Martins Pena, Oduvaldo Viana Filho, Dias Gomes, Gianfrancesco Guarnieri, Miguel de Cervantes, Garcia Lorca, Molière, Máximo Gorki.

As apresentações não se restringiam ao auditório da ETFPR. Os palcos tradicionalmente ocupados pelas companhias profissionais receberam os jovens atores, como o Guairinha (auditório Salvador de Ferrante) e Guairão (auditório Bento Munhoz da Rocha Netto).

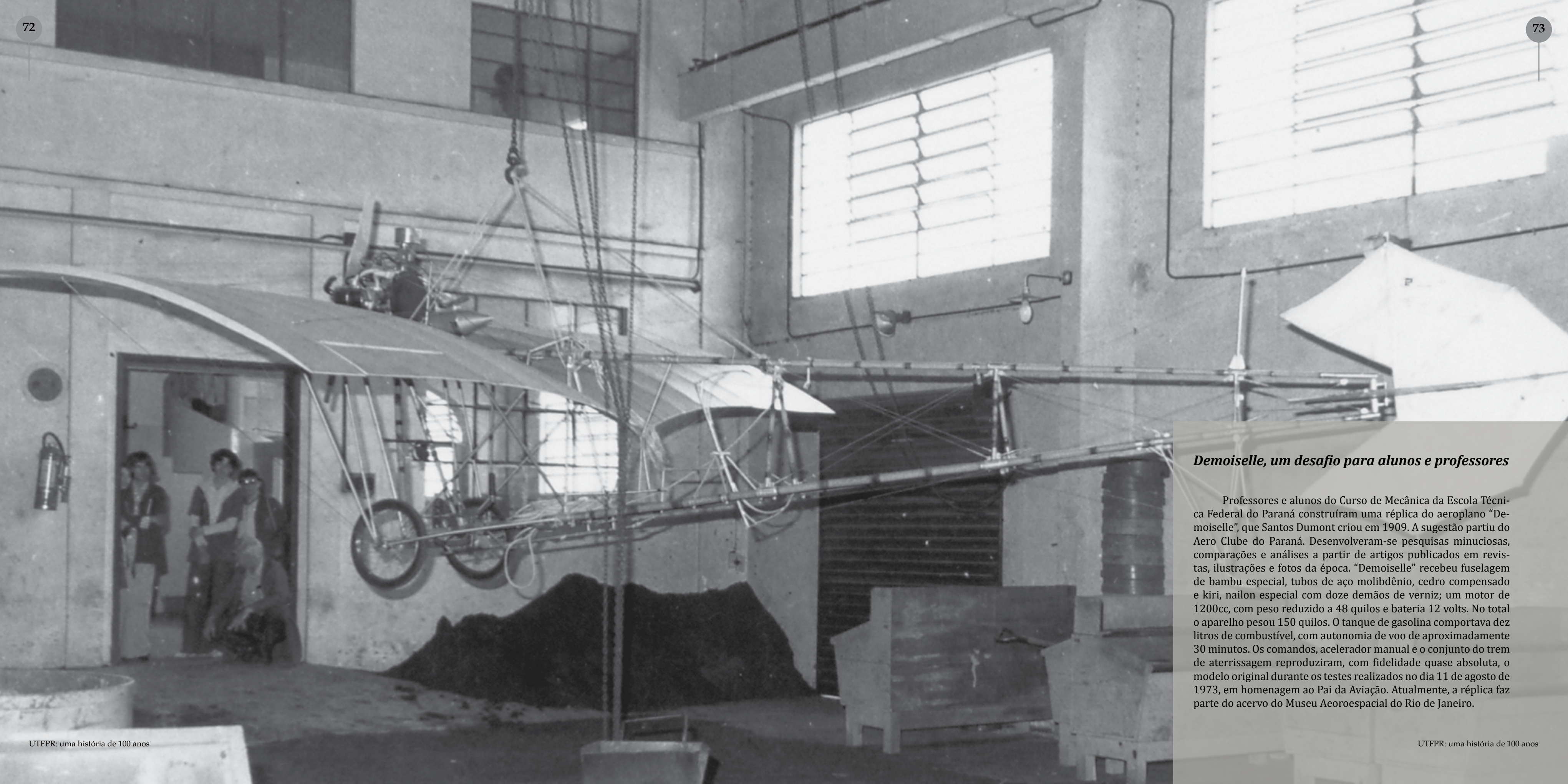
O grupo participou de eventos que movimentavam o meio artístico, a exemplo da Mostra Nacional de Arte Teatral, em Pelotas/RS e do IV Festival Nacional de Teatro Amador, de Ponta Grossa.

O teatro foi incluído nas Atividades Extraclasse em maio de 1976, sendo esta uma das modalidades mais procuradas pelos estudantes.

Uma das razões pela grande procura estaria na participação ativa de Zé Maria Santos nas representações, dividindo a cena com os artistas iniciantes – justamente ele, um dos principais e mais renomados atores da época no Paraná.

Com a morte do ator em 1990, o posto foi ocupado pelas diretoras Joana Rolim, Cleonice de Queiroz e Marília Gomes Ferreira.

A transformação da escola para universidade – o que veio a ocorrer anos depois – fez com que o grupo mudasse o nome Teatro da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – TUT, dirigido pelo professor e ator Ismael Scheffler.



Demoiselle, um desafio para alunos e professores

Professores e alunos do Curso de Mecânica da Escola Técnica Federal do Paraná construíram uma réplica do aeroplano “Demoiselle”, que Santos Dumont criou em 1909. A sugestão partiu do Aero Clube do Paraná. Desenvolveram-se pesquisas minuciosas, comparações e análises a partir de artigos publicados em revistas, ilustrações e fotos da época. “Demoiselle” recebeu fuselagem de bambu especial, tubos de aço molibdênio, cedro compensado e kiri, náilon especial com doze demãos de verniz; um motor de 1200cc, com peso reduzido a 48 quilos e bateria 12 volts. No total o aparelho pesou 150 quilos. O tanque de gasolina comportava dez litros de combustível, com autonomia de voo de aproximadamente 30 minutos. Os comandos, acelerador manual e o conjunto do trem de aterrissagem reproduziram, com fidelidade quase absoluta, o modelo original durante os testes realizados no dia 11 de agosto de 1973, em homenagem ao Pai da Aviação. Atualmente, a réplica faz parte do acervo do Museu Aeroespacial do Rio de Janeiro.

Ao trabalhar com as modalidades esportivas e de caráter artístico, fossem elas definidas – ou não – como Atividades Extraclasse, a escola tinha por objetivo ampliar o conhecimento e as opções dos alunos sem se fixar unicamente na área tecnológica. Abria-se o campo de visão do educando, tornando mais amplo seu universo.

Já em 1962, ao final da XII Reunião da Conferência Geral da UNESCO, realizada em Paris, preconizava-se:

O Ensino Técnico deve ultrapassar uma simples preparação para o exercício de uma profissão determinada que vise exclusivamente a dotar o estudante das competências e conhecimentos teóricos estritamente necessários para este efeito: ele deverá, conjuntamente com o ensino geral, assegurar o desenvolvimento da personalidade, do caráter, das faculdades de compreensão, de julgamento, de expressão e de adaptação.

Dentro desse conceito é que a ETFPR, mesmo sendo uma referência no ensino tecnológico, incentivava e promovia cursos e eventos voltados a temas humanísticos, como a implantação do Clube de Línguas em 1973, a I Mostra Internacional de Filmes Super-8 em 1975, o I Encontro de Professores de Língua Portuguesa das Escolas Técnicas em 1978 e a I Feira do Livro Técnico em 1979.

A I Mostra Internacional de Super-8 foi realizada entre 22 e 28 de setembro de 1975, por ocasião das comemorações dos 66 anos da escola. A coordenação esteve a cargo da professora Rosane Saldanha Câmara e do cineasta José Augusto Iwersen.

Apesar da vida breve – foram cinco edições – a mostra foi citada na Enciclopédia do Cinema Brasileiro e, na história do cinema paranaense, é apontada como um importante incentivo para uma geração de cineastas do Paraná que, no período de sua realização, começava a desenvolver seus trabalhos.



Capa do Folder da I Mostra Internacional do Filme Super Oito realizada na ETFPR

Ainda dentro do contexto artístico, o professor de Composição e Projetos, José Demeterco, situa-se como um dos ícones das artes plásticas dentro da instituição.

Sua passagem pela direção executiva da ETFPR foi meteórica, porém longa a carreira desempenhada na instituição.

O professor ingressou nos quadros da Escola Técnica Federal do Paraná em 1946, para ministrar Composição e Projetos.

Antes desse período, atuou como artista plástico, sendo seus primeiros trabalhos produzidos em bico de pena. Foram publicados em jornais, revistas e livros da época.



Desenhista com Problemas - Bico de Pena - s/data - 15 x 18,5cm

Demeterco cursou a University of the State of New York, onde graduou-se em 1951. Executou trabalhos para os Ministérios da Marinha e Educação e Cultura.

Múltiplo em suas atividades, além da área do ensino, atuou ao lado de técnicos da CBAI, entre eles o engenheiro norte-americano Norman Turmo, responsável pelo treinamento de professores industriais em Psicologia Especializada.

Sempre envolvido com o trabalho artístico, costumava transportar temas da escola para suas obras.

O *Boletim Informativo*, publicação interna da ETFPR, na edição de novembro de 1976, informava que o professor estava pintando “quatro telas representando atividades artísticas extracurriculares da Escola: a Ginástica Rítmica, a Banda, a encenação da peça *O pagador de promessas*, pelo elenco de teatro da Escola, e uma tela a óleo retratando o Coral”.

Uma estátua do presidente Nilo Peçanha, busto do ministro da Educação Ney Braga, reprodução em gesso de dois profetas de Aleijadinho, pinturas a óleo, trabalhos em couro: são várias as obras deixadas pelo professor-artista José Demeterco à escola para a qual dedicou décadas de sua vida.

José Demeterco em seu ateliê, no CEFET-PR e desenho a bico de pena, de sua autoria

Alguns dos trabalhos do artista José Demeterco: entrada principal do CEFET-PR talhada em couro, caricatura do artista criando a galeria de ex-diretores e tela representando o corpo docente da EAAPR em desfile

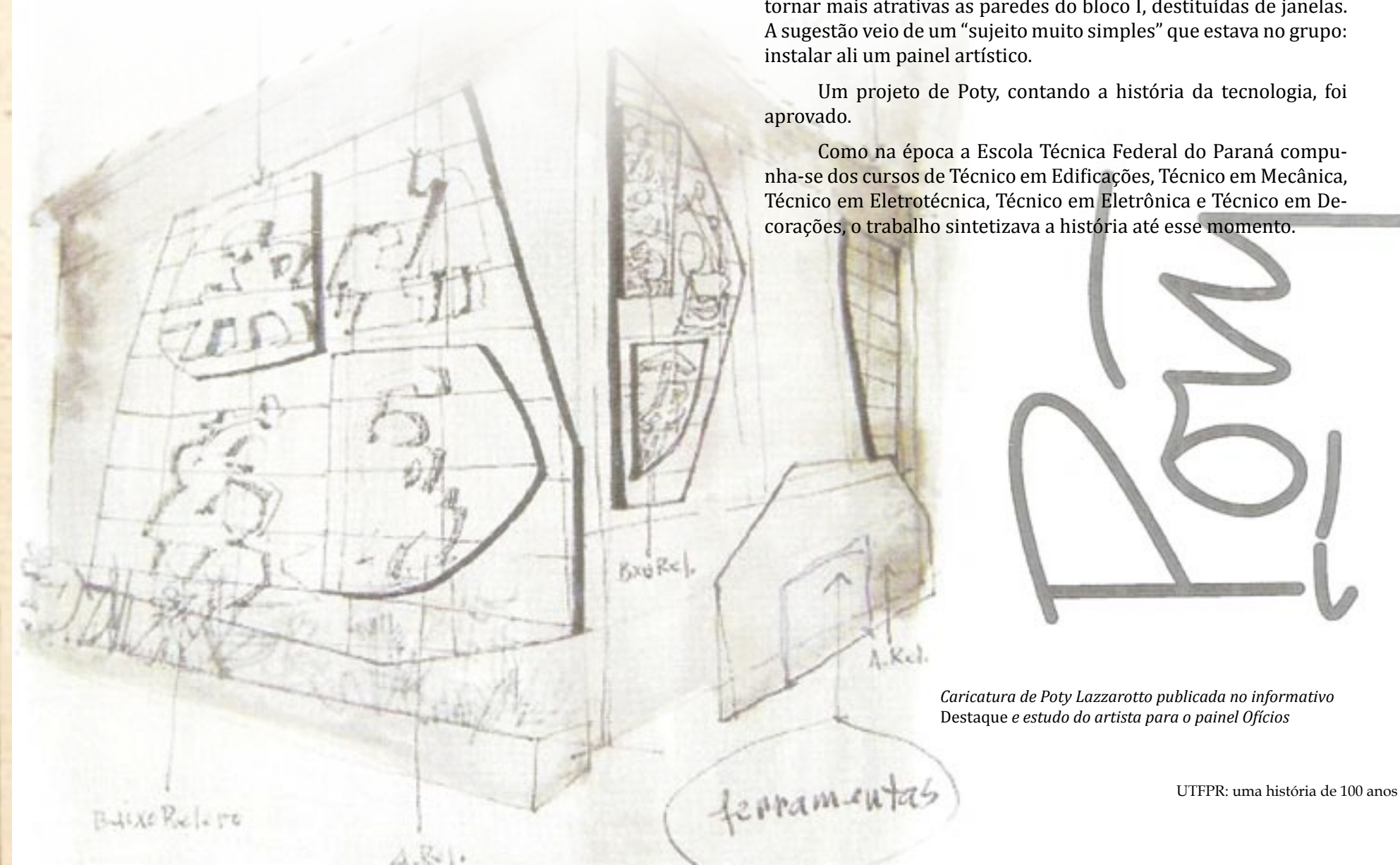


PATRIMÔNIO HISTÓRICO



Parte da vasta produção de Demeterco espalha-se pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – nos gabinetes da Reitoria e das Pró-Reitorias, em salas de reuniões, nos gabinetes da Direção-Geral e das Diretorias do Campus Curitiba, em Departamentos Acadêmicos, na Secretaria Geral e na Biblioteca da instituição.

Na Biblioteca Rosário Farani Mansur Guérios encontra-se o busto em pedra sabão do linguista que dá nome ao local, bem como telas reproduzindo a cidade de Curitiba em 1917, desfile de professores em frente à Escola de Aprendizes Artífices do Paraná e um trabalho em couro entalhado reproduzindo a fachada da Escola Técnica Federal do Paraná, entre outros.



O apreço às artes na história de uma instituição de ensino tecnológico ficou registrado também em um painel de Poty Lazzarotto, instalado no pátio central da escola entre maio e junho de 1975.

A obra em si tem valor inestimável, pelo que o artista representa nacional e internacionalmente.

Nascido em Curitiba em 1924 – faleceu a 7 de maio de 1998 na mesma cidade, depois de viver por muitos anos no Rio de Janeiro –, Poty formou-se na Escola Nacional de Belas Artes, no Rio, e estudou na École des Beaux Arts, em Paris, com bolsa do governo francês.

Após a temporada na Europa, voltou ao Brasil e, consagrado como um dos pioneiros da gravura no país, participou das três primeiras Bienais de Arte Moderna de São Paulo. Com gravuras, naturalmente.

A origem do painel na escola deve-se ao diretor Ivo Mezzadri, que consultou engenheiros da própria instituição para saber como tornar mais atrativas as paredes do bloco I, destituídas de janelas. A sugestão veio de um “sujeito muito simples” que estava no grupo: instalar ali um painel artístico.

Um projeto de Poty, contando a história da tecnologia, foi aprovado.

Como na época a Escola Técnica Federal do Paraná compunha-se dos cursos de Técnico em Edificações, Técnico em Mecânica, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Eletrônica e Técnico em Decorações, o trabalho sintetizava a história até esse momento.

Caricatura de Poty Lazzarotto publicada no informativo Destaque e estudo do artista para o painel Oficinas



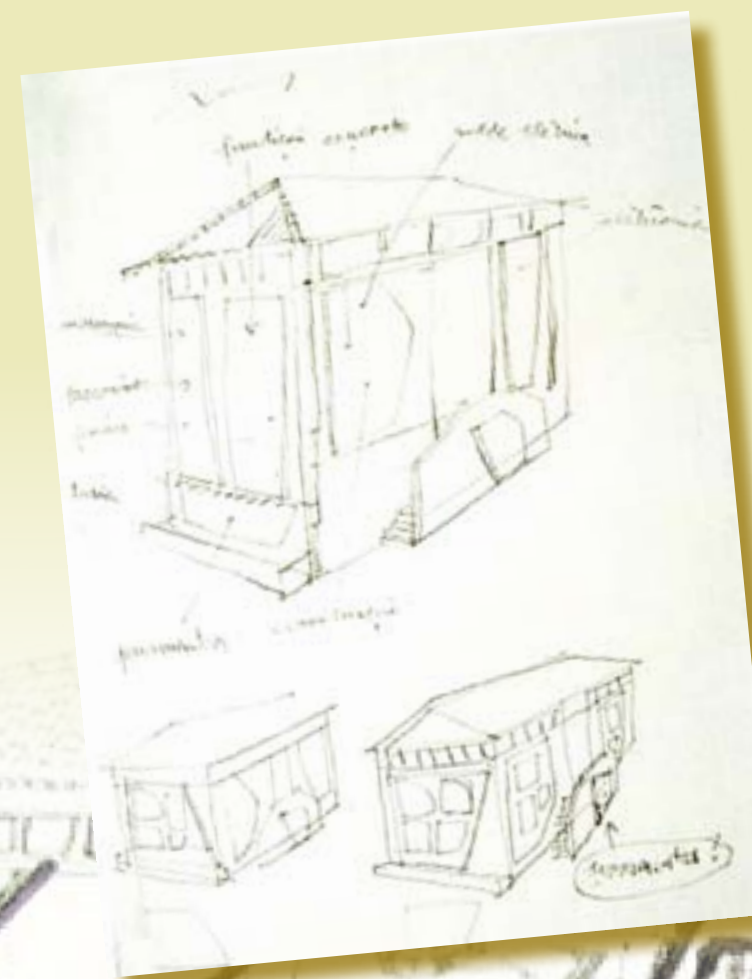
Estudo do artista (fundo), lado A do painel Ofícios, de Poty Lazzarotto, turma do curso técnico em Edificações em frente ao painel em sua cor original, localizado no Bloco I e Professor Quinalha, executor do painel Ofícios

Nas palavras do professor Mezzadri, esta era uma “representação significativa de história e de orgulho”.

Dividido em três partes, o painel inicia com cenas de homens em oficinas de construção, ferraria, marcenaria, sapataria e olaria. Adiante, tem-se o processo de fundição, com professores ensinando o processo aos alunos, e chega aos dias atuais daqueles anos 1970 – computadores e gravadores são o símbolo da modernidade tecnológica, mas cabeças humanas ali colocadas simbolizam que, sobre todas as invenções, o cérebro humano continua a ser o grande criador.

A execução da obra ficou por conta do professor Ângelo Quinalha, auxiliado por dois alunos do Curso Técnico em Edificações. Em janeiro de 1975, Poty entregou os moldes em isopor e orientou sobre a confecção do painel, que teria uma mistura de pó Xadrez Vermelho, experiência ainda quase inédita do artista.

OFÍCIOS



O processo era lento e complexo. Os moldes em isopor eram colocados em formas de madeira, sobre as quais eram despejadas camadas de argamassa de cimento e areia. Sustentações de aço foram colocadas para dar sustentação às placas e evitar que rachassem com o tempo. Por fim, vinha o concreto.

Depois de quatro dias, estando inteiramente secas, as placas podiam ser desformadas. Para a cura completa do material eram necessários mais 28 dias. Ao todo levou 40 dias para a concretagem estar concluída.

Aparentemente simples a operação exigia atenção pelas sutilezas em sua elaboração na concretagem – altos e baixos relevos nos moldes tinham que ser trabalhados à risca, para o uso correto do material. Desses cuidados dependia o resultado final da obra.

O uso do pigmento avermelhado por Poty, em uma de suas primeiras experiências com este material em painéis tinha uma explicação. Ele queria dar um tom avermelhado lembrando a cor de tijolo. Assim permaneceu o painel até que, no final dos anos de 1980, princípios de 1990, uma camada de tinta em tom de concreto alterou a criação em sua cor original.



No começo do ano de 1977 o professor Edson Machado de Souza, diretor do Departamento de Assuntos Universitários do MEC, proferiu aula inaugural em Curitiba aos calouros dos Cursos de Engenharia de Operação da ETFPR.

O tema da aula: “Transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca, do Rio de Janeiro, em Centros Federais de Educação Tecnológica”.

Com o anúncio sobre os próximos passos do governo na área do ensino tecnológico, os estudantes tomaram conhecimento que os CEO de curta duração passariam a se chamar Engenharia Industrial, funcionando paralelamente aos cursos de Educação Técnica, Formação de Tecnólogos de nível superior e Habilitação Profissional de 2º Grau.

A transformação da ETFPR em CEFET, com alterações dos cursos de Engenharia de Operação para Engenharia Industrial motivou interesse ainda maior dos estudantes em ingressar na instituição.

Em janeiro de 1978 a ETFPR deu início aos cursos de Engenharia Industrial, na modalidade de Elétrica.

A mudança que o representante do MEC citou nas primeiras semanas de 1977 concretizou-se mais de um ano depois com a criação da Lei nº 6545, de 30 de junho de 1978, cujo sistema verticalizado envolvia o 2º grau, graduação e pós-graduação na área tecnológica, com direcionamento para a atividade industrial.

O surgimento dessa lei trouxe consigo, oficialmente, a expressão “educação tecnológica”. Posteriormente outras instituições viriam a usar a mesma denominação básica.

No dia 29 de junho de 1979 comemorou-se o primeiro aniversário do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná.

A data festiva contou com palestra do então secretário de Estado da Educação, professor Edson Machado de Souza, que deixara a direção do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura.

A escolha pela sua presença nessa data teve um cunho de importância muito maior que a mera formalidade pelo fato de ser ele, nesse momento, a autoridade máxima da educação no Estado. Foi um gesto de reconhecimento do CEFET-PR à autoridade que desempenhara papel preponderante na condução recente dos destinos da escola.

Alunos dos cursos técnicos, década de 90



Machado de Souza foi um dos idealizadores da transformação da Escola Técnica Federal do Paraná em Centro Federal de Educação Tecnológica. Para isso, considerou a qualidade do ensino oferecido pela entidade e a complexidade de sua estrutura administrativa. A soma desses fatores superava, e muito, a condição de uma escola tecnológica.



Visita da Secretária do MEC ao CEFET-PR, em matéria do Nosso Jornal e visita da Secretária de Finanças do MEC, ao CEFET-PR



Com a mudança para Centro Federal, a instituição tornou-se apta a promover cursos de Extensão, Aperfeiçoamento e Especializações, visando a atualização profissional na área técnica e industrial, estando capacitada a manter intercâmbio com instituições nacionais e estrangeiras.

Também em 1979 foi implantado o Curso de Engenharia com Habilitação em Engenharia Industrial Elétrica, com 80 vagas.

Quando a instituição completou 70 anos, em setembro de 1979, possuía um complexo físico que jamais se imaginaria naquele início do século, quando foi assinada a lei de sua criação.

Contava com 110 salas, quatro laboratórios de Física, 19 salas de desenho, 32 salas de aulas práticas, oficinas, 25 novos laboratórios para os cursos de Eletrônica, Eletrotécnica, Telecomunicações e salas-ambiente, reunidas em uma área de 22.900m², com 29 mil m² de área edificada.

Estavam matriculados mais de 4.500 alunos no ensino de 2º grau e 960 na Engenharia de Operação.

No começo de 1980, o CEFET-PR recebeu a visita de duas representantes do MEC.

Primeiramente, foi a Secretária Geral do Ensino de 1ª e 2ª graus, Zilma Gomes Parente de Barros, patrona da turma de formandos de 2º grau dos cursos técnicos de Eletrônica, Eletrotécnica, Edificações, Decoração, Mecânica e Telecomunicações.

Em fevereiro, foi a vez da Secretária de Orçamento e Finanças do Ministério, Odette Carneiro Lapa. Veio para conhecer a instituição a convite do diretor Ivo Mezzadri.

Os comentários foram os mais elogiosos ao considerar a escola como uma das que mais a impressionaram, seja pela organização escolar, pelos métodos pedagógicos e educacionais ali aplicados, aproveitamento da área física e administração em geral. Elogiou ainda o comportamento dos alunos.

A boa impressão causada não ficou apenas em palavras, como se verificou em setembro de 1980, nas comemorações do 71º aniversário do CEFET-PR – o Ministério da Educação e Cultura outorgou, no dia 23 de setembro, a Medalha Nilo Peçanha para Ivo Mezzadri, diretor da instituição, para Ataíde Moacir Ferrazza, assessor da direção geral, Aramis Demeterco, coordenador dos Cursos de Nível Superior, responsável pela implantação dos cursos de Engenharia de Operação, e Ricardo Luís Knesebeck, ex-diretor da escola.

Também foram distinguidos com a medalha os professores Alexandre Francisco de Moraes, Ademar Costa Palmeira, Edson Machado de Souza, Ernesto Knauer, Gerônimo de Macedo Molli, Eurico Back e o governador do Estado Ney Braga.

A Medalha Nilo Peçanha foi criada em 1969 para condecorar “personalidades e educadores que, pelas suas qualidades e relevantes serviços prestados ao ensino técnico profissionalizante e às Escolas Técnicas merecem o preito de gratidão da nação brasileira”.



Professor Ivo Mezzadri recebe a medalha Nilo Peçanha pela passagem do 71º aniversário do Ensino Técnico Brasileiro

Pela passagem do 71º Aniversário do Ensino Técnico Brasileiro, o Ministério da Educação e Cultura conferiu a medalha Nilo Peçanha a educadores e autoridades que contribuíram no aperfeiçoamento do Ensino Técnico. O professor Ivo Mezzadri, diretor geral pró-tempore do CEFET-PR, foi um dos educadores distinguidos com a homenagem. P. 05)

O reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela escola tinha embasamentos sólidos, como também se verifica pela implantação no CEFET-PR do primeiro curso de nível superior de curta duração no Estado, nesse início de década: o de Tecnologia da Construção Civil.

A criação do curso foi possível graças à autonomia de que gozava a instituição, conferida pela política federal adotada para a Educação, conforme previam os objetivos estabelecidos pelo Projeto Setorial nº 15, do segundo Plano Setorial de Educação e Cultura, do MEC, para o período 1975-1979.

Com o advento do Projeto Setorial nº 15, o Ministério imprimiu maior empenho à criação e implantação de novos cursos superiores de tecnologia. Da mesma forma incentivou as instituições de ensino que ofereciam esses cursos que buscassem canais para estreitar a aproximação com o mundo empresarial, que efetuassem pesquisas de mercado de trabalho e implantassem cursos em áreas profissionais onde houvesse demanda pelas empresas.



Exposição de trabalhos dos alunos dos cursos de Desenho Industrial - Decoração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, década de 80 e materiais de uso na época: compasso, esquadros e normógrafo (fundo)

Um novo curso técnico, em nível de 2º grau, foi implantado pelo CEFET-PR em 3 de dezembro de 1980: o Curso Técnico de Desenho Industrial.

Como os demais cursos de 2º grau, teria duração de quatro anos, com duas opções facultadas aos alunos: habilitação de Auxiliar Técnico em Projetos de Móveis para os que escolhessem cursar até o 6º período; os que concluíssem os oito períodos receberiam Diploma de Técnico em Desenho Industrial.

Sobre a criação do novo curso, o diretor Ivo Mezzadri expôs suas razões em relatório enviado para o Conselho Federal de Educação. Argumentou sobre a necessidade de formação de técnicos que atendessem ao setor industrial, “em franco desenvolvimento nas Cidades Industriais de Araucária e Curitiba, além dos pólos industriais de Campo Largo, Ponta Grossa, Maringá, Cascavel, Apucarana e Parque Industrial de Santa Catarina”.

Havia carência, segundo Mezzadri, de “técnicos especializados em desenvolver projetos relativos especialmente à Indústria Moveleira, além de indústrias têxteis, gráficas, de cerâmicas, de esquadrias, de embalagens (papel e papelão), de fibras de vidro, plásticos e indústrias de jóias”.

A Secretaria de Planejamento da Presidência da República – SEPLAN, destinou para a escola uma verba de 123 milhões de cruzeiros, mas antes de efetuar o repasse mandou três de seus funcionários para uma análise no local sobre a aplicação do dinheiro.

Os visitantes deixaram a instituição satisfeitos com o que viram e ouviram.

Entre as prioridades mostradas a eles constavam gastos com a manutenção do ensino e o aprimoramento das dependências físicas, ou seja, novas salas de aulas práticas e teóricas, laboratórios e oficinas. Havia, inclusive, um projeto de construção de novos pavimentos no terreno da instituição.

Destinados a substituírem as antigas oficinas, os prédios seriam erguidos em uma área de 2.600 m², teriam quatro pavimentos, somando um total de 8.500m² de área edificada. No primeiro pavimento ficariam as oficinas; os demais iriam abrigar salas de aulas e laboratórios.

Depois de prestar todas as informações exigidas pela Coordenadoria de Desenvolvimento das Instalações do Ensino Superior, órgão pertencente ao MEC, o CEFET-PR foi agraciado com a liberação da verba.

As obras tiveram início em junho de 1982.

Obras de ampliação do CEFET-PR



Quase 12 anos à frente de uma das entidades de ensino mais respeitadas do país, o diretor Ivo Mezzadri deixou o posto em 17 de janeiro de 1984.

No dia 18 de janeiro, o professor Ataíde Moacyr Ferrazza tomou posse, em sessão oficializada em Brasília.

Graduado em Matemática pela Universidade Federal do Paraná, no CEFET-PR atuou como Assistente de Direção, Coordenador Didático, Diretor Educacional, Diretor Substituto e Vice-Diretor.

Em seu Plano Geral de Ação o novo diretor anunciou que iria “prosseguir, no mesmo ritmo, no mesmo entusiasmo e na mesma direção o trabalho dos dirigentes anteriores.”

Com essa visão, Ferrazza deixou claro seu reconhecimento a todos aqueles que conduziram a instituição ao longo das décadas.

Ele não falava em rupturas, mas em uma continuidade nas decisões que favorecessem o desenvolvimento daquela casa de ensino.

Uma segunda linha do Plano Geral de Ação direcionou-se à criação, ampliação e intensificação das condições e recursos necessários para que o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná conquistasse espaço no âmbito das instituições de Ensino Superior.

No entender do diretor era vital que a instituição se afirmasse com características peculiares e diferenciadas das demais, que mantivesse a oferta do ensino com excelência e alcançasse “seus objetivos com plenitude”.



Capa do Nosso Jornal, de abril de 1984, registrando a posse do diretor Ataíde Moacyr Ferrazza

A partir dessa visão e das metas delineadas para esse fim, foram estabelecidas diversas prioridades, entre as quais: descentralização, participação e modernização administrativa; melhoria da qualidade de ensino; afirmação da identificação do CEFET-PR como instituição de ensino de 2º e 3º graus, dentro de uma perspectiva de integração e verticalização do ensino; criação de oportunidades ricas e variadas de crescimento pessoal dos educandos e desenvolvimento de suas potencialidades; implementação de uma política de desenvolvimento e valorização dos recursos humanos; ampliação e modernização dos laboratórios e oficinas; implementação e incentivo à pesquisa aplicada.

Além do Plano Geral de Ação também foi criado o Plano Global de Desenvolvimento Físico, responsável pela adequação racional dos espaços físicos disponíveis para novas construções, urbanização e infraestrutura da entidade.

Exceto os prédios financiados pelo MEC, os demais que fossem erguidos, utilizariam recursos próprios e teriam sua execução coordenada por profissionais da própria instituição, com projetos igualmente elaborados na sede.

Havia, ainda, o Plano de Aplicação de Recursos que estabelecia a aplicação financeira e a fonte de recursos para execução dos trabalhos planejados dentro do Plano Geral de Ação.

Na área do ensino o principal objetivo da direção e de toda a comunidade escolar era fazer do CEFET-PR um centro de aprendizado por excelência. Para alcançar aquilo que se almejava foram elaborados e desenvolvidos vários programas e projetos nas áreas pedagógicas, de recursos humanos e físicos.

Esquema I e Esquema II

Os cursos emergenciais Esquema I e Esquema II foram criados pelo MEC para suprir a falta de professores de ensino técnico habilitados em nível superior no Brasil. Os cursos do Esquema I traziam a complementação pedagógica aos portadores de diploma de nível superior. No Esquema II os cursos eram direcionados aos técnicos diplomados e neles estavam incluídas disciplinas pedagógicas existentes no Esquema I e as de conteúdo técnico específico. Desde 1984 o CEFET-PR passou a ofertar esses cursos em convênio com instituições de ensino federais, estaduais e particulares. Em meados de 1997 o Conselho Nacional de Educação extinguiu-os e criou o Programa Especial de Formação Pedagógica, voltado a profissionais formados em curso superior, que atuam na área do magistério.

Entre as medidas tomadas para esse fim constavam desde a reformulação e aprovação pelo Conselho Federal de Educação (CFE) do currículo do Curso de Engenharia Industrial, aprovação do Regulamento da Organização Didático-Pedagógica do Ensino de 2º Grau e elaboração de estudos para a implantação dos Cursos de Pós-Graduação Lato-Sensu, até a consolidação da estrutura e funcionamento dos Departamentos Acadêmicos e da modernização e reequipamento dos laboratórios e oficinas.

Paralelamente a esses projetos, investiu-se também na formação do corpo docente da escola. Um dos incentivos visava à formação de massa crítica qualificada e diversificada, motivo pelo qual foi criado o Programa Institucional de Capacitação Docente, iniciado em 1984.

Em 1985 começaram os Cursos Emergenciais para a Formação de Professores. Conhecidos como Esquema I e Esquema II, esses cursos contemplavam, respectivamente, os profissionais de nível superior, mas sem licenciatura na área em que atuavam, e os professores que possuíam apenas o curso técnico. Propiciava-lhes a fundamentação didático-pedagógica e conteúdos específicos sobre as disciplinas em que trabalhavam.

Turma do Programa de Especial de Formação Pedagógica



Apresentação do Relatório de Gestão de Ataíde Ferrazza



Alunos da pós-graduação em laboratório do CEFET-PR em Curitiba

Três anos depois, em 1988, ao final de sua primeira gestão, o professor Ferrazza contabilizaria os frutos desses incentivos: o quadro docente do CEFET-PR contava com um doutor, 34 mestres, 136 docentes com especialização, dez docentes fazendo Doutorado, sendo seis no exterior; 24 com Mestrado em andamento, sendo um no exterior, e 22 fazendo Especialização.

A titulação dos docentes permitiu ao CEFET-PR ofertar, no quadriênio, três cursos em nível de pós-graduação: de Especialização em Matemática Aplicada, de Especialização em Acionamentos Industriais e de Especialização em Engenharia de Segurança de Trabalho.

A atenção voltada a alunos e professores não significava que a escola fosse uma instituição fechada, voltada unicamente à sua comunidade estudantil – também foram dados amplos incentivos

no sentido de aproximá-la do meio empresarial da cidade, concentrado na Cidade Industrial de Curitiba.

Estabeleceram-se contatos também em outras regiões, como os parques industriais de estados vizinhos e hidrelétricas, destacando-se as de Itaipu e de Salto Osório. Além disso, eram realizadas visitas às demais empresas; promovia-se prestação de assessoria técnica e serviços de produção a instituições, firmas e particulares.

Para esse trabalho de relacionamento foi criado o Conselho Empresarial, composto por representantes de empresas de áreas correlatas às dos cursos do CEFET-PR, por representantes de ex-alunos e da Diretoria de Relações Empresariais.

Através desses canais foi possível estabelecer convênios entre a escola e as indústrias.



Alunos manuseiam equipamento em laboratório do CEFET-PR em Cornélio Procópio

Desses convênios dois foram mais significativos pelo que representaram junto à instituição – o primeiro, que marcava o ingresso do CEFET-PR no campo da cooperação internacional, foi firmado com o Ministério da Educação e Cultura do Paraguai, em 1985. Previa treinamento de profissionais da área de administração do ensino, e a professores de disciplinas técnicas.

O segundo foi um acordo com o Centro de Integração de Tecnologia do Paraná que, tendo assegurado os recursos humanos, materiais e financeiros, possibilitou a oferta do primeiro curso de Mestrado da escola, na área de Automação Industrial, iniciado em março de 1988.

A abertura criada entre a escola e o mundo empresarial gerou entendimentos dos mais promissores, possibilitando a uma gama de jovens formando ingressarem no mercado, colocando em prática os conhecimentos adquiridos em salas de aulas.

Em contrapartida, a reputação do CEFET-PR ganhou amplitude no desdobramento que se seguiu a essas realidades, envolvendo campo de trabalho e profissionalismo.

Com o caminho pavimentado no aspecto escola-empresa, coube ao centro educacional reforçar no aluno a visão de cidadania e incentivá-lo a situar-se num contexto onde estivessem envolvidas causas sociais, cívicas, culturais e assistenciais.

Buscando atingir esse objetivo foi criada, em 1984, a Coordenadoria de Atividades Comunitárias – CAC. O departamento ficou sob a responsabilidade do professor José Carlos de Miranda.

Sob a sigla CAC encontravam-se as antigas Atividades Extra-classe e demais projetos que tinham sido elaborados com o objetivo de trazer melhorias à qualidade de vida da comunidade.

DIRINTER – o intercâmbio de alunos e professores com universidades estrangeiras

A Diretoria de Relações Interinstitucionais – DIRINTER, da UTFPR, mantém um programa de intercâmbio de estudantes e professores do Brasil para o exterior e vice-versa. Institucionalizado desde abril de 2000, teve início de modo assistemático entre 1988 e 1989 quando o professor Henrique Wiens, do Departamento de Física, manteve os primeiros contatos com uma escola da Alemanha. Logo após o professor Jair Almeida, do Departamento de Construção Civil aderiu à proposta. A iniciativa desses professores gerou novos contatos nos demais departamentos do então CEFET-PR. A demanda de convênios levou à criação da Assessoria de Relações Interinstitucionais – ARINT pelo diretor Eden Januário Netto. Os professores Edelzina Ribas Coutinho e Paulo Barbosa assumiram inicialmente o setor, sendo que o professor Barbosa deixou o posto e a professora Edelzina manteve-se no comando até 2006. No começo do programa os estrangeiros que vinham ao Brasil nem sempre encontravam lugar para morar e se hospedavam nas casas dos professores, inclusive na casa da coordenadora da Assessoria. Atualmente, a professora Maria Cristina de Souza responde pela DIRINTER que conta com acordos firmados com onze instituições da Alemanha, quatro da França, duas da Espanha, três dos Estados Unidos, duas do Japão, uma de Portugal e duas da Argentina.



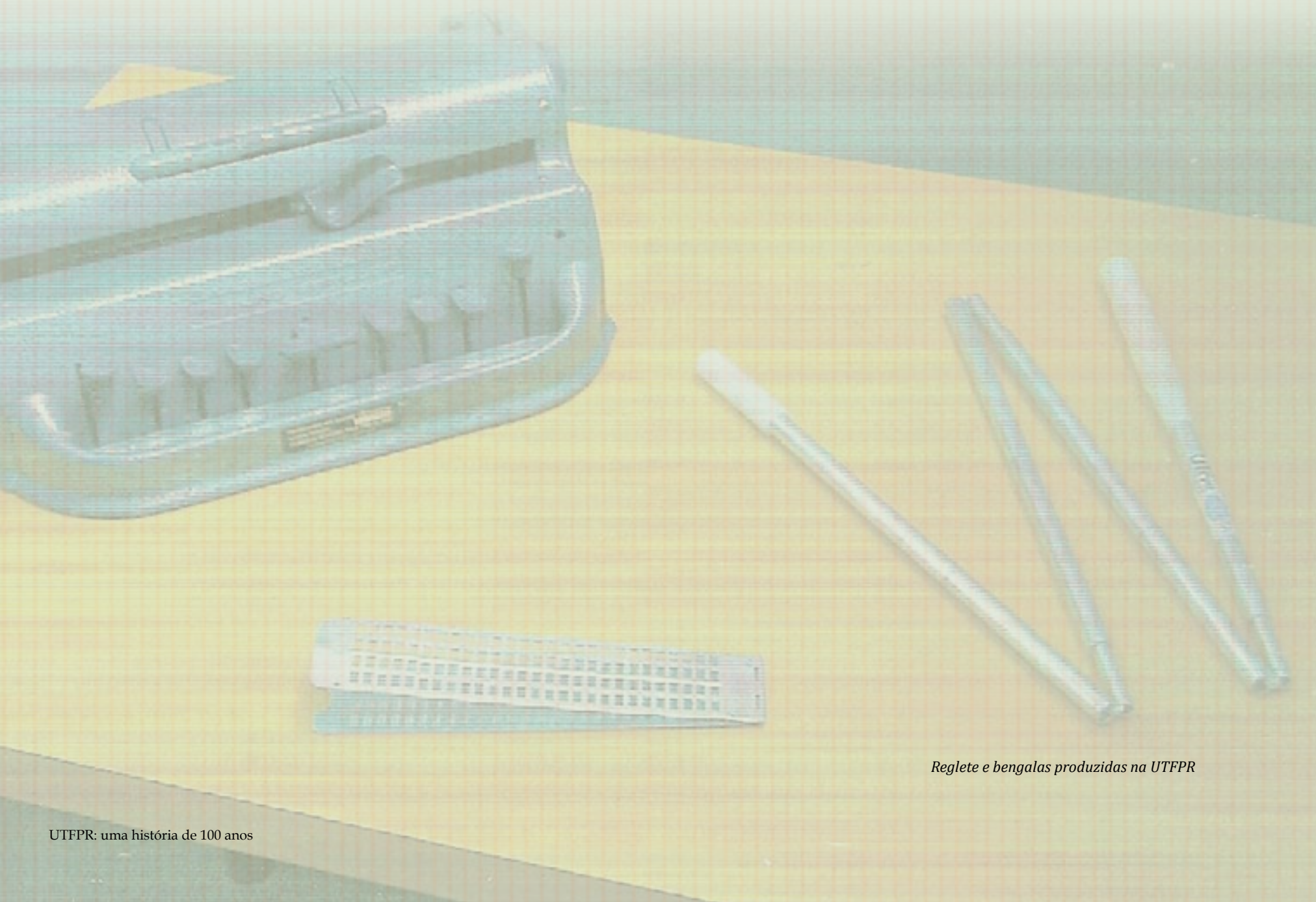
Visita da delegação da França, à UTFPR, em 2009

Às opções de lazer e integração já cristalizadas no dia-a-dia do estabelecimento, vindas da gestão anterior – os clubes de Radio-amadorismo, Cinema, Astronomia, Xadrez, Filatelia, o Conjunto de Soprano, o Coral, as bandas Musical e Marcial, o teatro –, acrescentaram-se com mais ênfase as atividades esportivas.

Estas receberam apoio tanto nos jogos colegiais, como em campeonatos mantidos por federações amadoras. Os desportistas do CEFET-PR também representaram, em menor número, clubes e sociedades da cidade. Foi assim que as equipes masculina e feminina de Handebol da escola vestiram a camisa do Colorado E.C. e as equipes masculina e feminina de Voleibol envergaram as camisas da Sociedade Morgenau e do Círculo Militar do Paraná, respectivamente.

Além dessas atividades, que colaboravam para a integração e convivência entre as turmas de escolares, procurava-se desenvolver e difundir em meio aos jovens ações voltadas a objetivos diversos, de cunhos culturais e sociais.

Desta forma é que foi firmado acordo com o Departamento de Educação Especial da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, para a execução de bengalas e regletes para os deficientes visuais assistidos pelo Estado. Reglete é um aparelho utilizado para a escrita e leitura dos deficientes visuais – uma variação da peça criada por Louis Braille. Esse serviço continua sendo realizado até os dias atuais pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNE.



Reglete e bengalas produzidas na UTFPR

Dentro dessa linha de interação da CAC, em que o CEFET-PR não se fechava em si, mas, pelo contrário, mantinha conexão com setores da sociedade, deu-se a implantação da Comissão Permanente de Prevenção de Acidentes – COPPA.

A COPPA desempenhava o papel de coordenadora e supervisora, no âmbito do CEFET-PR, das atividades relacionadas com a higiene e a segurança do trabalho, além de exercer função educativa ao repassar aos estudantes noções de higiene e segurança no trabalho, por intermédio das Subcomissões Pedagógicas, que eram formadas por professores e alunos.

A área de pesquisas realizadas no Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná foi repensada em meados dos anos 1980 devido, especialmente, à volta dos professores que foram se especializar em outros estados e no exterior.

Concluiu-se pela sistematização e concentração de trabalho em duas linhas de ação: a Engenharia Biomédica e o Desenvolvimento de Equipamentos Didáticos.

Voltada para o desenvolvimento de projetos na área Biomédica, a linha da Engenharia Biomédica do CEFET-PR, no quadriênio 1984-1987 desenvolveu e entregou, com verba da própria instituição, um Analisador de Segurança Elétrica para a área hospitalar, um Sistema de Suspensão para Tetraplégicos, um Controlador de Temperatura para Incubadoras, para o Hospital de Clínicas da UFPR, e um Medidor de Correntes de Fuga e Equipotencialidades para o Centro de Engenharia Biomédica da Unicamp.

Informativo Destaque, de março de 1985, destaca a prevenção de acidentes, folheto da campanha de prevenção contra acidentes e logomarca da COPPA (fundo)



Núcleo de Engenharia Hospitalar

Como parte integrante da Divisão de Pesquisa e Produção, o Núcleo de Engenharia Hospitalar – NEH – vem implementando, ao longo dos últimos anos, esforços no sentido de consolidar, em nível regional, um pólo de referência em Engenharia Biomédica. Segundo Paulo André Beltrão, Chefe do Núcleo, para que as metas a serem atingidas se concretizassem, foram definidos alguns objetivos específicos, dentre eles, a formação e treinamento de recursos humanos, a pesquisa aplicada visando ao desenvolvimento de equipamentos biomédicos, a prestação de serviços de manutenção para instituições de saúde, além de assessoramentos e acordos de cooperação técnica em Engenharia Biomédica.

Visando a atender seus objetivos,

em 1988 o NEH cumpriu uma extensa jornada de trabalho, dando continuidade ao desenvolvimento de diversos equipamentos, na maioria das vezes, de grande benefício social (veja quadro). Além disso, tendo em vista a carência de recursos humanos treinados nessa área, tem-se valorizado fortemente atividades relacionadas à formação de mão-de-obra especializada.

No biênio 1988-89 realizaram-se diversos cursos de curta-duração, muitos dos quais ministrados pela própria equipe do NEH, como Introdução à Engenharia Biomédica, Manutenção de Equipamentos Médico-Hospitalares, Manutenção de Equipamentos Radiográficos, Respiradores Mecânicos, Manutenção de Microscópios, dentre outros. A participação do corpo de pro-

fissionais do NEH em grande parte dos cursos ministrados durante esse período "só vem garantir o aperfeiçoamento necessário ao desenvolvimento das tarefas executadas pelo Núcleo", afirma Beltrão.

Além de realizar inúmeros seminários internos e externos, bem como cursos extraordinários ao longo dos dois últimos anos, o NEH promoveu, no ano passado, o I Encontro Paranaense de Manutenção de Equipamentos Médico-Hospitalares, buscando a interação técnico-científica e gerencial entre os setores de manutenção de equipamentos médicos do estado do Paraná. Contando com irrestrito apoio da Direção-Geral, o encontro, pioneiro em nível estadual no país, contou com 44 participantes, de quatro estados brasileiros.

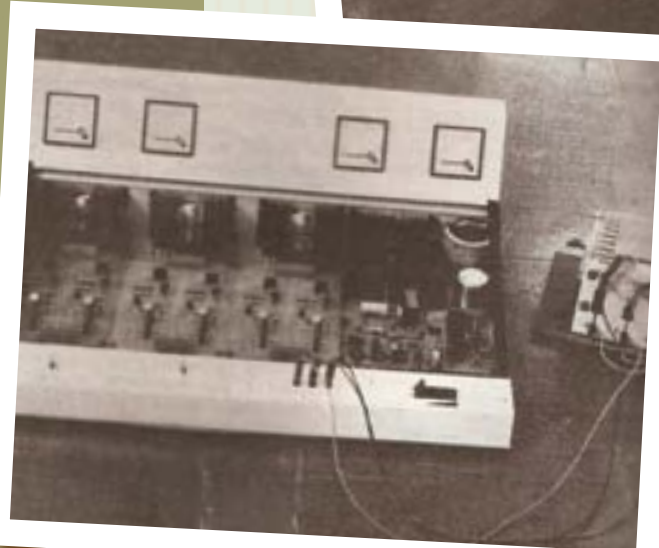
A partir de uma programação pré-estabelecida, com convidados da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Estadual de Londrina (UEL), bem como integrantes do Núcleo, foram abordados tópicos que se centralizaram nas áreas de manutenção de equipamentos e gerenciamento de equipes. Para o professor Eden Januário Netto, o desconhecimento mútuo é um dos maiores problemas para as equipes que atuam nessa área no estado e que de alguma forma precisa ser solucionado. Como alternativa, Eden menciona o curso técnico em Equipamentos Médico-Hospitalares em nível de 2º grau, aprovado pelo MEC, no ano passado, e que apenas aguarda os trâmites legais para sua implantação na instituição.

Contando com patrocínio do Conselho de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná – CONCITEC, professores e alunos de Engenharia Biomédica desenvolveram um conjunto de aparelhos de fisioterapia que foi entregue ao Hospital de Clínicas da UFPR; um berço aquecido com controle de temperatura e unidade móvel com incubadora e um ventilador pulmonar com controle, para o Hospital Cajuru, da PUC-PR.

Desenvolvimento de Equipamentos Didáticos, constante da segunda linha de ação na área de pesquisas do CEFET-PR, focou sua atenção no sentido de suprir as necessidades de instituições de ensino tecnológico que encontravam sérias dificuldades para dar suporte ao funcionamento de laboratórios e experimentos.

As dificuldades eram grandes: não havia equipamentos nacionais adequados à didática, que poderiam ser adquiridos pelas escolas a um custo acessível e, aos importados, não eram destinadas verbas.

Durante a gestão do professor Ferrazza vários projetos foram colocados em prática, dentre esses a produção de 36 microcomputadores para uso didático, um cronômetro digital para Laboratórios de Física, um Medidor de Função Densidade de Probabilidade, para estudos de sinais aleatórios como ruídos e sinais telegráficos, 50 mesas de Ensaio de Eletrônica Digital.



Sintetizador de Voz para PC e Conversor de Frequência desenvolvidos pelo Núcleo de Engenharia Hospitalar do CEFET-PR

Uma nova iniciativa colocada em prática pelo CEFET-PR, em outra área distinta, foi o Programa Editorial nascido em 1985 como embrião de uma futura editora da instituição. A proposta era servir de incentivo à pesquisa técnico-científica e à produção de uma literatura específica e pouco explorada pelas editoras convencionais. O professor Martins Dagostim foi seu primeiro editor executivo.

O Programa Editorial, responsável pela revista *Tecnologia & Humanismo*, lançada em outubro de 1986, voltou-se inicialmente à publicação de livros de Matemática, destinados a programas dos cursos de 2º grau das escolas técnicas federais e dos centros de educação tecnológica.

Entre os anos de 1986 e 1987, foram produzidos quatro fascículos elaborados por docentes da área, de várias das instituições às quais as obras se destinavam. O conjunto totalizou 70 mil volumes montados e impressos na gráfica do CEFET-PR.

Visando à consolidação, ampliação e aperfeiçoamento do Programa, o editor Martins Dagostim manteve contatos com editoras universitárias, participou de Seminários Nacionais das Editoras Brasileiras e filiou-o nas entidades representativas: Associação Brasileira das Editoras Universitárias – ABEU e Editoras Universitárias da Região Sul – EDUNISUL.



Edições da revista *Tecnologia & Humanismo*: capa do primeiro número, em outubro de 1986; capa da revista nº 4, em agosto de 1988; capa da edição especial nº 7 e capa do número 35, em 2008





No segundo semestre de 1986, a escola passou a contar com um novo departamento, o chamado Setor de Engenharia, para o qual estavam destinados trabalhos na criação de projetos arquitetônicos, estruturais, elétricos, hidráulicos, paisagísticos, de equipamentos e de ensino.

Porém, seu surgimento deveu-se à solicitação que o CEFET-PR recebia do Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação – CEDATE, órgão vinculado ao MEC, para que a entidade projetasse e construísse Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs) nas cidades de Medianeira e Cornélio Procópio.

Estas unidades viriam a ser construídas no ano seguinte.

As Unidades de Ensino Descentralizadas surgiram em decorrência da escassez de Escolas Técnicas e Industriais de 2º grau no país, conforme estudo promovido pelo Ministério da Educação e Cultura. Até então existiam apenas 20, todas nas capitais dos estados.

O que estava ocorrendo era uma grande expansão da indústria em todo o território nacional, não apenas nas capitais e regiões metropolitanas, onde se concentram as maiores populações.

Mesmo em lugares afastados dos grandes centros estavam surgindo parques industriais que transformavam essas localidades

em polos de desenvolvimento. Faltava, no entanto, pessoal qualificado que pudesse atender às necessidades industriais.

Foi a partir dessa realidade – e dessa constatação – que o MEC voltou sua atenção a este campo do ensino, através do Comitê de Educação Técnica, do qual participava o diretor do CEFET-PR, Ataíde Moacyr Ferrazza, no Grupo III. Ferrazza fora designado para reformular a educação técnica no Brasil.

O ministro da Educação, Jorge Bornhausen, encontrou-se com o presidente José Sarney para expor a necessidade da criação de novas Escolas Técnicas e Industriais em cidades do interior. Sugeriu 200 unidades.

A Unidade de Ensino Descentralizada (UNED)

É integrante da rede federal de educação tecnológica da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação (MEC) do Brasil, vinculada a um Centro Federal de Educação Tecnológica, a uma escola Agrotécnica Federal ou à Escola Técnica Federal, mantendo com estas dependência administrativa, pedagógica e financeira.

A interiorização do ensino levou o nome de Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico – Protec, que mudaria o cenário brasileiro por contar somente com os CEFETs, como ocorria desde o início do século.

Dessa discussão nasceu a Unidade de Ensino Descentralizada – UNED, que se integraria à rede federal de educação tecnológica, contando com o aval do presidente José Sarney, oficializado em julho de 1986.

Através desse projeto foi possível implementar a iniciativa de extensão da educação tecnológica ao interior dos estados, justamente nas cidades polos, dotando cada uma delas com a Unidade de Ensino Descentralizada, de centros federais de educação tecnológica e de escolas técnicas federais.

Com esse projeto de expansão do ensino tecnológico, indo ao encontro das características locais e criando cursos de acordo com as necessidades de cada região, foi possível também abrir novos caminhos para a juventude, evitando o êxodo que se tornava cada vez mais intenso para as grandes cidades.

Cada Unidade de Ensino Descentralizada, segundo a proposta, estaria vinculada não só a um Centro Federal de Educação Tecnológica, como poderia vincular-se a uma Escola Agrotécnica Federal ou a uma Escola Técnica Federal, mantendo com estas entidades dependências administrativa, pedagógica e financeira.

Diversas escolas técnicas, após sofrerem todo um processo de substancial melhoria, desde os cursos ofertados às instalações físicas dos prédios, ambientes administrativos, laboratórios, oficinas, recursos humanos (docentes e técnico-administrativos), condições para se integrar com a comunidade regional, passaram a exibir condições de se tornarem CEFETs.

Após avaliação criteriosa do MEC, era concedida a autorização para essa transformação. Ao todo foram 34 os estabelecimentos que chegaram a este patamar, 38 foram as UNEDs implantadas.

No Paraná, foram criadas inicialmente as UNEDs de Medianeira e Cornélio Procópio, ambas ligadas ao CEFET-PR.

Vista aérea da Unidade Descentralizada de Medianeira (fundo), escritório da Secretária de Ensino de 2º grau, Zeli Isabel Roesler, solicitando providências para a implantação dos campus em Medianeira e Cornélio Procópio



As obras nestas cidades tiveram início em 1987.

Segundo o planejamento estabelecido, a UNED Medianeira teria 7.160m² de área construída sobre um terreno de 72.600m². Iria atender 1.920 alunos dos cursos Técnico em Eletromecânica e Técnico em Alimentos.

Os cursos teriam quatro anos de duração e foram definidos a partir das necessidades econômicas da região.



Em Cornélio Procópio o prédio teria 7.495m² em um terreno de 55.820m². Estava destinado a atender 1.920 alunos dos cursos técnicos em Mecânica e em Eletrotécnica.

Concluídos os trabalhos, o CEFET-PR recebeu solicitação do MEC para que supervisionasse as construções das Escolas Agrotécnicas de Umuarama e de Nova Andradina/MS, tal a qualidade apresentada na criação, coordenação e execução das duas UNEDs.

A gestão de Ataíde Moacyr Ferrazza encerrou em 1988.

No dia 26 de janeiro de 1988 tomou posse, em Brasília, o novo diretor da instituição paranaense, professor Artur Antonio Bertol. A sessão foi presidida pelo Ministro da Educação, Hugo Napoleão.

Três dias depois, no auditório do CEFET-PR deu-se a solenidade de transmissão do cargo. O professor Ferrazza assumiu a vice-diretoria da escola.

Artur Antonio Bertol, graduado em Engenharia Civil, licenciado em Física pela Universidade Federal do Paraná e pós-graduado em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, lecionou Física e Matemática.

Ingressou no CEFET-PR em 1974. Esteve à frente do Departamento de Ensino de 2º grau, foi membro-nato do Conselho de Ensino e do Conselho Empresarial, e fez parte do Conselho Estadual de Mão de Obra.

No comando de uma das entidades de ensino tecnológico mais conceituadas do país, o novo diretor estabeleceu como prioridade um conjunto de ações voltadas para a melhoria dos Recursos Humanos, investimentos na Biblioteca, dotando-a de recursos de informática e comunicação de modo a assegurar agilidade no acesso à informação e dados não disponíveis na instituição.

Também priorizou a implantação na escola de laboratórios e oficinas e instalação de novos equipamentos para os já existentes; elaboração e implantação de um novo sistema de registros escolares e acadêmicos; implantação de novos currículos, mais adequados à nova realidade técnico-científica; desenvolvimento da pesquisa aplicada e redobrada atenção ao processo de integração escola-empresa, visando à atualização e aprofundamento dos currículos dos cursos ali ministrados.



O informativo Destaque noticia a posse do novo Diretor do CEFET-PR, Artur Antonio Bertol

Com essas medidas, a direção do CEFET-PR tentava contornar os problemas decorrentes dos poucos recursos liberados pelo governo federal, sem que fosse afetada a qualidade do ensino.

Uma das estratégias adotadas para vencer as dificuldades financeiras foi o encaminhamento de projetos aos órgãos de fomento e iniciativa privada, bem como utilizar o que era possível da arrecadação própria.

A gestão Bertol empenhou-se, ainda, em aprimorar os mecanismos implantados por seus antecessores quanto ao relacionamento empresa/escola.

Por essa razão deu-se maior ênfase ao Balcão de Teses, criado em setembro de 1988, e desenvolvido pela Divisão de Pesquisa e Produção, como um modelo mais estreito de cooperação técnico-científico entre a escola e as empresas instaladas no Estado.

A inovação possibilitava o envolvimento de professores e alunos de diferentes departamentos acadêmicos da instituição com o setor produtivo. Era interessante também às empresas – pequenas e médias – que se beneficiavam dos estudos desenvolvidos especificamente para seus problemas, pagando valores reduzidos em relação ao mercado.

Balcão de Teses

Desenvolvendo suas atividades dentro da política traçada pela Direção-Geral, o CEFET-PR tem conseguido desenvolver, com significativo sucesso, um dos pontos mais importantes de seu programa: o de estreitar, em escala cada vez maior, o relacionamento empresa/escola, objetivando a constante melhoria do sistema educacional.

Desde 1988 vêm sendo introduzidas modificações em sua linha de ação, com a criação de novos mecanismos para o desenvolvimento de pesquisas aplicadas e transferência de tecnologia à comunidade empresarial.

Dentre as inovações criadas nesse período e que tem contribuído para alçar o nome da instituição em nível nacional encontra-se o Programa Balcão de Teses, que objetiva ser um modelo de cooperação mais próximo da realidade vivenciada pelo Centro Federal e pelas empresas de nossa comunidade.

Desenvolvido pela Divisão de Pesquisa e Produção desde setembro de 1988, o programa vem, gradativamente, alcançando seu estágio de maturação. Em linhas gerais, o Balcão possibilitou o envolvimento de vários professores e alunos, dos vários departamentos acadêmicos da instituição, gerando oportunidades de trabalho conjunto com o setor produtivo. "O programa reverte numa melhor qualidade do processo ensino-aprendizagem e ainda fortalece a integração entre as partes envolvidas", destaca o professor Ernani Bresciani, Diretor de Relações Empresariais do CEFET-PR.

Com menos de dois anos de atividades, o programa já possui um número expressivo de projetos, somando-se 34 ao todo; nesse total encontram-se os projetos concluídos, em desenvolvimento e em andamento, seja por parte da empresa ou do professor, ou ainda em fase de negociação.

"O Balcão de Teses foi um grande passo" dado pelo CEFET-PR nos últimos anos. Hoje, o empresário que não acreditava na concretização do nosso objetivo, vê com bons olhos o programa e está em contato permanente com a instituição.

Para o professor, o programa viveu até agora seu momento de "adolescência", no qual foi possível delimitar seus principais pontos. "Algumas etapas importantes foram vencidas durante o transcorrer dos primeiros meses, com a elaboração de um instrumento jurídico eficaz para os propósitos do programa e o estabelecimento de uma metodologia de formalização dos projetos. Ainda resta uma outra etapa, de fundamental importância, que é o momento não tão possível de implementar, que é a transferência plena de tecnologia envolvendo parcerias científicas e tecnológicas. Porém, é preciso ressaltar que devido ao seu caráter inovador, a repercussão do programa em nível regional e da comunidade catetiana foi excelente, e o envolvimento de professores e alunos tem permitido uma imprescindível reciclagem, com muito altamente positivo.

Hoje, o programa exerce um papel importante dentro da instituição, e isso se traduz, principalmente, no considerável número de projetos de pesquisa iniciados desde a sua implantação. "Com o Balcão, trata-se o aluno, o professor e até o empresário", afirma. "O Balcão de Teses hoje deu mostras concretas de sua definitiva consolidação, entre o meio científico e tecnológico do estado", diz.

Principais projetos do Balcão de Teses

CONCLUÍDOS	Projeto	Empresa	Professor Orientador
Caneta Óptica (ver box NEH)		Gov. Estadual	Eden J. Neto
Controlador de Máquina Seccionadora de Aglomerado (ver box NPT)		Máquinas S/A Mag. Eng. p/ Madureira	Heitor Silveiro Lopes
Racionalização das Obras de Construção Civil – Tecnologia Aplicada e Mecanismos de Controle		Reasa – Eng. Empreendimentos Imobiliários	César A. Romão, Enot Pirkal Laurival M. Dubert
Medidor Eletrônico de Pressão Arterial (ver box NEH)		Milan – Equipamentos Científicos Ltda.	Gilmar Lunardon
Tradução de Textos Simetizador de Voz para PC (ver box NPT)		Equipe S/A	Amândeo Araújo Lima, William L. Oliveira
		Provapar	

EM DESENVOLVIMENTO	Projeto	Empresa	Professor Orientador
Plantadeira Manual		RGN Ind. Implementos Agríc. Ltda.	Ivan M. Canone, Nicolau A. Barth
Ambulância (ver box NEH)		SIAT – Sistema Integrado em Atenção à Emergência	Francisco Godke Humberto Gamba, Marcus A. Srier
Monitor Cárdio Respiratório (ver box NEH)		Fanem – Fábrica Nat. de Ap. Eletro Medic.	Eden Januário Neto
CCI – Testador de Continuidade, Curto-circuito e Isolação (ver box NPT)		Milan – Equipamentos Científicos Ltda.	Gilberto C. Lam
Demarcação de Produção		Muelier Irrigação S.A.	Abdo M. El Morr, Zely da Conceição

EM ANÁLISE COM A EMPRESA	Projeto	Empresa	Professor Orientador
Fuente de Alimentação para PABX (ver box NPT)		Nutron S.A. – Equipam. Sist. Eletrônicos	Alfio M. Kakino
Estudo na Área Telefônica – Bateria Memr.		Nutron S.A. – Equipam. Sist. Eletrônicos	Heitor Godoy Jr.
Lavador de Máquinas		Hog. Pequeno Princípio	Ivan M. Canone, Zely Conceição

PROJETOS EM ANÁLISE COM O PROFESSOR	Projeto	Empresa	Professor Orientador
Transceptor VHF-FM		Pansat – Parana Prod. e Sistemas	Juanes do Nascimento
Antifurto de Livros		Biblioteca Pública do Paraná	Humberto R. Gamba, Bertoldo Schneider

Matéria sobre o projeto Balcão de Teses do CEFET-PR

NOSSO JORNAL

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANÁ/MAIO/JUNHO • Nº 2 • 1989



BALCÃO DE TESSES

Com a finalidade de incentivar a cooperação Escola-Empresa, o CEFET-PR vem desenvolvendo, há aproximadamente nove meses, e com grande sucesso, um programa denominado Balcão de Teses, que visa ao desenvolvimento de trabalhos em conjunto com o setor industrial. Página 04.

DUPLA PREMIAÇÃO

O curso de Pós-Graduação em Informática Industrial do CEFET-PR recebeu dupla premiação no Congresso e Exposição Paranaense de Bem e Serviço de Informática, realizado em Curitiba, obtendo o 1º e o 3º lugares. O evento foi promovido pela SUTEP-PR e participaram dezentas instituições. Página 04.

MILAN EQUIPAMENTOS

Há três anos a empresa Milan Cereia Freyre, da Milan Equipamentos Científicos Ltda., vem utilizando equipamentos importados por sociedade. No início, era importador de instrumentos de precisão. Hoje, fabrica seus instrumentos com um bom desempenho. Página 06.

DIA DA INDÚSTRIA

O CEFET-PR criou comemoração no dia 25 de maio Dia da Indústria. Como sempre todos os anos, serão homenageadas diversas empresas que tiveram destaque durante o ano de 1988. Também também receberão homenagens. Página 07.

A instalação dos equipamentos médico-hospitalares das ambulâncias que serão utilizadas no Sistema de Atendimento ao Acidentado de Tráfego de Curitiba está sendo feita pelo Núcleo de Engenharia Hospitalar do CEFET-PR. Página 05.



O município de Medianeira, no Oeste do Paraná, será a primeira cidade do Estado a possuir uma Unidade Descentralizada do CEFET-PR. A futura escola irá beneficiar alunos de toda a região. Página 09.

O empreendimento motivou votos de congratulações da Assembleia Legislativa do Estado, por proposição do deputado Alcagi Túlio, e da Câmara Municipal de Curitiba, através da proposta do vereador João Carlos Derosso.

A Divisão de Pesquisa e Produção, além do êxito do Balcão de Teses, mantém o Núcleo de Engenharia Hospitalar – NEH, criado em 1986, responsável pelo desenvolvimento de projetos destinados à área biomédica.

Também realizava cursos de curta-duração, treinando e formando recursos humanos na área, prestava serviços de manutenção para instituições de saúde, desenvolvia equipamentos biomédicos a partir de projetos de pesquisa e prestava assessorias e acordos de cooperação técnica em Engenharia Biomédica.

No período de 1988 e 1990, entre os vários projetos desenvolvidos pelo NEH, alguns foram realizados com recursos próprios. Desses, citam-se o Testador de Continuidade, que testava a continuidade de cabos condutores e componentes eletrônicos, o Termômetro Digital para Uso Laboratorial; a Caneta Óptica para Telefonistas com Deficiência Visual, que permitia às telefonistas com esse tipo de deficiência operar centrais de PABX e KS, além de outros.

Coube ainda ao Núcleo de Engenharia Hospitalar desenvolver o projeto da Unidade Móvel para Atendimento ao Acidentado de Trânsito, para o SIATE – Sistema Integrado em Atenção à Emergência.

Capa do Nosso Jornal com foto da ambulância do SIATE desenvolvida pelos professores Paulo André Beltrão, do Departamento Acadêmico de Mecânica; Gilmar Lunardon, do Departamento Acadêmico de Eletrônica, sob coordenação do professor Humberto Gamba, responsável pelo Núcleo de Engenharia Hospitalar do CEFET-PR

Jornal do Estado

Curitiba, 23 de setembro de 1988

Secretaria do CEFET-PR

CEFET-PR 79 anos de profissionalização da mão-de-obra do País

Para esse trabalho contou com o apoio do INAMPS, da Polícia Militar, da PUC-PR, da UFPR, do Corpo de Bombeiros e da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná.

A diversidade de estudos e projetos elaborados, pesquisados e desenvolvidos nos variados campos do ensino, mostrava a efervescência criativa e cultural da escola tecnológica do Paraná. O dinamismo há tempos tornara-se uma das características da sigla CEFET-PR.

Na passagem dos 79 anos de existência da escola, o vice-diretor, Ataíde Moacyr Ferrazza, em entrevista ao Jornal do Estado, observou que “todo mundo diz por aí que precisamos de tecnologia de ponta. Entretanto, há que se saber que a tecnologia de ponta está na cabeça de quem constrói e não no equipamento em si”.

Com essas palavras deixou evidente que a instituição preocupava-se com a qualidade de seus professores. Acrescentou nessa entrevista a decisão da diretoria em ampliar para 10% o total de profissionais que se dedicariam à realização de mestrado e até mesmo doutorado no exterior.

Capa do encarte do Jornal do Estado, comemorativo aos 79 anos do CEFET-PR em setembro de 1988

EXCLUSIVO:
O professor Ataíde Ferrazza vice-diretor do CEFET-PR, explica o sucesso de uma escola que serve de modelo para a América do Sul.
Páginas 3, 4 e 5.

Os recursos, explicou, tinham como fontes o Ministério da Educação, através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que cedia as passagens; a ajuda de custo era proveniente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e cabia ao CEFET-PR remunerar o professor “como se ele estivesse em sala de aula”.

Nesse ano, por exemplo, seis professores seguiram para a Alemanha por um período de seis meses, para conhecerem os laboratórios avançados de alta tecnologia, fabricação de chips, laboratórios de física, microeletrônica, design mecânico, mecânica

fina, automação industrial, micromecânica.

Havia outro meio que possibilitava viagens para cursos de aperfeiçoamento: o patrocínio de empresas, através de bolsas de estudos.

O incentivo aos estudos de aprimoramento não acontecia unicamente com vistas a outros estados e países de maior desenvolvimento técnico e científico. A própria escola programava reciclagem interna para seu corpo docente, trabalhando em diferentes áreas do conhecimento. As aulas eram ministradas pelo pessoal da casa e professores convidados.

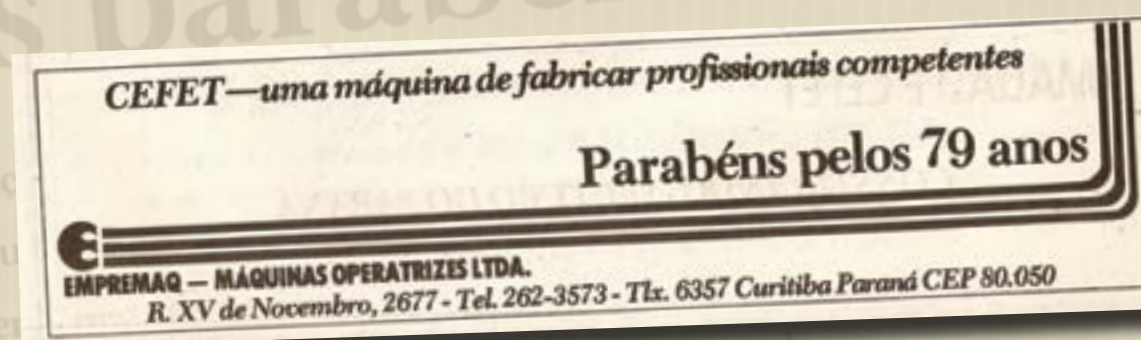
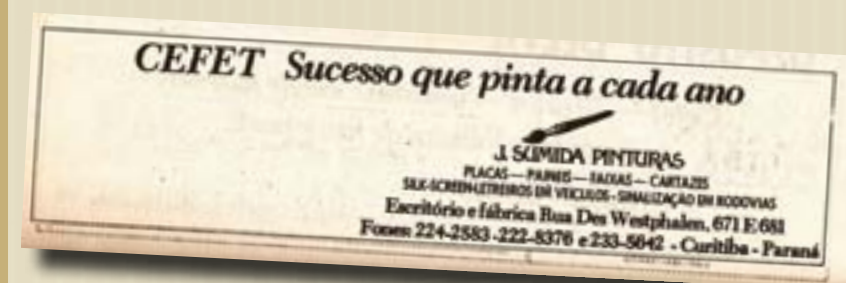


Entrevista realizada no Jornal do Estado com o Vice-Diretor, professor Ataíde Ferrazza, em 1988 (fundo) e alunos em aula prática no CEFET-PR

A evolução do CEFET-PR gerava a criação de novos setores e cursos, e, por consequência, expandiam-se as vagas ofertadas.

Contraditoriamente, se havia aumento por um lado, de outro lado vinha o pesadelo da falta de espaço. Expansão e acanhamento se chocavam em razão do dinamismo e investimentos que eram tolhidos pelas instalações que não seguiam esses passos, gerando uma situação surreal, não fosse ela uma realidade tão incômoda.

Era de conhecimento geral que o ensino ministrado na instituição gerava profissionais de gabarito, dando-lhes oportunidades de bons empregos.



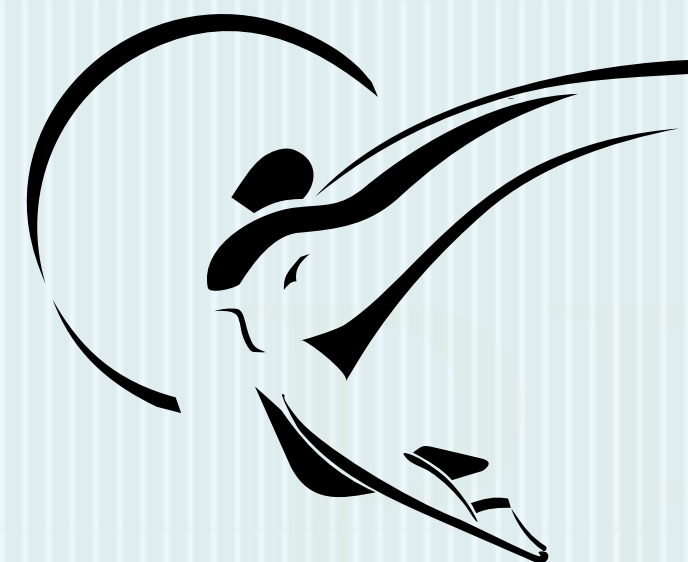
Esse era um dos motivos capitais para que ela continuasse entre as mais concorridas na relação candidato/vagas ofertadas em cada vestibular ou teste seletivo ali realizado.

No ano em que completou o 79º aniversário, 6 mil candidatos disputaram as 600 vagas ofertadas para seus cursos.

Para minimizar a situação, a escola adquiriu na Avenida Silva Jardim uma área de 1.628 m² pertencente à Companhia Sulina de Bebidas Antarctica. Para lá foram transferidos materiais da administração que estavam depositados em diversos ambientes da sede. Junto a eles, materiais de construção que obstruíam um espaço próximo à piscina, e veículos que pertenciam à instituição.

A retirada do material que obstruía o pátio do estabelecimento tornou possível a construção de uma quadra poliesportiva aos alunos e permitiu que fosse erguida uma parede ao redor da piscina, isolando-a e mantendo-a aquecida.

Em 1989, sob a responsabilidade da Diretoria de Relações Empresariais, foi criada a Incubadora Tecnológica de Curitiba - INTEC, iniciativa pioneira no Paraná que incentivava jovens de 2º e 3º graus e de pós-graduação para que iniciassem seu próprio empreendimento.



PROEM

Programa de Empreendedorismo e Inovação

A Incubadora Tecnológica de Curitiba dispunha-se a oferecer toda infraestrutura técnico-científica, gerencial, física e financeira para o desenvolvimento de projetos. Era capaz de orientar os interessados em todos os passos necessários, como assegurou o professor Brescianini.

Aliás, uma grande empresa paranaense, a Bematech, tem suas origens ligadas à Incubadora Tecnológica de Curitiba.

A história da Bematech surgiu no curso de pós-graduação em Informática Industrial do CEFET-PR, quando os alunos Marcel Malczewski e Wolney Betiol desenvolveram como dissertação de mestrado uma proposta de sistema de impressão para Telex.

Aquilo que era uma exigência da banca examinadora mostrou-se uma excelente oportunidade empresarial. Malczewski e Betiol decidiram levar a ideia adiante, ou seja, para a produção.

Procuraram a recém-criada Incubadora Tecnológica de Curitiba em dezembro de 1989. Foi esse projeto o primeiro empreendimento da INTEC. No ano seguinte foi constituída a Bematech, especializada no mercado de impressoras matriciais que explorava o segmento de máquinas Telex.

Logomarca do Programa de Empreendedorismo e Inovação

Ao completar 80 anos o Centro Federal de Educação Tecnológica ganhou oito páginas do informativo bimensal da escola, o Nosso Jornal.

A edição de setembro/outubro de 1989 trouxe além de um histórico condensado dessas oito décadas de existência, antigas fotografias e entrevistas com dois ex-alunos que ingressaram na instituição na década de 1930: Manoel Francisco Régis Netto e Pedro Rochavetz.

Em seu depoimento, Régis Netto contou que quando vinha para o centro da cidade – ele morava atrás do Hospital Psiquiátrico Nossa Senhora da Luz – passava em frente à Marcenaria Riccetti, estabelecida na Avenida Marechal Floriano, ao lado do Colégio Xavier da Silva.

Tinha verdadeiro fascínio ao ver o trabalho dos marceneiros na produção de mobílias, mas, especialmente, com o mestre da oficina que, pacientemente, confeccionava cavalinhos. Foram os cavalinhos de madeira que o levaram a estudar na então Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, explicou Manoel Francisco.

Saía cedo de casa, no Prado Velho, para assistir às aulas de disciplinas gerais que ocupavam toda a manhã, das 8 horas ao meio-dia. “Depois das aulas chegavam uns funcionários trazendo um balaio com o lanche”, lembrou. “Os alunos tinham direito a um pão de 100 reis, com doce, mortadela ou banana frita. Às 12 horas começavam as aulas práticas nas oficinas, que iam até as 4 da tarde”.

A falta às aulas era considerada falha que merecia punição – logicamente punição física, de acordo com os métodos corretivos da época. Um dos castigos era a palmatória.



Capa do Nosso Jornal comemorativo aos 80 anos do CEFET-PR

Como a Escola de Artífices Aprendizes era destinada a crianças pobres, grande parte dos alunos não tinha sapatos. A esses meninos descalços era destinada outra violência na forma preconceituosa como os professores falavam de seus pés: “sapatos de cachorro”.

Depois do recreio, eles tinham que se lavar no repuxo existente no centro do pátio, para não sujarem as salas de aula.

Manoel Francisco Régis Netto não concluiu os estudos, mas muitos anos depois seu filho formou-se no curso de Mecânica na Escola Técnica Federal do Paraná.



Logomarca dos 80 anos do CEFET-PR e matéria com os ex-alunos da EAAPR, Manoel Francisco Régis e Pedro Rochavetz

A profissão de alfaiate surgiu na vida de Pedro Rochavetz de modo imprevisto, conforme seu relato para o *Nosso Jornal*:

- *Eu tinha uns nove anos, e ganhei um terno novo para uma festa da família. Depois da festa, minha mãe disse que tirasse a roupa nova para não estragar. Não tirei o terno e fui brincar. Pulei uma cerca de arame e rasguei a calça; por medo de ser repreendido, resolvi remendá-la. Quando minha família viu o trabalho, achou que estava bem feito e, resultado: mandaram-me fazer o curso de Alfaiataria na Escola de Aprendizes Artífices do Paraná.*

Foi. Mas bastou um ano de aprendizagem para que julgasse estar apto a abraçar a carreira. Começou a trabalhar na Alfaiataria de Ângelo Lorenzti, na rua Marechal Deodoro esquina com a rua Monsenhor Celso. Era o ano de 1933 e esse foi seu primeiro emprego.

A mesma edição comemorativa do *Nosso Jornal* incluiu uma matéria acerca da criação do Núcleo de Documentação Histórica conforme projeto criado pela Subcomissão da Memória do Ensino Técnico.

Tinha como objetivos o resgate e a organização da documentação histórica da entidade e a implantação de uma unidade científica voltada à pesquisa dos fatos históricos em torno do CEFET-PR. O resgate desse material ficaria à disposição dos servidores e alunos para consultas.

O projeto apresentado pela Subcomissão da Memória do Ensino Técnico subdividia-se em três fases: preliminar, preparatória e permanente.

Durante a fase preliminar haveria o levantamento e seleção de documentos que porventura fossem encontrados, ligados à história da instituição.

Na etapa seguinte seria feita uma seleção cronológica, organizada em capítulos para facilitar a leitura da trajetória da escola.

A última fase traria a conclusão dos trabalhos e o caráter permanente sobre a memorialística, para não interromper o fluxo da história.

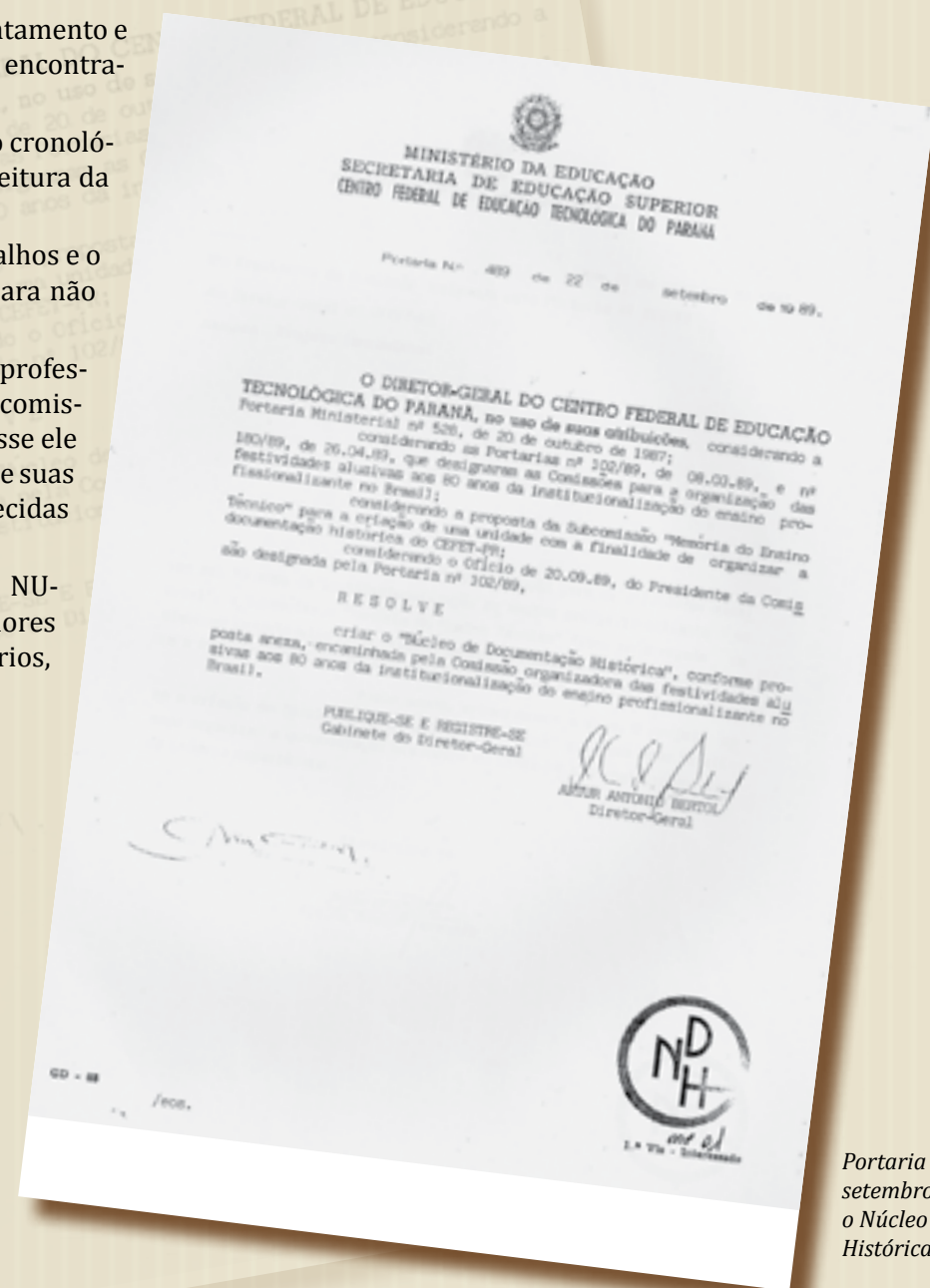
Sobre essa particularidade, comentou o professor Ademar Costa Palmeira, presidente da Subcomissão responsável pela elaboração do projeto. Disse ele que seria “fundamental” que a escola registrasse suas experiências, “para que estas não sejam esquecidas com o passar do tempo”.

O Núcleo de Documentação Histórica – NU-DHI deveria conter em seu quadro de servidores duas divisões: os permanentes e os temporários, como sugeria a Subcomissão da Memória.

No grupo de permanentes constaria um professor do ensino de 1º e 2º graus, com dedicação exclusiva e titulação adequada, dois estagiários do curso de História e um servidor administrativo.

O grupo de temporários agregaria professores de História pertencentes ao Departamento Acadêmico de Estudos Sociais, que atuariam como colaboradores, fosse a caráter de disponibilidade ou permanência, para desenvolvimento das pesquisas históricas, levantamento, contato e manejo de documentação.

No dia 22 de setembro de 1989 o Núcleo de Documentação Histórica do CEFET-PR passou a existir oficialmente, conforme a portaria nº 489, assinada pelo diretor da entidade, Artur Antonio Bertol.



Portaria nº 489, de 22 de setembro de 1989, criando o Núcleo de Documentação Histórica, do CEFET-PR



Capa do primeiro livro escrito sobre a história da Instituição

A medida soou como um eco aos anseios do primeiro diretor da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, Paulo Ildefonso D’Assumpção, que 75 anos atrás almejava a mesma realização. Chegou a designar dois professores para esse fim, sem conseguir seu intento.

A portaria assinada no dia 27 de abril de 1914 indicava a “sra. Professora d. Clotilde Hubel e adjunto de Professor sr. Rubens Assumpção para respectivamente tomarem a seu cargo a guarda e conservação do material de ensino dos cursos de Instrução Primária e de Desenho, catalogando os modelos, quadros e mappas, e relacionando os utensílios de estudo existentes nas aulas”

Em 1972 houve nova tentativa, desta vez por intermédio do professor Ivo Mezzadri.

Argumentou o então diretor, através da portaria 186/72, de 3 de outubro de 1972, que, “considerando a necessidade de registro do acervo histórico de nossa Escola e o que isto representa para nossas tradições”, designava “o professor Adalberto Américo P. Walger para elaborar a sinopse histórica e evolutiva da Escola Técnica Federal do Paraná, com a colaboração dos Professores Augusto Kloppfeisch e Felix Szabô”.

A diferença entre as propostas anteriores – que não obtiveram êxito – e a de 1989 residia num ponto sensível: esta se abria para uma interação da comunidade escolar com o patrimônio histórico do estabelecimento.

Assim, tornava possível o diálogo permanente por parte de servidores e alunos, com a história local, ao mesmo tempo em que eles próprios, enquanto partícipes da escola, transformavam-se em personagens dessa mesma história. Ou seja, ela tecia sua crônica de modo constante, permitindo que a memorialística fosse – e continue sendo – alimentada de novos dados.

Coordenaram o NUDHI, desde sua criação, os professores Cremilda Vieira Chautard (1989-1992), Gilson Queluz (1995-1996), Lauro Gursky Júnior (1998-2000), todos eles do Departamento de Estudos Sociais. Entre 2005 e 2007 o Núcleo ficou sob a guarda da bibliotecária Sheila Fernandez Motta.

A partir de agosto de 2007 assumiu a coordenação a professora e pesquisadora Selma Suely Teixeira, do Departamento de Comunicação e Expressão. De acordo com o novo Regimento da Universidade, em 2009 o Núcleo de Documentação Histórica teve seu nome mudado para Departamento de Documentação Histórica – DEDHIS.



Criado em 1989, o NUDHI possui acervo com documentos do início das atividades da instituição à atualidade



O município de Medianeira, no Oeste do Paraná, será a primeira cidade do Estado a possuir uma Unidade Descentralizada do CEFET-PR. A futura escola irá beneficiar alunos de toda a região. Página 09.



Matéria de capa do Nosso Jornal sobre a implantação da Unidade Descentralizada em Medianeira e sua inauguração em 30 de maio de 1991

O ano de 1990 marcou a expansão do CEFET-PR para o interior do Paraná, com a inauguração da primeira Unidade de Ensino Descentralizada, em Medianeira, dentro do Programa de Extensão e Melhoria do Ensino Técnico, do MEC.

As aulas tiveram início em março para as primeiras turmas dos cursos Técnicos Integrados em Alimentos e em Eletromecânica.

No dia 24 de janeiro de 1992, o CEFET-PR voltava a ter como diretor-geral o professor Ataíde Moacyr Ferrazza.

Dava início à sua segunda gestão e, para o próximo quadriênio, o professor tinha metas traçadas no Plano Geral de Ação 1992-1996.

Os tempos agora eram outros, os desafios tinham outras conotações, as mudanças exigiam novas formas de administração. O perfil da instituição já não era o mesmo de poucos anos atrás.

Os objetivos do novo diretor envolviam a integração dos vários graus de ensino da escola, melhores condições para o ensino e a pesquisa, ampliação do acervo bibliográfico, implantação do programa de qualidade e produtividade da instituição, o relacionamento com a comunidade interna e externa.

Era necessária a ampliação e renovação dos ambientes e equipamentos de ensino. Essa preocupação, como se percebe, vinha de décadas, passando como herança entre as diretorias que estavam sempre às voltas com a ampliação física da escola.

Havia, inclusive, um item no Plano Geral de Ação que tratava sobre o planejamento e ocupação de um terreno de 35 mil m², na rua João Guariza, no bairro São Lourenço, que tinha sido cedido pelo governo estadual para que ali fosse construída nova sede da escola.

Era praticamente certa a descentralização do CEFET-PR para esse endereço, mas devido a problemas técnicos relacionados à vazão de tráfego que acarretaria no local, optou-se pela substituição por outra área no bairro do Campo Comprido, de 27 mil m².

A segunda Unidade de Ensino Descentralizada, anunciada em 1987, entrou em funcionamento em Cornélio Procópio em 1993, ofertando cursos nas áreas de elétrica, mecânica e informática.

Também nesse ano e no mesmo dia – 15 de março – tiveram início as atividades nas UNEDs de Pato Branco e Ponta Grossa.

Em 1995 foi a vez de Campo Mourão ver instalada sua Unidade de Ensino. Foi um começo difícil – por indisponibilidade de imóvel condizente, as aulas dos cursos de Edificações e Alimentos eram ministradas no Ginásio de Esportes Belim Carollo.



Inauguração das Unidades Descentralizadas de Cornélio Procópio, Ponta Grossa, Pato Branco e Campo Mourão

No mês de agosto desse ano teve início o Programa de Pós-Graduação em Tecnologia – PPGTE. Apesar do nome do curso, ele estava aberto a graduados de qualquer formação, não havia obrigatoriedade para que fossem da área tecnológica.

Três meses depois, em novembro, foi criado o curso de Engenharia de Produção Civil, com cinco anos de duração. Ocupava o lugar do Curso de Tecnologia de Construção Civil, de três anos.

O professor Ferrazza não trabalhava unicamente com temas de relevância do momento. Ele também pensava e questionava o papel da entidade para o futuro.

Era preciso “uma política de preparação do CEFET-PR para as necessidades e exigências do próximo milênio”, escreveu Ferrazza em seu *Plano Geral de Ação*.

Na visão do professor, a partir de estudos sobre os dados econômicos e sociais nacionais e internacionais, e trabalhos sobre as tendências da evolução do mundo e do país, na área da formação tecnológica, seria preciso definir itens como: as áreas em que a especialização docente deveria ser incrementada e aprofundada; modificações nos currículos dos cursos ministrados pela instituição; implantação de novos laboratórios; tipos de equipamentos que receberiam investimentos da casa; novas metodologias de ensino a serem incentivadas e adotadas.

Antecipar-se e preparar-se para o contexto social e econômico que viria e, de posse das informações, melhor adequar o sistema de ensino. Era essa a realidade traçada por Ataíde Moacyr Ferrazza, e tais propostas de trabalho foram reiteradas por seu sucessor na direção do CEFET-PR, Paulo Alessio, empossado no cargo em fevereiro de 1996.

Capa do Nosso Jornal, de março de 1996, noticiando a nomeação do professor Paulo Alessio



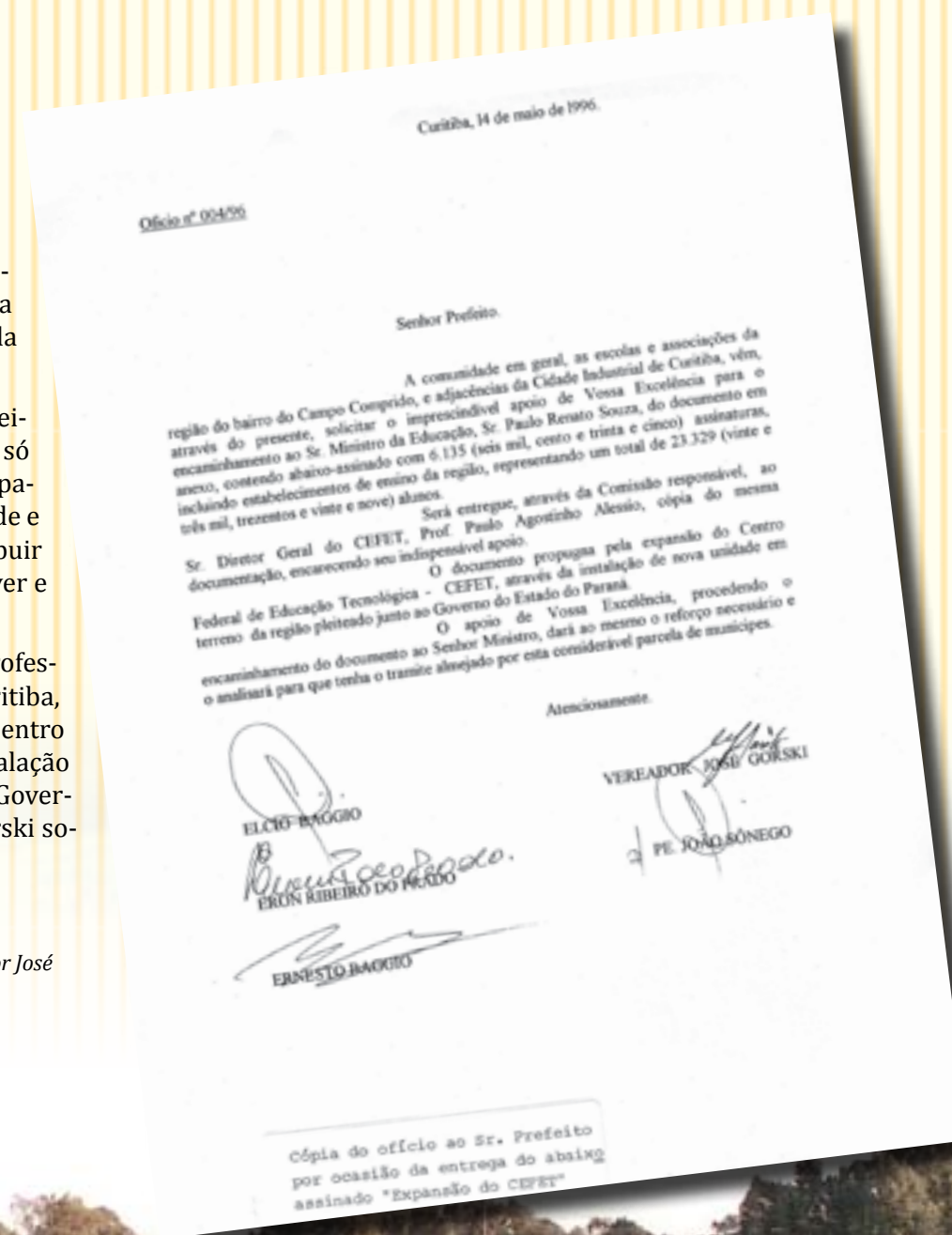
O professor Alessio ingressou no Centro Federal de Educação Tecnológica em 1978. Atuou como docente, chefe dos departamentos de Matemática e de Ensino de Segundo Grau e diretor de Ensino.

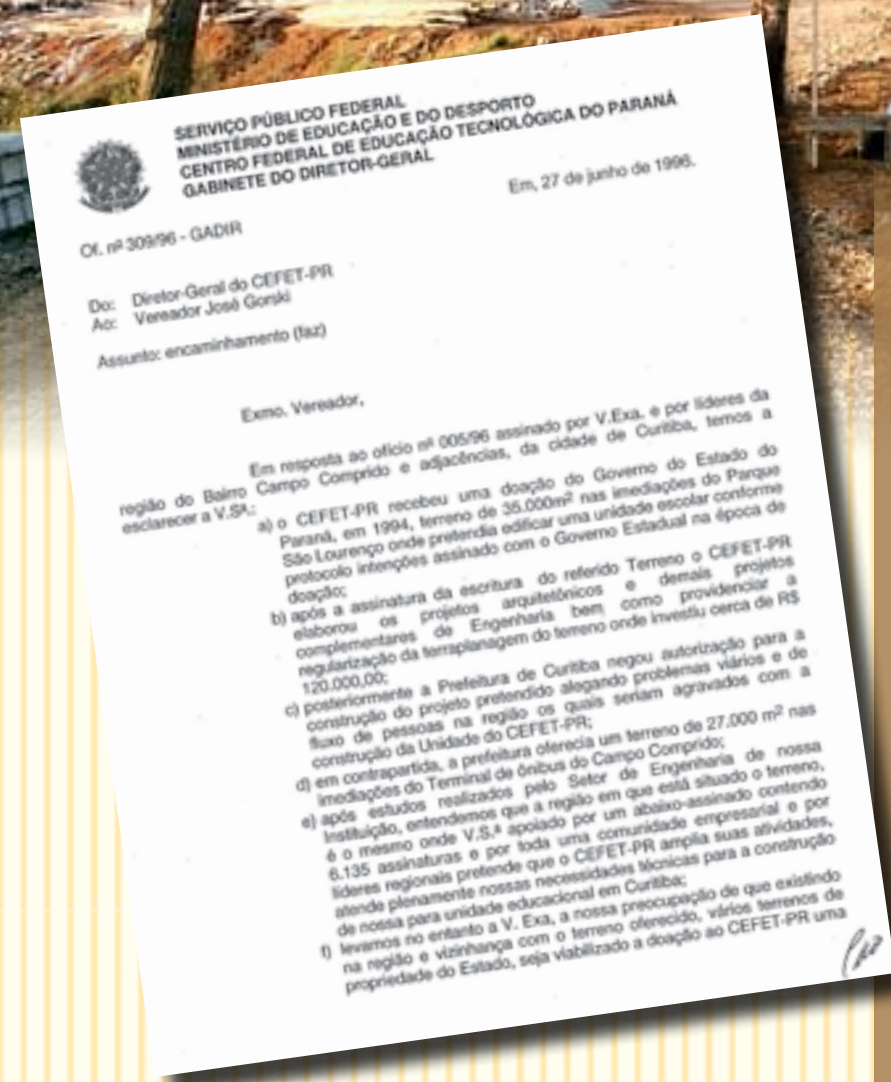
Atento às mudanças globais e a “uma base tecnológica em constante mutação”, também citou a necessidade da adequação da escola para esse mundo em movimento cada vez mais acelerado.

Ao elaborar o Plano de Ação – Gestão 1996-2000 deixou clara sua visão sobre a “missão” do CEFET-PR, não só formando profissionais, mas cidadãos responsáveis. “Preparar seus educandos a se posicionar diante da nova realidade e com ela interagir, ao mesmo tempo em que deverá contribuir para o crescimento e melhoria da sociedade onde irão viver e atuar”, escreveu.

Em maio de 1996, o vereador José Gorski levou ao professor Alessio cópia de ofício encaminhado ao prefeito de Curitiba, Rafael Greca de Macedo, reivindicando a “expansão do Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, através da instalação de nova unidade em terreno da região pleiteado junto ao Governo do Estado do Paraná”. Ao diretor da entidade, José Gorski solicitava apoio, no sentido de avaliar a proposta.

Vista parcial do terreno destinado à unidade Ecoville e ofício do Vereador José Gorski ao prefeito Rafael Greca





Início das obras da nova unidade do CEFET-PR em Curitiba e ofício do Diretor Geral do CEFET-PR, prof. Paulo Alessio solicitando ampliação da área pleiteada

Anexo ao documento, um abaixo-assinado com 6.135 assinaturas comprovava o interesse dos moradores da região pela presença da escola.

A implantação de uma unidade do CEFET-PR na região centro-oeste da capital iria favorecer cinco bairros populosos da região centro-oeste: Campo Comprido, Orleans, São Braz, Santo Inácio e Mossungüê.

Descobriu-se, porém, que a área solicitada pelo edil em Campo Comprido, nas proximidades do terminal de ônibus, era a mesma que dois anos antes fora doada pelo governo do Estado, em contrapartida à inviabilização de se construir uma extensão da escola no bairro São Lourenço.

O diretor Paulo Alessio enviou ofício ao vereador Gorski narrando o histórico da transferência e, na oportunidade, solicitou doação de uma área “bem maior do que a oferecida”, considerando-se que na região e vizinhança havia outros terrenos de propriedade do Estado.

Argumentou o professor sobre “a falta de espaço que tanto nos aflige nos dias de hoje e que tem impossibilitado o crescimento e o oferecimento de um maior número de vagas bem como a criação de novas habilitações tão necessárias ao desenvolvimento industrial de nossa cidade e Estado”.

No ano seguinte, em 10 de dezembro de 1997, o governador Jaime Lerner sancionou a Lei nº 11.938, doando ao CEFET-PR “duas áreas de terreno com 27.029,00m² e 31.360m², respectivamente, localizadas no Bairro Campo Comprido – Cidade Industrial de Curitiba e, próprias para o fim proposto”. No total a doação representava 58.398m².

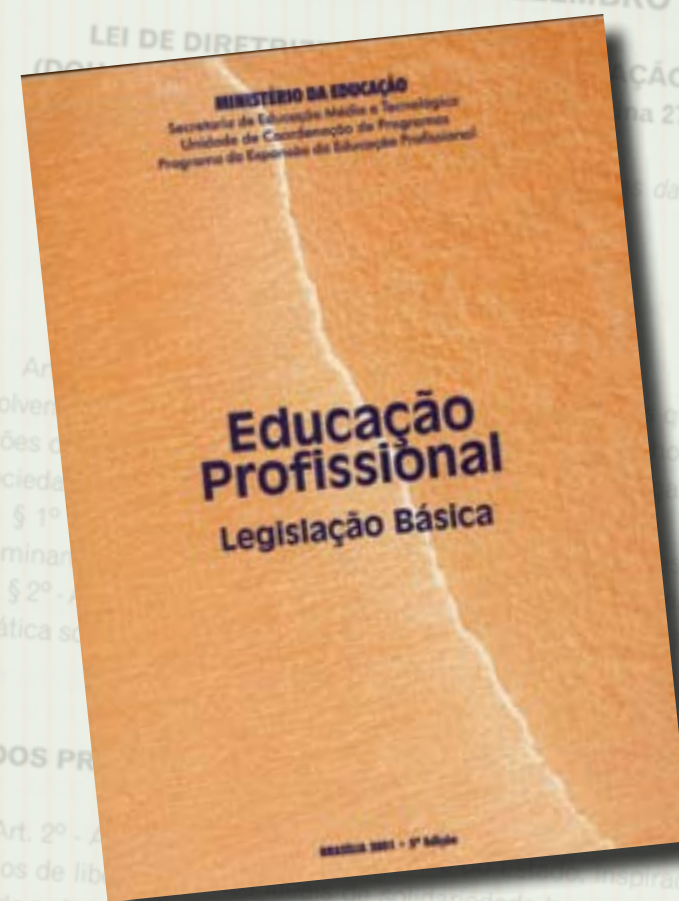
O ano de 1997, além disso, ficou marcado na história da instituição como o período em que surgiram os primeiros indícios de uma futura transformação da escola para universidade.

A aprovação de dois Decretos-Lei e uma Portaria Ministerial determinou mudanças representativas no ensino profissionalizante do país.

O Decreto nº 2208, de 17 de abril, regulamentou o capítulo da Educação Profissional constante da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9394/96.

Em maio foi editada a Portaria Ministerial nº 646 que extinguiu o ensino técnico integrado, e em novembro o Decreto nº 2406 possibilitava a transformação de todas as Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais em CEFETs.

A evolução das medidas tomadas pelo governo – gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, sendo o ministro da Educação Paulo Renato Souza –, cujo teor viria a comprometer seriamente o processo educacional da entidade, alertaram o diretor Paulo Alessio que procurou alternativas para salvaguardar a instituição.



Página (fundo) e capa do livreto contendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996



Cimco - Comunidade Integrada na Multiplicação de Conhecimento

O Programa CIMCO – Comunidade Integrada na Multiplicação de Conhecimentos/ Qualidade de Vida – espalha-se por todos os Campi da UTFPR, com numerosas ações implementadas nas diferentes unidades, atendendo as necessidades específicas de cada região. Integrado às atividades da universidade, este projeto foi uma iniciativa isolada da professora Cleonice Mendonça Pirolla, em 1994, começando com um trabalho voluntário de prevenção à AIDS e demais doenças sexualmente transmissíveis. Como era alto o grau de contaminação através de agulhas, um dos focos a ser combatido passou a ser o das drogas. Em 1996, com assessoria da ONG Grupo Pela VIDDA teve início o Programa CIMCO, com palestras para sensibilização e motivação para o projeto. Contando com dezenas de voluntários, o CIMCO mantém entre suas ações o Projeto Ginástica Laboral, o Guia da Qualidade de Vida (folhetos informativos afixados nos sanitários e locais de intensa circulação sobre qualidade de vida), Banco de Leite, campanhas beneficentes, etc. Cleonice Pirolla coordenou o projeto até 2005. Atualmente a coordenadora geral está sob a responsabilidade de Ilka Cristina Tripolone.

Conscientização em sala de aula no Dia Mundial Sem Tabaco, em 2010



O CEFET-PR expandia-se e seu crescimento físico exigia novas medidas de suporte para que o ensino, pesquisa e extensão nela desenvolvidos permanecessem reconhecidos como modelos.

Por essa razão, em 11 de junho de 1997, foi constituída a Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná – FUNCEFET, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro em Curitiba, instituída por pessoas físicas e/ou jurídicas.

Aprovada pelo Ministério Público do Estado do Paraná, Promotoria de Justiça de Fundações, em julho de 1997, a FUNCEFET foi inscrita no Ministério da Fazenda.

No dia 20 de janeiro de 1998, a Fundação foi credenciada junto ao MEC e Ministério da Ciência e Tecnologia. Posteriormente também foi credenciada junto ao CNPq, para efeitos da lei nº 8010/90.

Nesse mesmo ano a FUNCEFET, estendeu-se a todas as Unidades de Ensino Descentralizadas da instituição.

O Ensino Médio foi reformulado pela instituição para o regime anual a partir de 1998, quando também aumentou a oferta de cursos de qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores nas regiões onde atuava.



Estatuto da FUNCEFET

Regida por estatuto e demais dispositivos legais, a Fundação tinha por finalidades:

I. Apoiar o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná – CEFET-PR na consecução de objetivos relacionados com o ensino, a pesquisa e a extensão;

II. Contribuir para a promoção do desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural, da preservação ambiental e para o aprimoramento das relações entre o CEFET-PR, a sua comunidade e a sociedade;

III. Divulgar e fomentar os programas, planos, projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão do CEFET-PR e prestar assessoria técnica e administrativa para a sua concretização;

IV. Executar em conjunto com o CEFET-PR, prestação de serviços à comunidade;

V. Promover cursos, seminários, congressos e outros eventos de capacitação, informação e difusão de conhecimento técnico-científico;

VI. Instituir bolsas de estudo, pesquisa ou extensão para os corpos docente, discente e técnico-administrativo do CEFET-PR;

VII. Instituir fundos de apoio específicos para as atividades de ensino, pesquisa, extensão, culturais e assistenciais do CEFET-PR;

VIII. Instituir programas de melhoria nas condições de trabalho, incremento na capacitação de pessoas, infraestrutura e modernização de equipamentos que atendam aos servidores do CEFET-PR;

IX. Promover a divulgação do conhecimento científico, tecnológico e artístico através da edição e comercialização de livros, periódicos e outras formas de comunicação de textos, dados, som e imagem;

X. Promover a aplicação dos conhecimentos didáticos, científicos, tecnológicos e artísticos;

XI. Prestar apoio no registro e gerenciamento de propriedade industrial e intelectual, marcas e patentes;

XII. Contribuir para a manutenção dos objetivos do CEFET-PR, excedentes de pesquisa ou de extensão e da promoção institucional;

XIII. Criar e desenvolver centros de desenvolvimento de tecnologia, em parceria com instituições públicas e privadas.

Por sua vez, os cursos de Licenciatura, Esquemas I e II destinados a capacitar professores da entidade e da comunidade foram substituídos pelo Programa Especial de Formação Pedagógica.

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná firmou parceria com a empresa Equitel S/A para a realização de videoconferência, sendo a primeira instituição de ensino no Estado, a implantar semelhante sistema de educação à distância.

Em 22 de maio de 1998, dois anos após encontrar-se com o diretor-geral do CEFET-PR, volta à cena o vereador José Gorski que encaminhou novo ofício à instituição, desta vez pedindo informações sobre o “andamento e previsão do projeto de construção do novo complexo de ensino”, para prestar esclarecimentos à população.

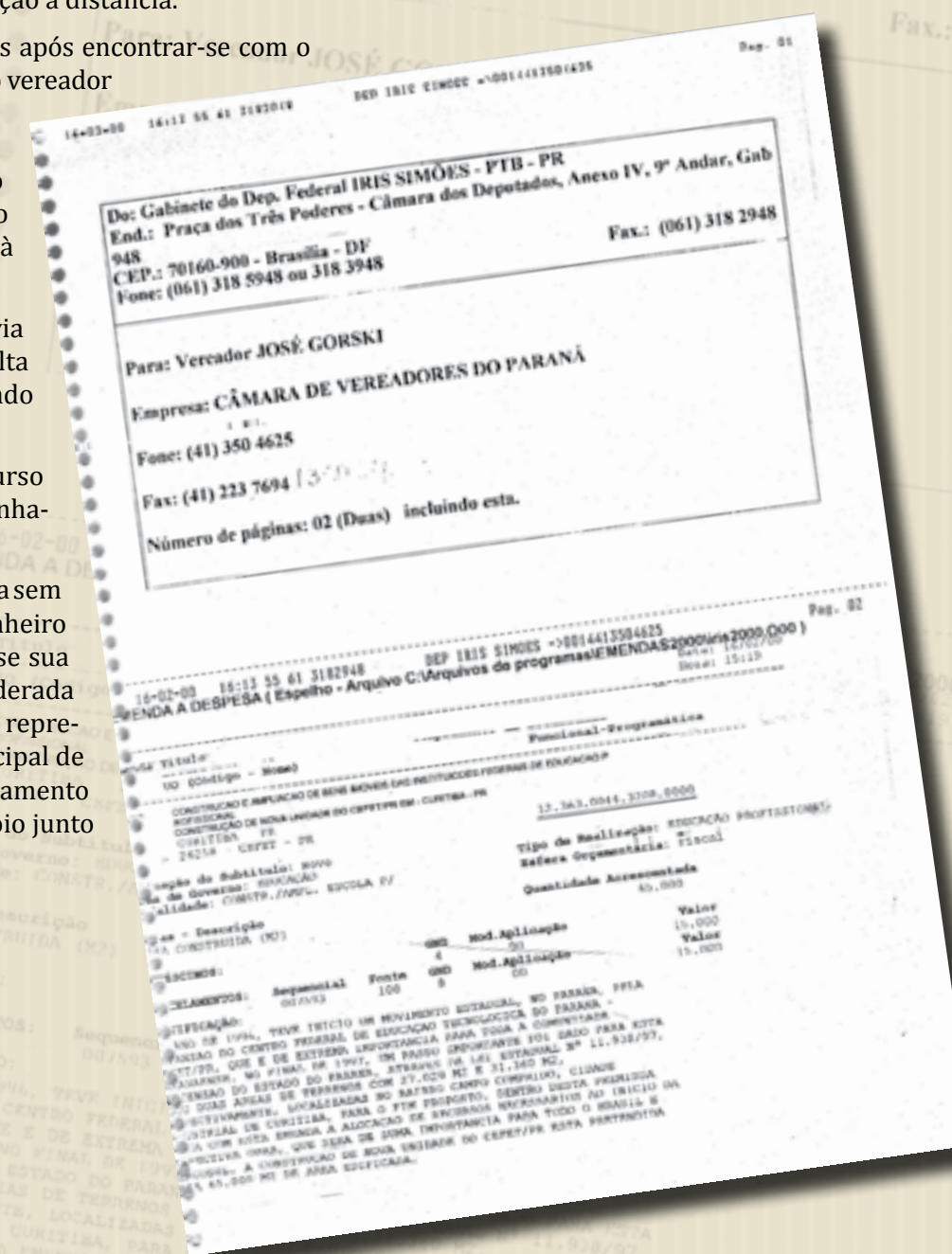
Porém, veio a saber que não havia previsão para o início das obras por falta de recursos – a União não tinha liberado verba.

Em 1999 foi criado o primeiro curso de doutorado na escola, na área de Engenharia Elétrica e Informática Industrial.

No mês de outubro desse ano, ainda sem qualquer perspectiva de liberação de dinheiro para as obras do CEFET-PR, em que pese sua importância no ensino, uma comissão liderada pelo vereador Gorski, juntamente com representantes da escola, da Prefeitura Municipal de Curitiba e Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC, buscou apoio junto à bancada do Paraná, em Brasília.

Solicitavam que fossem incluídos no orçamento da União para o ano 2000, através de emenda coletiva, recursos para a construção da nova unidade do CEFET-PR.

Foi uma medida certa: no início de 2000 chegou ao gabinete de José Gorski, em Curitiba, resposta emitida pelo gabinete do deputado federal Iris Simões, sobre a liberação.



Ofício do deputado federal Iris Simões ao vereador José Gorski descrevendo a liberação de valores para construção da Unidade Ecoville do CEFET-PR em Curitiba



O Diretor do CEFET-PR, professor Eden Januário Netto visita as obras da Unidade. Abaixo, 1º bloco construído e croqui das instalações da Unidade Ecoville (fundo)

Com os recursos assegurados, coube aos técnicos da instituição de ensino elaborar o projeto. Previa-se uma construção feita em etapas, seguindo um roteiro de “ocupação racional”, com a edificação de ambientes passíveis de adaptação “e de mudança na destinação previamente estabelecida”.

O Setor de Engenharia do CEFET-PR, com reconhecida competência no setor, responsável pela concepção e administração de edificações em suas unidades de ensino no interior, concluiu que na primeira etapa de trabalhos, seria edificada a infraestrutura externa e dos blocos E, F, G, I, J, com quatro pavimentos cada. Total de área que seria construída nessa fase: 9 mil m².

A Unidade Ecoville, como foi batizada, teve o início de suas obras em julho de 2000, sendo que no dia 30 de junho ali fora colocada uma placa comemorativa ao surgimento do campus. Como o terreno era cortado por vias conectoras, a Prefeitura de Curitiba garantiu a construção de uma passarela subterrânea, unindo as duas partes.



Eden Januário Netto discursa no evento de sua posse em 2000. No detalhe, assina sua nomeação



A expansão do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná era mais que necessária, como bem ilustrou a reportagem publicada pelo jornal *Gazeta do Povo*, em 26 de julho de 2000, sobre o surpreendente crescimento de vagas oferecidas pela instituição no ensino superior: um aumento de 550%.

Nesta época o CEFET-PR contava com novo diretor-geral, o professor Eden Januário Netto, que fora nomeado em 14 de março de 2000.

Engenheiro Industrial Eletricista, com títulos de Mestre em Engenharia Elétrica pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e Doutor em Engenharia Elétrica pela UNICAMP em parceria com o National Institutes of Health, Maryland/EUA, atuou como docente no CEFET-PR e por quatro anos exerceu a função de Diretor de Relações Empresariais.

Em seu discurso de posse, o professor frisou a complexidade da vida moderna e a busca por novos caminhos, ao considerar que

“as soluções para o cenário não podem mais ser fundamentadas somente nas experiências exitosas do passado, pois o contexto é singular, é único”.

“O papel institucional está apoiado fundamentalmente nas capacidades do ser humano, o que lhe estende uma oportunidade ímpar de crescimento”, acrescentou. “Devemos agir como um time, ao invés de um grupo; ter comportamento cooperativo, ao contrário de corporativo; agir como líder, em contraposição a chefe”.

Naquele momento a instituição que passava a dirigir compreendia aproximadamente 13 mil alunos e 1.800 servidores.

Para comandar esse complexo educacional anunciou um planejamento sistêmico que seria elaborado pelas Diretorias do Sistema, e delineou as próximas ações: estrutura flexível para atender à demanda e necessidades da comunidade, manutenção do padrão na qualidade de ensino, extensão à população dos benefícios e resultados das pesquisas.



Alunos em laboratório de informática em Pato Branco e escritório do Ministro Cristovam Buarque ao Ministro Guido Mantega com o encaminhamento ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva

A partir da gestão de Eden Januário Netto, cada Unidade do CEFET-PR – inclusive Curitiba – passou a ter diretoria própria, com apoio de gerências que faziam o acompanhamento de implantação das ações definidas em termos de sistema.

Nesse ano de 2000, novos cursos foram incluídos, entre eles o de Tecnologia em Radiologia (modalidade Radiodiagnóstico, em Curitiba, Tecnologia em Informática (modalidade Sistemas de Informação, em Medianeira), Tecnologia em Química Industrial (modalidade Processos Agroindustriais, em Pato Branco.)

Com aula inaugural no dia 21 de agosto, começaram oficialmente as atividades da primeira turma de alunos do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica e de Materiais.

A Editora CEFET-PR passou a existir a partir de dezembro de 2002, com a finalidade de editar, coeditar e divulgar livros, periódicos, demais trabalhos produzidos pela comunidade interna.

Em maio de 2003 seguiu a Brasília, para apreciação do Ministro Cristovam Buarque, projeto visando a mudança do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná para Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

O documento foi protocolado no dia 14 “no Gabinete do MEC”, segundo o deputado federal Irineu Colombo, relator do processo na Comissão de Educação e Cultura. “Foi apresentado com amplo apoio da comunidade acadêmica, do corpo docente, do sindicato e do ANDES (Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior) e dos políticos paranaenses”, escreveu o relator.



Nesse ano o CEFET-PR teve mais 16 cursos reconhecidos, a maioria obtendo conceito A pelo Ministério da Educação e em Dois Vizinhos foi inaugurada a sexta Unidade de Ensino Descentralizada.

Também a Unidade de Ensino Descentralizada de Ponta Grossa teve aprovada a criação do Curso de Mestrado em Engenharia de Produção e, em Curitiba, o Curso de Tecnologia em Comunicação Empresarial e Institucional, sendo este o primeiro na área de comunicação institucional criado na capital.

Alunos em desfile comemoram conceito A em Cornélio Procópio; membros do Departamento Acadêmico de Radiologia acompanham equipe do Ministério da Educação na avaliação do curso; diretor Eden Januário Netto assina a incorporação da Unidade de Dois Vizinhos; aula inaugural do Mestrado em Engenharia de Produção em Ponta Grossa; e logomarca do curso de Tecnologia em Comunicação Institucional, em Curitiba

No dia 15 de setembro de 2003, quatro meses depois do envio do projeto ao Ministério da Educação, o ministro Cristovam Buarque assinou em Curitiba mensagem de Projeto de Lei da Transformação do CEFET-PR em Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

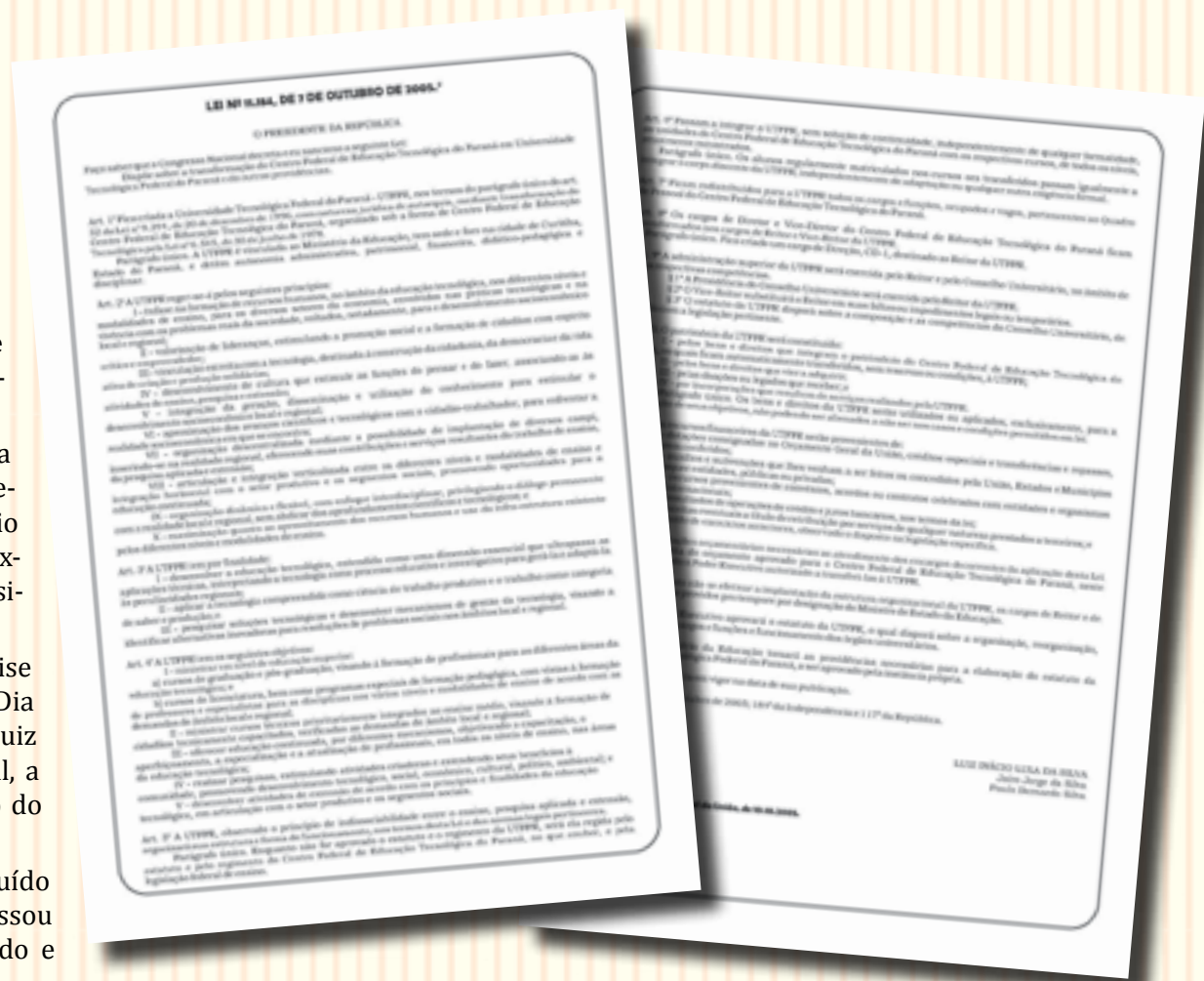
Foi uma solenidade à altura do acontecimento: no Teatro da Reitoria da Universidade Federal do Paraná, na Aula Magna de inauguração do ano letivo.

Apesar do avanço, a universidade ainda era matéria de discussão entre os órgãos federais em Brasília. Em agosto de 2004 o Ministério do Planejamento solicitou ao CEFET-PR nova exposição de motivos para a mudança em universidade tecnológica.

No dia 16 de setembro deu-se a análise final do Projeto de Lei entre o MEC e o MP. Dia 24 foi enviada ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e ao Congresso Nacional, a mensagem nº 628/2004 submetendo o texto do projeto para análise em caráter conclusivo.

Na Câmara dos Deputados foi distribuído para quatro comissões. Na etapa seguinte, passou pela apreciação de duas comissões do Senado e pelo Plenário.

No dia 7 de outubro de 2005 foi criada a Universidade Tecnológica do Paraná, através da Lei nº 11.184, com sanção do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.



Lei nº 11.184 de 7 de outubro de 2005 sancionada pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e solenidade da assinatura do envio do projeto de transformação do CEFET-PR em Universidade Tecnológica Federal do Paraná pelo ministro da Educação, Cristovam Buarque, em 2003. Na foto, em pé, o então Diretor Geral do Centro Federal do Paraná, professor Eden Januário Netto



Com a oficialização da UTFPR, desdobrava-se um novo momento para a entidade, agora mais jovem e revigorada aos 95 anos de idade.

A conquista acarretou modificações administrativas da instituição, atualização de seu estatuto; autonomia para a criação e extinção de cursos e programas de ensino superior.

Nessa fase de transição o diretor-geral assumiu o papel de reitor Pro-Tempore. Já os diretores do sistema CEFET-PR tornaram-se pró-reitores e cada UNED (Unidade de Ensino Descentralizada) – seis na ocasião – ganhou o status de Campus.

O MEC lançou em 31 de julho de 2006 o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia. O objetivo desse Catálogo, segundo a Secretaria de Educação Técnica e Tecnológica – SETEC, era o de orientar os estudantes e as instituições, mostrar possibilidades de novas ofertas de curso e subsidiar sistemas de ensino. Os cursos ali reunidos estavam agrupados em 96 nomenclaturas.

Foram poucos aqueles da UTFPR que sofreram alteração para migrar aos novos perfis conforme determinava o ministério. Alguns, que não constavam do catálogo, foram transformados em bacharelados, como Educação Física e Design.

O ano de 2007 começou com a inauguração de quatro novos campi situados em Apucarana, Francisco Beltrão, Londrina e Toledo.

O Campus Apucarana oferecia o curso técnico integrado em Industrialização do Vestuário, o de Londrina e o de Francisco Beltrão ofereciam o Curso Superior de Tecnologia em Alimentos e o de Toledo, o curso técnico integrado em Gastronomia.



Solenidades de inauguração dos Campi Apucarana, Londrina, Toledo e Francisco Beltrão



Início das obras do Campus Londrina da UTFPR, em 2007

Através do decreto nº 6096, de 24 de abril desse ano, foi instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

Rezava o Programa, em seu Art. 1º, que seu objetivo era o de criar condições “para a ampliação do acesso e permanência na educação superior; no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”.

Entre suas diretrizes estavam a redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; a revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem.

O Ministério anunciava ainda a destinação de recursos financeiros para as universidades que apresentassem planos de reestruturação, como a construção e readequação de infraestrutura e equipamentos; para a compra de bens e serviços voltados ao fun-

cionamento dos novos regimes acadêmicos; despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação.

Para integrar-se ao REUNI, a UTFPR elaborou um projeto inicialmente aprovado pelo Conselho Universitário, em dezembro de 2007, e homologado pelo Ministério da Educação em janeiro de 2008, em que previa a contratação de 679 professores da carreira de ensino superior até 2012. E mais 200 servidores técnico-administrativos.

Quanto ao número de vagas, que no primeiro semestre de 2008 foi de 1.330, com o REUNI essa disponibilidade atingiria 5.280 vagas até o ano de 2012.

No vestibular de inverno de 2008 foram implantados novos cursos: Engenharia de Alimentos, em Campo Mourão; Bacharelado/Licenciatura em Química, em Curitiba; Licenciatura em Letras Português-Inglês, em Curitiba e Pato Branco, Engenharia Florestal, em Dois Vizinhos; e Engenharia Ambiental, em Londrina.

Em 23 de julho desse ano o professor Eden Januário Netto transmitiu o cargo de Reitor para Carlos Eduardo Cantarelli, escolhido pela comunidade na votação ocorrida em abril, para a gestão 2008-2012. Foi esta a primeira eleição desde a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica em Universidade.

A história do professor Cantarelli na Instituição teve início em 1975, quando ingressou no Curso Técnico em Eletrônica da então Escola Técnica Federal do Paraná. Quatro anos depois era admitido como professor desse curso, época em que a Instituição já atendia pelo nome de Centro Federal de Educação Tecnológica.

Graduou-se em Licenciatura em Eletrônica, em 1987 e, em 2002, obteve o título de Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina.

A carreira acadêmica de Carlos Eduardo Cantarelli foi marcante antes mesmo de assumir o principal posto da UTFPR. Atuou como Coordenador do Curso Técnico em Eletrônica e Telecomunicações, foi Assessor na Diretoria de Ensino, Pró-Reitor de Gradua-

ção e Educação Profissional, membro do Conselho Universitário – eleito por dois mandatos consecutivos – e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Também auxiliou na elaboração do projeto que preparou o CEFET-PR para se tornar a primeira Universidade tecnológica do país.

Concorreu ao cargo de Reitor da Universidade como candidato que se propunha à expansão da Universidade e a um gerenciamento diferenciado, considerando-se que a entidade embora centenária, era ainda muito jovem – havia apenas três anos que ela passara da posição de um centro de educação tecnológica para uma universidade tecnológica. “Teriam que ser revistos e resolvidos diversos problemas internos de estruturação e funcionamento”, argumentava o professor.

No dia 3 de abril de 2008, cerca de 7 mil alunos, professores e técnicos administrativos escolheram Cantarelli com 70% dos votos; o Vice-Reitor eleito foi Paulo Osmar Dias Barbosa, também com longa carreira na escola.

Solenidade de transmissão de cargo do Reitor Pró-Tempore de Eden Januário Netto para o primeiro reitor eleito, Carlos Eduardo Cantarelli, em 2008





Aluno de Engenharia Mecânica manuseando equipamento em laboratório no Campus Curitiba da UTFPR

Em entrevista concedida para o jornal O Estado, o Reitor Carlos Eduardo Cantarelli afirmou que o maior desafio em sua gestão era “crescer com qualidade” e, referindo-se às ações para 2009, falou sobre a estruturação de novos cursos, construção de laboratórios e bibliotecas nos 11 campi.

Citou também que estavam em fase de preparação 32 novos cursos, sendo que, para o ano de 2010, estudava-se a possibilidade de entrada de 12 cursos. “Não temos apenas áreas de engenharia tradicionais, mas, também, ramos em que o Estado está se desenvolvendo”, explicou.

Entre esses campos de desenvolvimento constavam as áreas de alimentos, agroindústria, agronomia, computação e as engenharias ambiental e florestal. E para 2011 estabeleceu nova etapa de planejamento para a formação de professores.

Em meados de 2010, o Reitor, envolvido nos planos de ação da UTFPR, comentou que um dos principais desafios de sua gestão

foi consolidar o sistema de funcionamento da primeira universidade tecnológica do país, da maneira como foi concebida. “O ineditismo gerou uma legislação que a tornou diferenciada das demais instituições de ensino”, comentou o Reitor.

O prazo para a implantação desse novo sistema – pedagógico e administrativo – foi traçado para encerrar em 2011, sendo que ao final desse ano a Universidade trabalharia como um corpo único em todas as suas unidades, na capital e no interior. “Uma pessoa que entra num campus a 650 quilômetros de distância de nossa sede é como se estivesse aqui”, explicou.

Outro desafio de sua gestão foi levar para os campi a pesquisa e a pós-graduação, dentro de um curto espaço de tempo. O objetivo desse trabalho era consolidar a UTFPR também nesta área do ensino. “O plano de metas circunda em volta do eixo da graduação e pós”, afirmou Cantarelli.

Outro ponto de grande importância na administração do primeiro Reitor eleito da UTFPR foi trabalhar o plano de expansão do REUNI. Através de recursos provenientes do programa de incremento federal no ensino, a Universidade projetava para até 2012 a criação de, aproximadamente, 2 mil vagas, que totalizaria algo em torno de 9.500 vagas públicas, segundo contabilizava a Reitoria.

Os números eram significativos: “dos 12 mil alunos matriculados em 2005, saltaria para quase 40 mil, em 2015”, evidenciou Cantarelli. Os 118 cursos ofertados em 2010 chegariam a 135 até o final de sua gestão. No âmbito dos professores e servidores também haveria a contratação de 879 novos funcionários.

A evolução quantitativa não se afastou do aspecto qualitativo. Uma série de ações foram colocadas em prática, disse o Reitor. “Elas permitirão a melhoria da qualidade de ensino em nossa Instituição e de programas de assistência estudantil que irão favorecer a vida acadêmica de nossos alunos”, disse Carlos Eduardo Cantarelli.

A UTFPR aderiu, em 2009, à proposta do Ministério da Educação em utilizar o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, para selecionar os alunos em todos os seus cursos de graduação e em todos os campi. A Instituição adotou o Sistema de Seleção Unificado – SiSU, passando a utilizar apenas a nota do ENEM. A medida entrou em vigor substituindo o Vestibular de Verão de 2010, sendo a Universidade Tecnológica Federal do Paraná a segunda no país a oferecer mais cursos nesse sistema, com 2.696 vagas em 72 cursos. A Universidade Federal do Maranhão, primeira colocada, ofertou 2.816 vagas (dados de julho de 2010).

Dentre os 72 cursos da UTFPR, quatro eram novos: Engenharia Têxtil, no Campus Apucarana, Engenharia de Materiais, no Campus Londrina, Engenharia de Produção, no Campus Ponta Grossa e Engenharia Civil, no Campus Toledo.

Em junho de 2010, o Conselho Universitário aprovou a instalação do 12º Campus da Universidade, na cidade de Guarapuava.

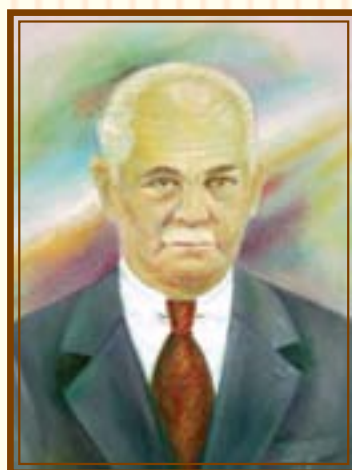


Alunos em laboratório do curso de Agronomia do Campus Pato Branco

Galeria de Ex-diretores



Paulo Ildefonso de Assumpção
22/12/1909 a 25/02/1928



Ebrahim Xavier das Neves
25/02/1928 a 04/05/1928
06/05/1930 a 01/06/1930



João Cândido da Silva Muricy
04/05/1928 a 06/05/1930



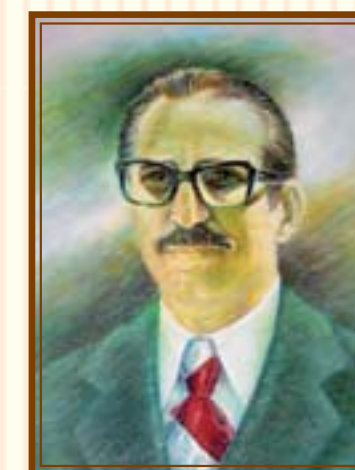
Rubens Klier de Assumpção
01/06/1930 a 24/08/1938



Oswaldo Ceccon
19/11/1965 a 04/06/1966



Ricardo Luiz Knesebeck
04/06/1966 a 04/06/1972



Aramis Demeterco
04/06/1972 a 14/07/1972



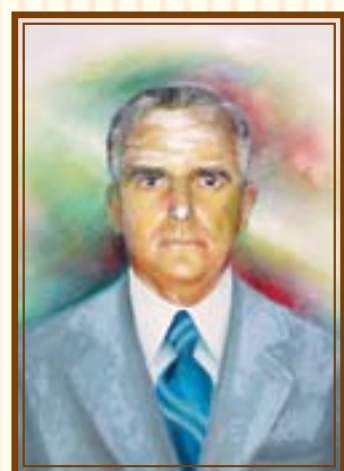
Ivo Mezzadri
14/07/1972 a 17/01/1984



Daniel Borges dos Reis
24/08/1938 a 09/09/1939



Ulisses de Mello e Silva
19/02/1941 a 18/05/1941



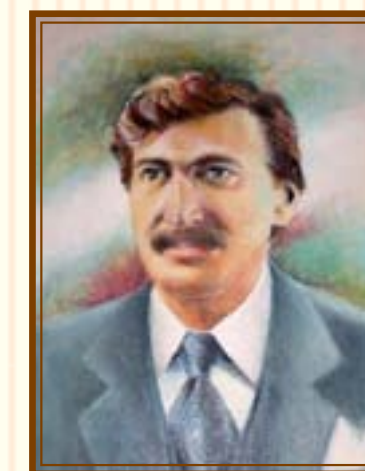
Lauro Wilhelm
09/09/1939 a 19/02/1941
18/05/1941 a 02/08/1965
13/09/1965 a 19/11/1965



Ney de Almeida Lima
02/08/1965 a 13/09/1965



Ataíde Moacir Ferrazza
18/01/1984 a 17/01/1988
24/02/1992 a 23/02/1996



Artur Antonio Bertol
28/01/1988 a 27/01/1992



Paulo A. Aléssio
26/03/1996 a 25/03/2000



Eden Januário Netto
14/03/2000 a 14/03/2004
06/04/2004 a 13/07/2008

Logomarcas comemorativas



Capítulo 2 Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Matrícula concomitante

A matrícula concomitante é aquela que apresenta matrículas separadas, havendo independência entre a parte profissional e o ensino médio. A sequencial é ofertada para quem já concluiu o ensino médio.

nica Federal do Paraná para transformar-se no Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná.

Os cursos ali ministrados uniam conteúdos do ensino médio e do ensino profissionalizante, chamados de “cursos técnicos integrados”. Com as alterações exigidas pelo Ministério da Educação, o CEFET-PR teria que reorganizar os cursos de 2º grau de modo a contemplar o ensino de nível técnico na formação concomitante ou sequencial, conforme previa o Artigo 5º do Decreto nº 2.208.

Alunos dos Cursos Técnicos do Centro Federal de Educação Tecnológica Federal do Paraná reunidos no pátio interno da instituição, na década de 90

As origens da criação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, ou a transformação de uma escola próxima a tornar-se secular, em universidade, começaram no ano de 1997, quando o governo federal baixou medidas que foram determinantes na alteração do ensino profissionalizante do país.

Em 17 de abril, o Decreto nº 2.208 regulamentou o capítulo da Educação Profissional, constante na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96). Em maio foi editada a Portaria Ministerial nº 646 que extinguiu o ensino técnico integrado e, em novembro, o Decreto 2.406 possibilitava a transformação de todas as Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais em CEFETs.

O teor dos Decretos e da Portaria colocou em alerta o diretor do CEFET-PR, Paulo Alessio. As medidas anunciadas comprometeriam seriamente a instituição paranaense, afetando o processo educacional ali desenvolvido há quase duas décadas – mais precisamente desde 1978, quando a entidade deixou de ser Escola Téc-

*Foto do verso:
Início das obras da Unidade Descentralizada de Dois Vizinhos*





Alunos da 1ª turma da Unidade Descentralizada de Dois Vizinhos

Consideradas as características dos tipos de cursos, que previa o Decreto, concluiu-se que o CEFET-PR já vivenciara problemas com ambas as modalidades. Para solucionar esses casos foi preciso recorrer ao Conselho Federal de Educação.

A experiência serviu como base aos argumentos para que se descartasse a possibilidade de ofertar cursos de nível técnico na forma sequencial.

Quanto à forma concomitante, a direção do estabelecimento optou em também não ofertá-la, devido à possibilidade de acontecerem os mesmos problemas verificados anteriormente.

Como as matrículas poderiam ser realizadas de maneira independente, sendo uma para a parte profissionalizante e outra para o ensino médio, daria condições ao aluno de cursar o ensino médio em um estabelecimento e o profissionalizante em outro.

Argumentou-se também quanto ao tempo que seria necessário para o estudante concluir o curso, fator que se tornou mais um motivo para que a instituição não adotasse a forma concomitante.

Havia, ainda, mais um agravante – o de aumento da evasão escolar por parte dos alunos que não conseguissem concluir todas as disciplinas constantes no nível médio e no nível profissio-

nalizante, requisito esse exigido para a obtenção do diploma de técnico.

A publicação da Portaria Ministerial nº 646, em 14 de maio de 1997, foi motivo de novas preocupações para a direção do CEFET-PR. O parágrafo 1º do Art. 4º era claro: “O ingresso de novos alunos, a partir do ano letivo de 1998, dar-se-á de acordo com o disposto no Decreto nº 2.208/97 e nesta Portaria”.

Em outras palavras, os cursos técnicos integrados tinham chegado a um estágio final.

O professor Alessio convocou os dirigentes das Unidades de Ensino Descentralizadas e orientou-os a reprogramarem a oferta de cursos para o ano seguinte. Também ficou acertado, de acordo com a decisão dos Colegiados do CEFET-PR que, a partir de 1998, seria implantado na instituição o Ensino de Nível Médio e, para o vestibular de 1999, ofertados os Cursos Superiores de Tecnologia.

No dia 27 de novembro de 1997, um novo Decreto-Lei era publicado. Autorizava a transformação das Escolas Técnicas Federais e Agrotécnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica. Porém, trazia restrições à autonomia pedagógica, que dificultavam a criação de cursos de 3º grau.

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, no entanto, estava distanciado do novo modelo determinado pelo governo através do Decreto 2.406 – além do Ensino de Nível Médio, ele ofertava cursos de graduação (engenharias, licenciaturas, bacharelados), e de pós-graduação (mestrado e doutorado).

A abrangência do ensino desenvolvido pela instituição, incluindo cursos de 3º grau, poderia ser motivo de questionamento do Ministério da Educação, e até mesmo o cancelamento de verba destinada aos gastos com o ensino superior, por este não se enquadrar no novo modelo CEFET.

Com essas preocupações é que o diretor Paulo Alessio convocou, no dia 12 de dezembro de 1997, uma reunião com os diretores das Unidades de Ensino Descentralizadas, na UNED de Ponta Grossa.

Estavam presentes os representantes das Unidades de Campo Mourão, Cornélio Procópio, Medianeira, Pato Branco, além de Ponta Grossa. A eles foi exposta, em detalhes, a situação em que se encontrava a entidade.

Em seguida, o professor Alessio sugeriu uma alternativa para evitar o retrocesso que se aproximava – o parágrafo único do Art. 52, da Lei nº 9.394/96:

“É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber”.

Reunião do Conselho Diretor presidido pelo Diretor-geral do CEFET-PR, Paulo Alessio, no dia 19 de outubro de 1998, que aprovou a transformação do CEFET-PR em Universidade Tecnológica. Estiveram presentes à reunião os professores Eden Januário Netto que concluiu o processo de transformação, e Carlos Eduardo Cantarelli, primeiro reitor eleito da nova universidade





Diretor Eden Januário Netto em reunião com representantes do MEC

Essa possibilidade prevista pela legislação, mais as características do CEFET-PR poderiam resultar em uma Universidade Tecnológica.

A aceitação foi unânime por parte dos diretores.

Em fevereiro de 1998 ocorreu nova reunião, desta vez entre o diretor Alessio e o Coordenador do Programa de Mestrado em Tecnologia do CEFET-PR, professor João Augusto de Almeida Bastos.

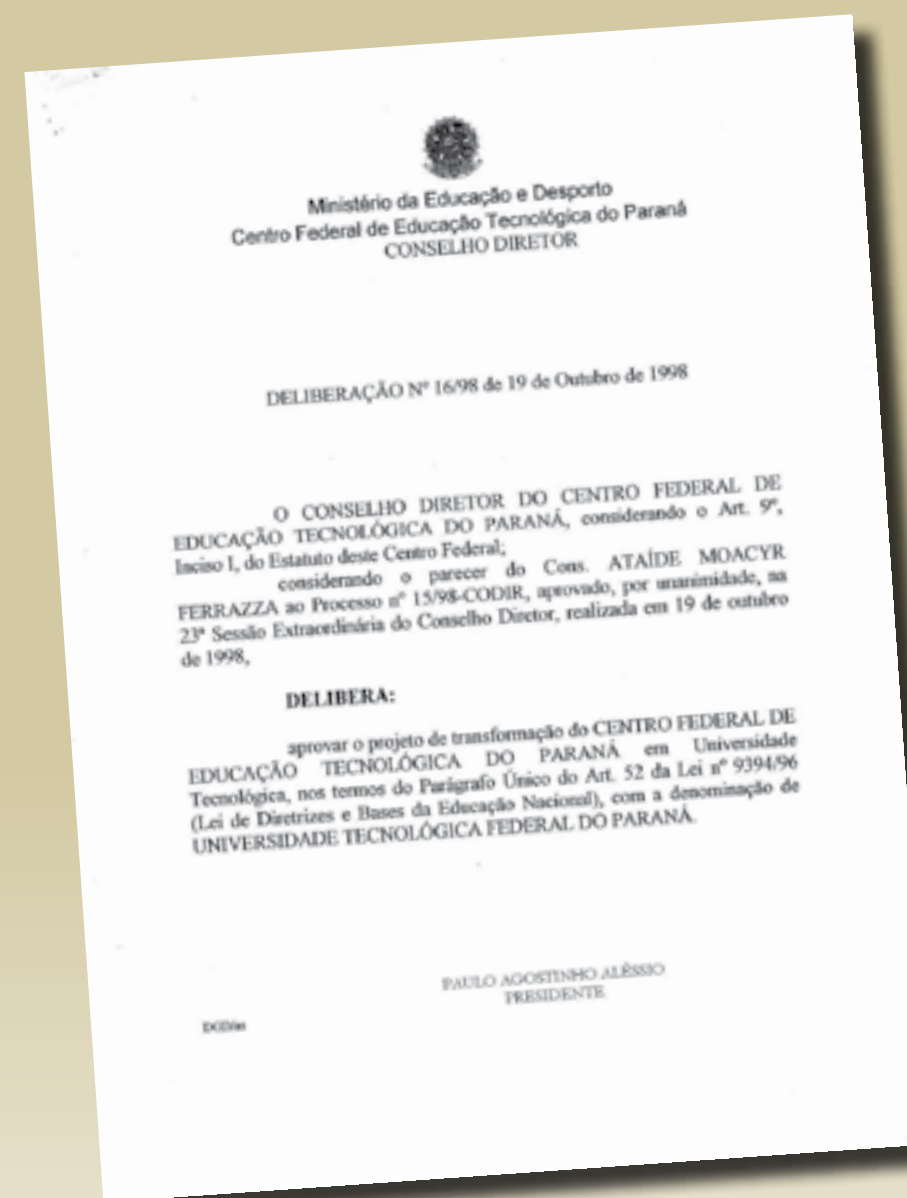
Foi solicitada a Almeida Bastos a elaboração de uma pré-proposta de Universidade Tecnológica, para ser apresentada nas UNEDs, possibilitando a reflexão e sugestões dos servidores. Desde que viáveis e coerentes com o trabalho ora discutido, essas contribuições seriam anexadas à proposta definitiva.

Concluída essa fase, o projeto seguiu para o Conselho Diretor do CEFET-PR que, no dia 19 de outubro de 1998, aprovou a trans-

formação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

No mês seguinte, dia 21 de novembro, o documento foi protocolado no MEC. Tinha a seu favor o apoio da comunidade cefetiana, dos mais variados setores paranaenses, e até mesmo a promessa do Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, de que seu Ministério estaria aberto ao diálogo sobre o projeto de lei, que alterava o ensino técnico. “Todas as sugestões de alteração serão bem aceitas e consideradas”, disse na época.

A declaração do Ministro mostrou-se um discurso vazio, como se constatou logo depois, com a apresentação do projeto. A receptividade de Paulo Renato Souza foi contrária às expectativas, gerando frustrações quanto a qualquer avanço para a mudança que se pretendia.



Deliberação do Conselho Diretor do CEFET-PR, em outubro de 1998, aprovando o projeto de transformação do CEFET-PR em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e Ministro da Educação, Cristovam Buarque, em discurso durante solenidade da assinatura do projeto de transformação do CEFET-PR em Universidade Tecnológica Federal do Paraná, em 2003

Quando o professor Paulo Alessio encerrou seu mandato nos primeiros dias de janeiro de 2000, transferindo a direção do estabelecimento ao professor Eden Januário Netto, o CEFET-PR havia consolidado 27 Cursos Superiores de Tecnologia e o de Ensino Médio, distribuídos nas suas seis Unidades de Ensino.

Também dera continuidade às quatro habilitações dos Cursos de Engenharia na Unidade de Curitiba, a um curso de Licenciatura, dois de Bacharelado e um de Agronomia na Unidade de Pato Branco; dois Programas de Pós-Graduação em nível de Mestrado e o início efetivo do de Doutorado.

O alto nível do trabalho realizado pela instituição podia ser aquilatado pela avaliação que o próprio MEC fizera do Curso de Engenharia Industrial Mecânica, concedendo-lhe o conceito A.

O Curso de Engenharia Industrial Elétrica ficara com o conceito B, além da recomendação, pela CAPES, do início do Programa de Doutorado no Curso de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e Informática Industrial.

A estrutura e os resultados apresentados pelo CEFET-PR eram indubitáveis: a entidade assemelhava-se a uma universidade. Para isso bastava apenas a oficialização dos poderes de instância superior.

A parte administrativa do CEFET-PR era composta por um Conselho Diretor, pelas Diretorias Geral, de Ensino, de Administração, de Finanças e Pessoal, de Apoio às Atividades de Ensino e de Relações Empresariais. Em sua sede em Curitiba e nas seis UNEDs, pelo interior, contava com 12.675 alunos, 553 técnico-administrativos e 1090 docentes.





Solenidade de transformação do CEFET-PR em Universidade Tecnológica Federal do Paraná, em 2005

Coube ao novo diretor, Eden Januário Netto, a continuidade dos destinos da escola.

Sua transformação em universidade tornara-se meta a ser conquistada, mas era um caminho paralelo ao dia-a-dia da entidade que continuava a avançar no campo do ensino tecnológico, com a implantação de novos cursos na capital e nas unidades do interior.

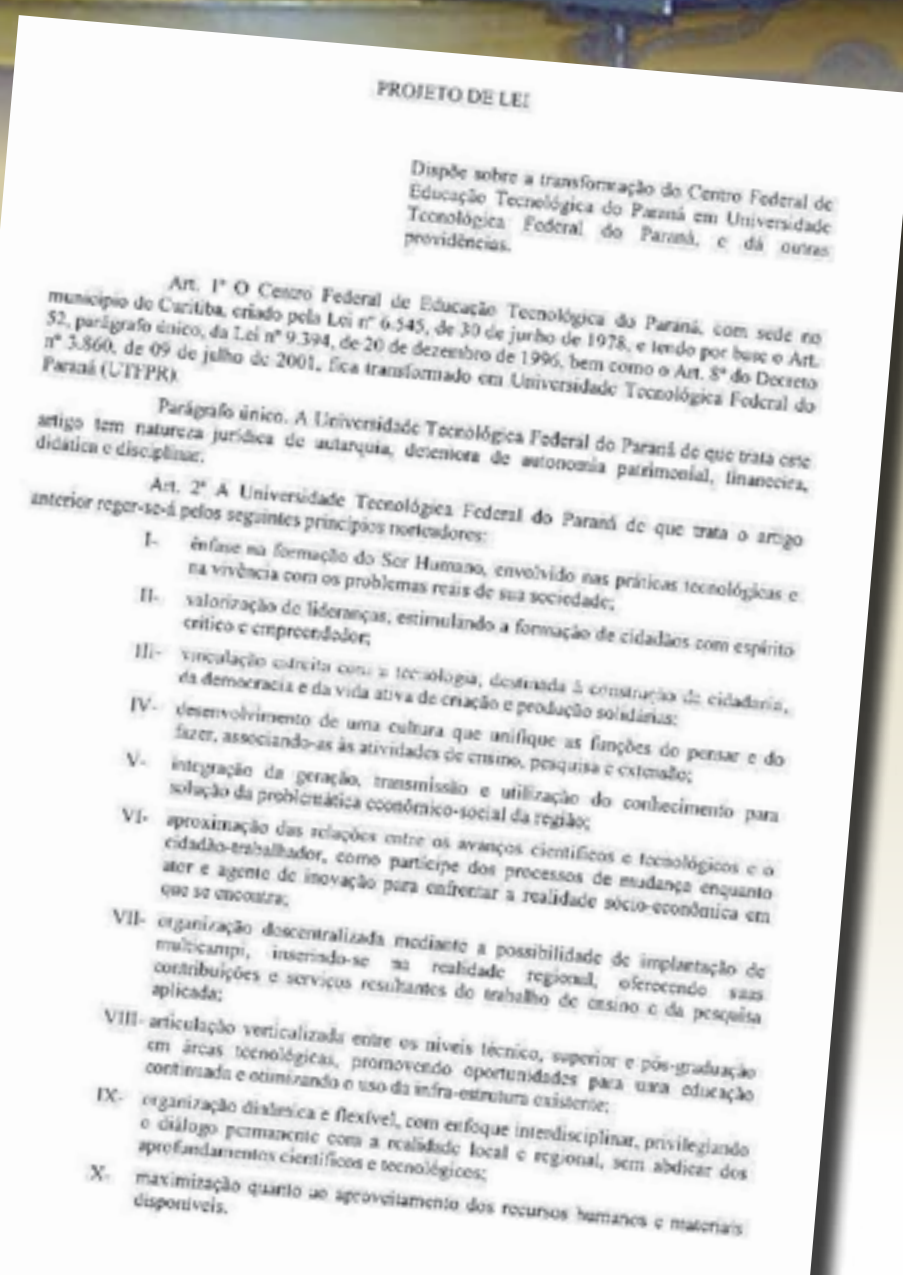
A frieza do MEC para a proposta de uma universidade tecnológica – a primeira do Brasil – fez com que o projeto repousasse nas gavetas até maio de 2003, quando se deu nova tentativa, agora com a pasta sendo comandada pelo Ministro Cristovam Buarque.

O processo voltava a percorrer os mesmos caminhos, porém a avaliação do Ministro era outra. No dia 15 de setembro, em Curitiba, Cristovam Buarque deu seu aval assinando a mensagem de Projeto de Lei da Transformação do CEFET-PR em Universidade Tecnológica.

Passaria mais um ano, até o projeto chegar ao MEC e ao Ministério do Planejamento, em meados de setembro de 2004, para a análise final. O próximo passo foi o envio ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e ao Congresso Nacional para análise em caráter conclusivo.

Novamente mais um ano se passou.

Em 7 de outubro de 2005, finalmente, o presidente da República tornava oficial a Universidade Tecnológica Federal do Paraná.



Capítulo 3

A universidade multiplicada

Quando a Universidade Tecnológica Federal do Paraná tornou-se realidade, em 2005, cumpria com seu destino iniciado 75 anos antes, num casarão da Praça Carlos Gomes, em Curitiba. Escola criada para atender a meninos carentes, dando-lhes noções básicas de profissões que no futuro representariam seu ganha-pão, cresceu, transferiu-se para a Avenida Sete de Setembro e nesse prédio permaneceu até chegar à maturidade.

Ao ser anunciada sua criação, a UTFPR estava praticamente pronta em sua estrutura, faltando apenas adequá-la administrativamente.

Responsável pelas Unidades Descentralizadas de Ensino, criadas pelo governo federal, através do Programa de Extensão e Melhoria do Ensino Técnico, do Ministério da Educação, mas ainda atuando sob a sigla CEFET-PR, a instituição fortalecia o conceito de liderança irradiado de sua sede, na Avenida Sete de Setembro. As Unidades, por seu turno, representavam os campi de uma suposta universidade.

Foi exatamente isso que aconteceu – a UTFPR nasceu com campi instalados em várias regiões do Estado.

Talvez devido a suas origens a UTFPR possua uma das características mais marcantes que a distingue das demais universidades brasileiras – a forte inserção na comunidade, através de atividades de extensão de diferentes naturezas.

O **Campus Curitiba**, localizado na esquina das avenidas Sete de Setembro e Desembargador Westphalen, há sete décadas escreve sua história nesse local. Cerca de metade de todas as atividades de ensino da universidade – técnico, graduação e pós-graduação – se concentram ali.

Oferta cursos nas áreas de Arquitetura e Urbanismo, Ambiental, Comunicação, Construção Civil, Design, Educação Física, Elétrica, Eletrônica, Física, Informática, Letras, Mecânica, Química e Tecnologia.

Tem aproximadamente 25 mil m² de área de terreno, mas a área construída ultrapassa o dobro dessa metragem. A média de população que passa por ali, diariamente, é de 9 mil pessoas, entre alunos, servidores e visitantes.



O **Campus Medianeira** começou a ser construído em 1987 e teve suas portas abertas em 1990, constituindo-se à época na primeira UNED do Paraná. A implantação do campus na região Oeste oficializou a expansão do ensino no interior administrada pela UTFPR, com os cursos Técnicos Integrados em Alimentos e Eletromecânica.

Um acordo entre a UTFPR e a Universidade Aberta do Brasil – UAB, permitiu ao Campus atuar no Ensino à Distância, com os cursos de Especialização em Gestão Ambiental e em Educação, Métodos e Técnicas de Ensino.

De acordo com a cultura adotada de manter a comunidade universitária integrada ao meio onde está localizada, o Campus de Medianeira acompanhou ao longo dos anos as mudanças ocorridas

no perfil econômico do município que, de extrativista, mudou para agroindustrial.

Os cursos ofertados refletem essas variações com Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado nas áreas de Química e Segurança do Trabalho, Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Alimentos, Eletromecânica, Informática e Ambiental, e Engenharias da Produção, Ambiental e de Alimentos, além de vários cursos de especialização.

Em 20 anos de atividades, dali saíram mais de 1.000 tecnólogos profissionais. Parcerias mantidas entre a universidade com empresas e instituições possibilitaram trabalhos diversos, desde a abertura de estágios e empregos aos estudantes, até o desenvolvimento de pesquisas e realização conjunta de eventos científicos e tecnológicos.



O **Campus Cornélio Procópio**, implantado em 1993, oferece cursos nas áreas de Elétrica, Mecânica e Informática. É a única instituição pública de ensino no Norte Pioneiro paranaense a oferecer essas modalidades técnico-profissionalizantes aos estudantes, em sintonia com as perspectivas das empresas da região.

Em 1997, o Campus recebeu a última turma dos cursos técnicos de 2º grau. Após essa data passou a oferecer Cursos de Ensino Médio e os Cursos Superiores de Tecnologia, em 1999. A instituição é considerada, desde o início de suas atividades, centro de referência de ensino tecnológico em Cornélio Procópio e região.

A UTFPR Cornélio Procópio criou um Centro de Experimentação de Tecnologias Educacionais em parceria com a FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, órgão vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia que promove ações de desenvolvimento econômico e social por meio do fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades e demais instituições.

Com esse acordo os professores das escolas públicas da re-

gião aprendem a despertar o interesse dos estudantes para a Ciência e a Tecnologia. O projeto também atua como laboratório no desenvolvimento de pesquisas em novas metodologias e ferramentas educacionais voltadas à integração do ensino médio e superior.

Em setembro de 2008 foi inaugurado o Centro Integrado de Pesquisa em Controle e Automação. O objetivo do CIPECA é o de apoiar a realização de estudos avançados, orientação, atividades de investigação e sistematização do conhecimento desenvolvido pelos pesquisadores do Campus Cornélio Procópio.

A instituição atende a mais de 100 municípios da região, nas diferentes áreas de ensino, visando à qualificação profissional frente às necessidades do mercado e para atender a demanda de inovação e do crescimento tecnológico.

Outro de seus objetivos é o de inserir o aluno em suas futuras atividades profissionais, através de estágios curriculares. Também promove atividades de cunho social, através de cursos e trabalhos voluntários dos alunos e servidores, entre outras ações.

O **Campus Pato Branco**, inaugurado em 15 de março de 1993, sob a denominação de Unidade de Ensino Descentralizada, e vinculado ao então CEFET-PR, foi determinante no desenvolvimento da cidade, que adotou um novo perfil.

No início de suas atividades constavam somente dois Cursos Técnicos Integrados, os de Eletrônica e Edificações. Ali estudavam 442 alunos, tinha 22 professores e 57 técnicos-administrativos.

No ano seguinte o CEFET-PR incorporou a Fundação de Ensino Superior de Pato Branco – FUNESP, dando-lhe condições de ampliar o leque de cursos ofertados.

Além do ensino profissionalizante integrado em nível de 2º grau, incluiu cursos de nível superior nas áreas Tecnológica, Exatas e Humanas. A incorporação resultou, entre outros benefícios, no aumento do corpo docente e na implementação de laboratórios.

Em 1996, o município promoveu a diversificação de sua economia ao oferecer incentivos fiscais a empresas dos setores de informática e eletroeletrônico. Em razão dessa medida deu-se a criação de um centro tecnológico industrial, o Pato Branco Tecnópolis. Aos estudantes da UTFPR foi mais uma abertura de oportunidade profissional.

O Campus Pato Branco teve nova incorporação em 2003, com a transferência para o então CEFET-PR da Escola Agrotécnica Federal de Dois Vizinhos, localizada a cerca de 80 quilômetros, que era

vinculada à Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul/SC. Três anos depois, Dois Vizinhos passou à qualidade de Campus da UTFPR.

A agricultura continua sendo significativa no município e região, estando o desenvolvimento do setor ligado aos cursos, programas de extensão e projetos da UTFPR. O Campus Pato Branco mantém parcerias com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com o Instituto de Tecnologia do Paraná – TECPAR e participa da Rede Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos.

O Campus, ao completar 17 anos em 2010, comemorou também sua expansão. Segundo levantamento, a instituição possui 235 professores, 71 técnicos-administrativos, 2.600 alunos, 77 laboratórios e oferece aos jovens um curso técnico – Geomensura –, 13 cursos de graduação, entre eles Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Manutenção Industrial, Bacharelados em Administração, Agronomia, Química, Ciências Contábeis, Licenciaturas em Letras e Matemática e cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

A instituição também promove atividades físicas e artístico-culturais das quais participam alunos, servidores e comunidade externa, a exemplo do Centro Acadêmico de Línguas Estrangeiras Modernas – CALEM, dedicado ao ensino de idiomas, e do Centro de Atividades Físicas – CAFIS, onde a comunidade pode praticar diversas modalidades esportivas e atividades físicas, além de programas junto à comunidade externa.



O **Campus Ponta Grossa**, localizado a seis quilômetros do centro da cidade, iniciou suas atividades em 15 de março de 1993. Instalado no antigo Seminário Menor Redentorista, não alterou a arquitetura datada de 1958, inclusive mantendo ao centro do bloco principal uma Capela que ali existia.

O prédio, com aproximadamente 18.500m² de área construída, localizado numa área de 121 mil m², abriga laboratórios, salas de aula e áreas comuns, instaladas de forma a manter sua estrutura original.

Os dois primeiros cursos técnicos ali ofertados foram os de Alimentos e Eletrônica e a partir de 1995, também o Curso Técnico em Mecânica.

Em 1998, em razão da Lei 9394/96, a chamada Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBE), que previa o fim da integração do ensino médio ao técnico, a escola optou por implantar o Ensino Médio, com duração mínima de três anos.

No ano seguinte, incluiu os Cursos Superiores de Tecnologia, em nível de 3º grau, uma forma de graduação plena, visando formar profissionais focados em tecnologia de ponta.

Teve início em 2004 a pós-graduação *stricto-sensu* com oferta do Curso de Mestrado em Engenharia de Produção.

Em 2006 voltaram os Cursos Técnicos de nível médio em Agroindústria e Mecânica, com duração de quatro anos.

Atualmente são ministrados cursos regulares técnicos de nível médio; superiores de graduação – bacharelados, engenharias e tecnologias –; programas de pós-graduação *stricto sensu*. Há também os de educação continuada: especializações, cursos de extensão e formação pedagógica.

Os cursos ofertados nas diversas áreas são:

- **Técnicos:** Técnico em Agroindústria, Mecânica, Eletroeletrônica, em Informática.
- **Tecnologias:** Tecnologia em Alimentos, Automação, Fabricação Mecânica, Análise e Desenvolvimento de Sistemas.
- **Graduações:** Bacharelado em Ciência da Computação, Engenharia Mecânica, Engenharia Eletrônica, Engenharia Química, Engenharia de Produção.

Em Especialização, além de Engenharia de Produção, consta o Ensino de Ciências e Tecnologia.



O **Campus Campo Mourão** foi inaugurado em abril de 1995, com a finalidade de suprir a demanda de formação profissional e tecnológica na região. Dois cursos existiam nessa época – Técnico em Alimentos e Técnico em Edificações – e um total de 240 alunos distribuídos em seis turmas.

Na falta de um imóvel que abrigasse o campus, a solução foi instalá-lo no antigo alojamento e dentro do próprio Ginásio de Esportes Belim Carolo. Anos mais tarde, o diretor do campus, Narcí Nogueira da Silva, relembrou desses tempos, explicando que as aulas eram ministradas nos antigos vestiários; a sala dos professores ficava ao lado da quadra de esportes.

O quadro de servidores era reduzido, sendo que os funcionários da área administrativa eram mantidos pela Prefeitura Municipal de Campo Mourão e os professores – cerca de 40 –, pela União.

A adaptação e o funcionamento da escola mostravam o grau de envolvimento das pessoas para a construção do campus. “A Reitoria e os demais campi da UTFPR também contribuíram com recursos e doações para tornar a Universidade um sonho possível”, comentou Nogueira da Silva.

Com instalações em sede própria na BR-369, o Campus Campo Mourão tem área construída de 10.441m², num terreno de aproximadamente 64.000m². Em seu complexo reúne salas de apoio didático, administrativas e de aula, laboratórios de desenho, informática, obras e alimentos, bibliotecas, ginásio de esportes e quadra poliesportiva.

São mantidos os cursos regulares de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado (Informática), Superiores de Tecnologia (Alimentos e Sistemas para Internet), Engenharias (Alimentos, Ambiental, Civil e Eletrônica), Programas de Formação Pedagógica e Especializações em diversas áreas.

Há também os cursos de extensão em diferentes áreas e de Língua Estrangeira Moderna.

Contando com cerca de 100 professores, 56 técnico-administrativos e 1.100 alunos o Campus Campo Mourão está se expandindo e se consolidará com a oferta dos Cursos de Engenharia Elétrica – ênfase em Eletrônica – e Licenciatura em Química, até 2012.

O **Campus Dois Vizinhos** foi criado em 1997, como Unidade de Ensino Descentralizada, vinculada à Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul/SC. O primeiro curso a ser ministrado foi o de Técnico Agrícola, com habilitação em Agropecuária. Em março de 1999 deu-se início ao primeiro Curso Técnico Agrícola no sistema Pós-Médio, com habilitações em Agricultura, Zootecnia e Agropecuária.

A vinculação com a entidade catarinense de Rio de Sul, como decidira o MEC, representava uma fonte de problemas para a UNED Dois Vizinhos, fosse de ordem administrativa como de apoio pedagógico, à medida que uma ação provisória se tornava permanente, com o passar dos anos. A distância entre as duas localidades era outro fator impeditivo de qualquer progresso – aproximadamente 360 quilômetros.

Em meados de 2001 surge a possibilidade de a Unidade Dois Vizinhos ser incorporada pelo Sistema CEFET-PR. Após vencer barreiras burocráticas, em 3 de setembro de 2003 deu-se o repasse para o Sistema CEFET-PR, vinculando-se administrativamente a Escola Agrotécnica Federal de Dois Vizinhos à UNED Pato Branco.

A transformação do Sistema CEFET-PR em Universidade Tecnológica Federal do Paraná, em 2005, refletiu diretamente nos objetivos acalentados há anos por Dois Vizinhos, quando foi criado seu campus, com sede administrativa no local.

A escola oferece cursos de Zootecnia, Engenharia Florestal

e Horticultura, além do Curso Técnico em Agropecuária. Em 2010, abriu um curso de especialização em Controle Biológico, voltado aos profissionais de nível superior – graduados nas áreas Agrárias, Biológicas, Humanas e afins – que atuavam no mercado regional.

O objetivo era o de fomentar o desenvolvimento rural sustentável com produção agroecológica de alimentos através do planejamento e gestão de projetos de produção e utilização de agentes de controle biológico.

Centro de excelência em Ciências Agrárias, o Campus Dois Vizinhos possui uma estrutura com todas as funcionalidades de uma fazenda produtiva. Ali são desenvolvidas diversas tecnologias disponíveis para a região nos diversos setores da agropecuária.

A escola possui laboratórios como os de fitotecnia, de análises de doença de plantas e água. Na fazenda-escola os alunos atuam em projetos de fruticultura com espécies recomendadas para a região; de culturas anuais; de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias.

Além disso, têm contato com a horta e suas etapas, com sistema de produção de mudas em estufa, mecanização, reflorestamento, avicultura de corte e postura, ovinocultura, suinocultura, bovinocultura de leite, agroindústria de processamento de derivados de carne e de leite, entre outras atividades.



O **Campus Apucarana** foi inaugurado em 12 de fevereiro de 2007, com o início das aulas do Curso Técnico em Industrialização do Vestuário, ministrado a duas turmas, uma no período matutino e outra no vespertino. O Campus funciona nas mesmas instalações que foram do antigo Centro Moda – Centro Tecnológico de Desenvolvimento Profissional do Norte do Paraná.

Como Apucarana é a “Capital Nacional do Boné”, pela característica de aglutinar indústrias que mensalmente produzem cerca de 4 milhões de bonés, ou 70% daquilo que é fabricado no país, entende-se o interesse da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Apucarana – ACIA em criar uma escola voltada ao ramo da confecção.

Foi o que aconteceu em 2002, com auxílio decisivo do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, do Ministério da Educação. A instituição era coordenada pela Escola Técnica Tupy, ligada à Sociedade Educacional de Santa Catarina, e tinha como mantenedora a Fundação de Ensino Técnico de Apucarana – FETAP. Esta, por sua vez, ligada à ACIA.

Em 2006, com a expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica promovida pelo governo, deu-se início a um processo de federalização de 18 escolas profissionais administradas por entidades comunitárias.

O Centro Moda entrou nesse rol, passando então para a administração da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Essa mudança ocorreu através de um esforço conjunto

da ACIA, FETAP, parlamentares, lideranças políticas da região e Prefeitura Municipal.

As atividades, que começaram em fevereiro de 2007 com o Curso Técnico em Industrialização do Vestuário, foram acrescidas no segundo semestre desse ano com o oferecimento do Curso Superior de Tecnologia em Design de Moda. Hoje, o campus oferta também o Curso Superior de Tecnologia em Processos Químicos, Engenharia Têxtil e Licenciatura em Química, além de especializações em diferentes áreas.

O Campus Apucarana tem em sua infraestrutura espaços administrativos e didáticos, com salas de aulas, biblioteca, anfiteatro e laboratórios como os de Bordado Computadorizado, Modelagem, Informática e Plotagem, Risco e Corte, Costura Industrial, Lavanderia Industrial, Serigrafia, Acabamento e Mecânica de Máquinas, Desenho, Química, Física e Biologia.

A extensão do Campus era de 11.818m² com aproximadamente 2 mil m² de área construída. Em 2008 foram doados os terrenos adjacentes, ampliando-se a área para 70.575m². As construções passaram a ocupar 3.177m².

Outros investimentos estavam previstos, com a aprovação de um projeto apresentado pela universidade junto ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI que liberou cerca de R\$ 3 milhões à instituição.

Entre esses investimentos estavam previstas melhorias com novas salas de aulas, Modateca, Tecidoteca, laboratórios de Tecnologia Têxtil, Qualidade e Produtividade, Tratamento de Resíduos.

O **Campus Londrina** iniciou suas atividades em 2007, ocupando instalações provisórias cedidas pela municipalidade, mais precisamente na Fundação do Ensino Técnico de Londrina, ofertando o Curso Superior de Tecnologia em Alimentos, o primeiro nesta modalidade na região.

A Prefeitura de Londrina cedeu para a Universidade Tecnológica Federal do Paraná um terreno de 74 mil m² na Gleba Lindóia, região Leste da cidade, sendo ali construído o primeiro bloco do complexo do Campus.

Cinco salas de aulas, 11 laboratórios específicos, biblioteca, ambientes administrativos começaram a dar a feição ao local. A partir de 2009, parte das atividades passaram a ser desenvolvidas

nesse endereço, e, em 2010, toda a estrutura mudou-se para as instalações próprias.

A finalização do segundo Bloco Didático proporcionou mais salas de aula, a criação do Laboratório de Geoprocessamento, Laboratório de Informática, e a estrutura física para implementação do PROEM – Programas de Estudos e Pesquisas no Ensino em Matemática, o Hotel Tecnológico e a Incubadora de Empresas.

Um terceiro bloco, com oito salas de aulas e 15 laboratórios, viria a atender as demandas dos cursos de Engenharia Ambiental e Engenharia dos Materiais, Técnico em Controle Ambiental (PROEJA), Curso Superior de Tecnologia em Alimentos, além de especializações em diferentes áreas.



O **Campus Toledo**, assim como os Campi Apucarana e Londrina, também foi inaugurado em 2007, mais precisamente no dia 5 de fevereiro. Era uma antiga aspiração reivindicada pela comunidade, concretizada com a implantação da UTFPR Toledo.

As aulas iniciaram-se uma semana após a solenidade de abertura da escola, com o curso de Ensino Médio Técnico Integrado em Gastronomia, composto por duas turmas: no período da manhã e da tarde. A escola instalou-se provisoriamente, em 2007, nas dependências da Fundação Educacional de Toledo – FUNET. Ali permaneceu por três anos, até mudar para sua sede.

No dia 23 de fevereiro de 2007, novo encontro movimentou a classe política e a comunidade acadêmica local. A Prefeitura Mu-

nicipal de Toledo adquiriu uma área de quase 69 mil m², junto ao Seminário Verbo Divino, para que nesse local fosse erguido o prédio da UTFPR Toledo.

O Bloco A foi inaugurado no dia 2 de julho de 2010. Com 3.500m² de área construída, compunham o bloco espaços para os setores administrativos, salas de aulas e laboratórios específicos para os cursos ali ministrados.

A instituição oferece Cursos de Engenharia Eletrônica e Engenharia Civil; Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Informática; Curso Superior de Tecnologia em Processos Químicos; Especialização em Projeto e Desenvolvimento para Ambiente Web e Programa Especial de Formação Pedagógica.

O **Campus Francisco Beltrão**, em atividade desde 2008, está instalado em uma construção de aproximadamente 4 mil m², sobre um terreno de 23 hectares. Nesse local são ministrados o Curso de Engenharia Ambiental e Curso Superior de Tecnologia em Alimentos.

Quando de sua inauguração, o primeiro curso ofertado aos alunos foi o de Tecnologia em Alimentos devido à significativa presença de indústrias alimentícias na região e à necessidade de mão-de-obra especializada.

O Campus pertencente à Universidade Tecnológica Federal do Paraná ocupa o espaço onde anteriormente existia a Fundação Cultural, Educacional e Tecnológica de Francisco Beltrão – TEXCEL, um centro educacional na área da tecnologia mantido pela Prefeitura Municipal. Em 30 de novembro de 2006 sua gestão foi transferida para a UTFPR, formalizando o Campus Francisco Beltrão, que iniciaria suas atividades em 14 de janeiro de 2008.

Localizado no interior do município – na chamada Linha Santa Bárbara – conta com laboratórios de panificação, análise

sensorial, bioquímica e análise de alimentos, microbiologia e microscopia de alimentos, química orgânica e inorgânica.

Tem ainda unidades de ensino-produção para processamento de cana de açúcar, hortifrutigranjeiros, leite, pescado, carnes e derivados.

O Curso de Engenharia Ambiental, presente desde 2009, foi um passo a mais em direção à consolidação do Campus que tem por meta ofertar também a Licenciatura em Química e um novo curso na área de Engenharia.

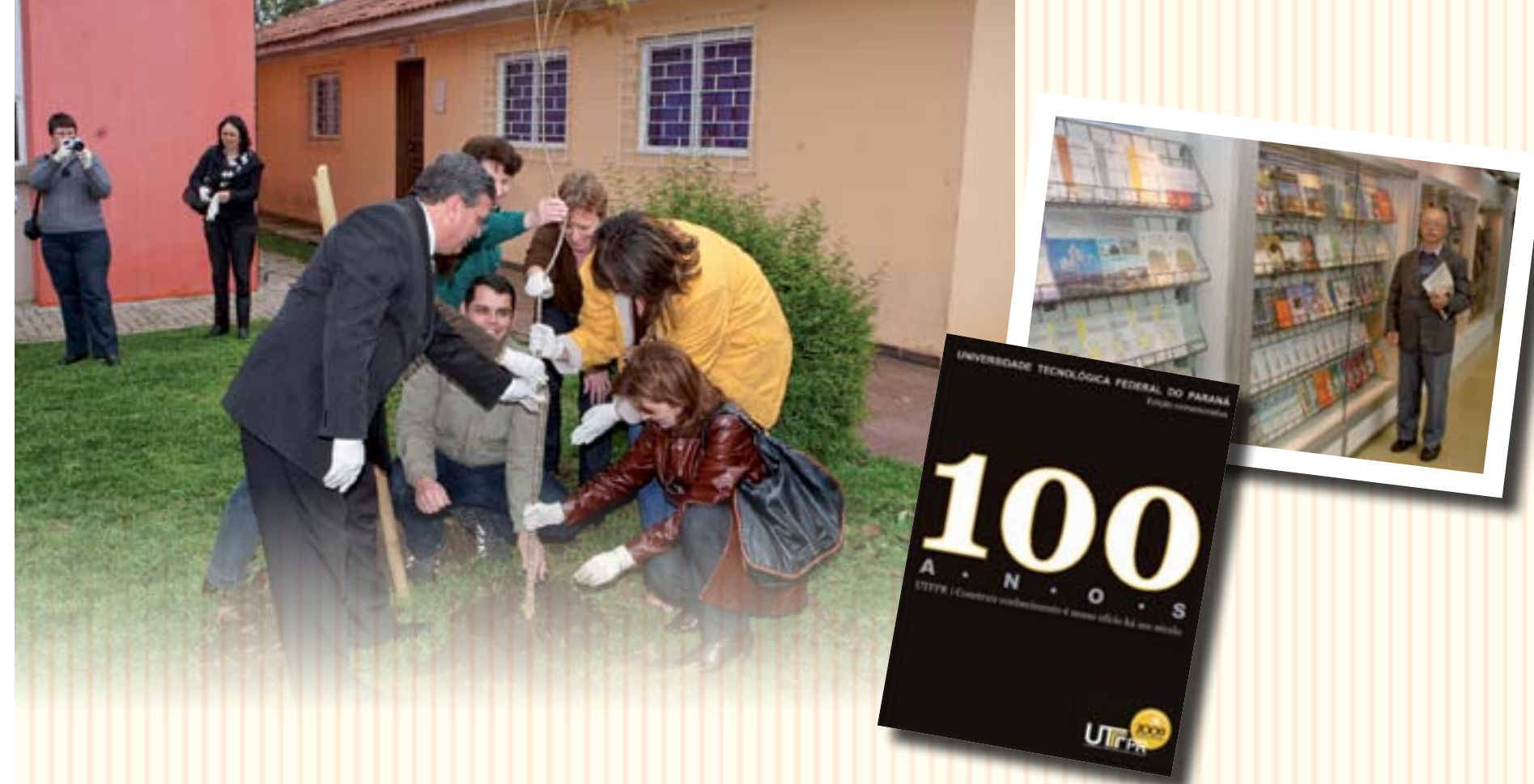
Campus Guarapuava: A criação do 12º campus da Universidade, a ser instalado na cidade de Guarapuava, em 2011, foi aprovada pelo Conselho Universitário em junho de 2010, com previsão de 204 vagas e abertura de três cursos ainda no primeiro semestre: o de Técnico Integrado em Mecatrônica, o de Tecnologia em Sistemas da Internet e o de Engenharia Mecânica.



Capítulo 4

Um século celebrado





Os 100 anos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná receberam a devida atenção por parte da reitoria, servidores e estudantes dos campi que formam o complexo educacional universitário. Em todos os campi da instituição as comemorações se sucederam.

Na Reitoria, sediada em Curitiba, onde tudo começou a partir da criação da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, em 1909, a semana iniciou com a solenidade de abertura das comemorações do Centenário da UTFPR no auditório da instituição. No mesmo local, às 18h30, houve o lançamento da Revista do Centenário.

Aos 00:01 do dia 23, o novo portal da UTFPR entrou no ar. Fruto do trabalho de uma equipe de servidores da Universidade, o novo portal teve como princípios facilitar o acesso às informações institucionais e possibilitar que aqueles que são fontes de informação pudessem disponibilizá-la, de forma simples, no mundo virtual.

Às 10h foi inaugurada a vitrine contendo a produção intelectual dos servidores da UTFPR.

Ainda no dia 23, houve comemorações variadas em todos 11 campi da Instituição: plantio de mudas de árvores, performances artísticas, espetáculos pirotécnicos, cultos ecumênicos, abraços e distribuição de bolo para alunos e servidores.

Vitrine Histórica, exposições do centenário, agenda histórica

Em setembro de 2008, foi aberta pelo Reitor Carlos Eduardo Cantarelli a Vitrine Histórica, primeira das seis exposições comemorativas ao Centenário da UTFPR. Composta de *banners* que ilustravam com fotos e textos a história da Instituição, de troféus conquistados em campeonatos esportivos e atividades culturais, fotografias dos campi da Universidade, além de periódicos que registraram essa história, a Vitrine foi transformada em exposição itinerante pelos campi. A história da Universidade foi contada também em outras cinco exposições: uma por ocasião da VII Corrida do Artilheiro, promovida pelo 5º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado do Exército - Grupo Salomão da Rocha (Quartel Boqueirão), e as demais no Aeroporto Internacional Afonso Pena, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, na Biblioteca Pública do Paraná e no Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, em Brasília. Dando continuidade à série de eventos voltados para a divulgação da história da Instituição aos públicos externo e interno da Universidade foram lançadas as pranchas *1909-2009 100 anos da UTFPR* e a *Agenda do Centenário*.

*Foto do verso:
Servidores do Campus Curitiba exaltam sua alegria na comemoração do Centenário da UTFPR*



Uma sessão solene ocorreu às 18 horas na Assembleia Legislativa, em homenagem à UTFPR. Compuseram a mesa o Presidente da Casa, deputado Nelson Justus, o Reitor da UTFPR, Carlos Eduardo Cantarelli, o Vice-Governador do Estado, Orlando Pesutti, o Deputado Péricles de Mello, proponente da homenagem da Assembleia Legislativa ao centenário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná; o Deputado Neivo Beraldin, representando o Senador Osmar Dias e Itamar Ribeiro, Diretor Regional dos Correios do Paraná.

No mesmo local, às 19 horas, deu-se o lançamento do Selo Comemorativo aos 100 anos da UTFPR. Em seguida foram homenageados os ex-diretores da instituição: Ricardo Luiz Knesebeck (período 1966-1972), Aramis Demeterco (período junho a julho 1972), Ivo Mezzadri (período 1972-1984), Ataíde Moacyr Ferrazza (período 1984-1988 e 1992-1996), Artur Antonio Bertol (período 1988-1992), Paulo A. Alessio (período 1996-2000) e Eden Januário Netto (período 2000 a 2008).

Também receberam homenagens os diretores dos campi da UTFPR presentes ao evento na Assembleia Legislativa: Devanil Antonio Francisco (Campus Cornélio Procópio), Marcos Flávio de Oliveira Schiefler Filho (Campus Curitiba), Sérgio Miguel Mazaro (Campus Dois Vizinhos), Marcos Massaki Imamura (Campus Londrina), Antonio Luiz Baú (Campus Medianeira), Tangriani Simioni Assmann (Campus Pato Branco), Luiz Alberto Pilatti (Campus Ponta Grossa), Carlos Roberto Juchen (Campus Toledo).



No dia 24, no auditório Bento Munhoz da Rocha Netto, o Ballet Teatro Guaíra apresentou *A Lenda das Cataratas do Iguaçu*, em comemoração aos 100 anos da UTFPR.

Às 14 horas do dia 25, realizou-se Sessão Solene do Conselho Universitário (COUNI), com a presença do presidente, Professor Carlos Eduardo Cantarelli; da secretária, Professora Isaura Alberton de Lima; dos representantes dos docentes, Almiro Weiss, Ana Cristina Macedo Magalhães, Cleonice Mendonça Pirolla, Eurico Pedroso de Almeida Junior, Hamilton Born, João Luiz Kovaleski, Paulo Osmar Dias Barbosa, Marcos Flávio de Oliveira Schiefler Filho, Décio Estevão do Nascimento, Edson Domingos Fagundes, Rui Francisco Marçal, Volmir Sabbi e João Carlos Chiochetta; do representante do MEC, Garabed Kenchian; do representante dos técnicos administrativos, Ivantuil Lapuente Garrido; do representante da Federação das Indústrias do Paraná, Luiz Carlos Baeta Vieira, da representante dos ex-alunos, Iara Macedo Foggatto e do representante da Federação da Agricultura do Paraná, José Carlos Gabardo.



Sete ex-diretores da instituição estiveram presentes: Ricardo Luiz Knesebeck, Aramis Demeterco, Ivo Mezzadri, Ataíde Moacyr Ferrazza, Paulo A. Alessio, Artur Antonio Bertol e Eden Januário Netto. Na sessão fizeram uso da palavra Luiz Carlos Baeta Vieira, representante dos Conselheiros e Entidades Externas; Garabed Kenchian, representante do MEC e Ricardo Knesebeck, representante dos ex-diretores e ex-presidentes do COUNI.



Às 15h30, no Auditório, houve o pré-lançamento do Livro Digital de Fotos da UTFPR, de autoria da professora Denise Elizabeth Hey David, e apresentação do Coral da UTFPR e Servidores no pátio coberto.

No Paço das Artes inaugurou-se a escultura *Engrenagem do saber*, criação do artista plástico e ex-aluno da escola, Luiz Antonio Gagliastri.

Um jantar comemorativo ao centenário da UTFPR, promovido pela Associação dos Servidores da UTFPR-ASSUTEF e pela Seção Sindical dos Docentes da UTFPR-SINDUTEF, às 20 horas do dia 26 de setembro de 2009, encerrou as festividades da semana.



Capítulo 5 Centenário lembrado nos Campi

As unidades da UTFPR no interior envolveram-se nas festividades em torno dos 100 anos de fundação da Instituição.

No **Campus Apucarana**, dia 21 de setembro, deu-se a abertura das comemorações no auditório, com pronunciamento do Diretor, execução do Hino Nacional, hasteamento da Bandeira Nacional. No pátio da entidade houve plantio de árvores, sendo que a data coincidia com o Dia da Árvore.

Dia 22 teve Mostra de Cinema com o filme Quase Deuses, no Auditório. Dia 23, pela manhã, culto ecumênico e bolo, no Auditório e Cantina do Campus. À noite, cerimônia com a participação de convidados e comunidade universitária, descerramento de placa comemorativa no Auditório. A seguir, show pirotécnico, bolo e coquetel, exposição de looks comemorativos ao Centenário feitos pelos alunos do Curso de Tecnologia e Design de Moda, na Cantina nova do Campus. Nessa mesma noite houve apresentação de banda sertaneja de Apucarana e um jantar na Associação dos Arquitetos e Engenheiros de Apucarana.

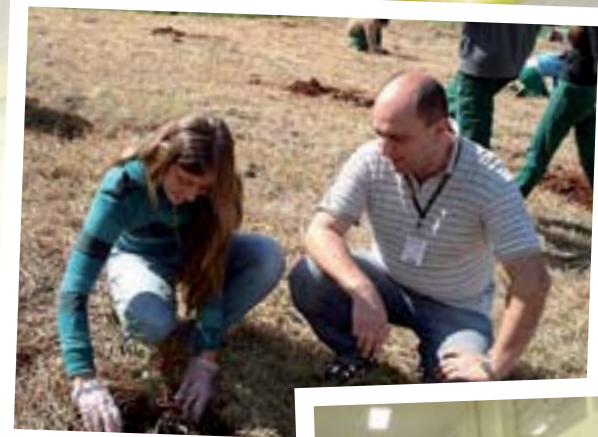


Foto do verso:
Performance com malabares recepciona os alunos no Campus Pato Branco



Primeira turma do curso Técnico em Alimentos - 1995

Departamento do CEFAPR Instalações improvisadas no Ginásio de Esportes Bela Carole - 1991



No **Campus Campo Mourão** foi apresentado um painel histórico do Campus, no dia 21. Dia 22 repetiu-se à tarde a exposição; às 19 horas, no Anfiteatro, uma solenidade envolveu a entronização de ex-diretores, descerramento da placa comemorativa aos 100 anos e lançamento do Livro de Varal de Poesia.

No dia 23, a manhã começou com hasteamento da Bandeira, execução do Hino Nacional e Culto Ecumênico no Anfiteatro. Às 10 horas, distribuição de bolo dos 100 anos para a comunidade universitária no pátio da instituição, o mesmo ocorrendo nos períodos da tarde e da noite, além da exibição do painel histórico que permaneceu como atração comemorativa até o dia 26. Na noite de 25 de setembro, um jantar dançante no Espaço Allure marcou festivamente a passagem do centenário da UTFPR.



No **Campus Cornélio Procópio**, dia 21 de setembro, às 8 horas, deu-se a abertura da Vitrine Histórica, exposição que permaneceu até o dia 25 de outubro. Ainda pela manhã houve participação de grupo de dança que apresentou números de Pas-de-deux e Street Dance. À noite, nova apresentação do grupo com Dança do ventre, Ginástica rítmica e Pas-de-deux.

Dia 22 as atrações tiveram início às 10 horas com a Mostra de Cinema – em cartaz o clássico *O Gabinete do Doutor Caligari*. Às 15 horas, exibição do filme *Stamboy*. Às 17 horas realizou-se um torneio de Street Basquete e às 21 horas, na Mostra de Cinema, foi apresentado THX 1138.

No dia 23, a manhã começou com hasteamento da Bandeira, apresentações da Banda Santa Cecília e do Tiro de Guerra. Às 15 horas, apresentação do Corpo de Bombeiros.

Dia 24, nos períodos da manhã, tarde e noite – respectivamente às 10, 15 e 21 horas – apresentação da Polícia Militar – Exposição de Armas.

Dia 25 as festividades foram encerradas com jantar comemorativo.





No **Campus Curitiba**, a semana começou com a aula pública do Centro de Excelência da Ginástica Rítmica. À tarde houve o plantio de árvores no Campus Ecoville e, à noite, o concerto de estreia da Orquestra de Câmara da UTFPR, regida pela maestrina Jesana Rezende, seguida da apresentação do Coral da Petrobras/REPAR, que executou uma música dedicada especialmente aos 100 anos da Instituição e outras composições para cada um dos campi.

No dia 22 houve apresentação de atividades artísticas, premiação do concurso Painel Decorativo e culto ecumênico. O dia 23 iniciou-se com a execução do Hino Nacional com a Banda do Exército no pátio coberto, e plantio de araucária com descerramento de placa comemorativa, além de performances de dança e distribuição de bolo. Às 15h30 houve o abraço da instituição por servidores e alunos.

No dia 24, atividades artísticas foram apresentadas pela manhã no pátio coberto. À tarde aconteceu a revitalização do painel *Ofícios*, de Poty Lazzarotto, com descerramento de placa comemorativa e abertura de uma exposição dos estudos do artista sobre o painel *Ofícios*. No pátio coberto apresentou-se o Coral da UTFPR e Servidores.

No dia 25, pela manhã, houve atividades artísticas no pátio coberto e som nos “queijinhos”, nos pátios da instituição.



No **Campus Dois Vizinhos**, no dia 21 de setembro, às 8h30, deu-se o plantio de 100 mudas de Araucária. Foram distribuídos aos alunos folhetos relativos ao Centenário da UTFPR e sobre a ExpoUT realizada na Praça do Pedágio.

Dia 22, às 16 horas, houve a Implantação do Núcleo de Documentação Histórica/ Banco de Imagens Históricas do Campus/ Murais/ Folhetos/ Vídeo Institucional.

Dia 23, pela manhã, participação em programas das rádios Educadora e Rádio RCV, seguida pelo hasteamento das Bandeiras e execução do Hino Nacional, e a celebração de um culto ecumênico. Às 10 horas, distribuição de bolo para servidores e alunos. Às 15 horas uma carreata reunindo professores, servidores e alunos percorreu o centro de Dois Vizinhos.

Dia 24 foi divulgado o edital para o Concurso de Fotos do Campus e às 16 horas, no Ginásio de Esportes, aconteceu o Encontro Regional do estilo *Wado Ryu de Karate-Do*.

Dia 25 servidores, alunos e demais autoridades da região fizeram caminhada pela Trilha Ecológica, visitaram as Unidades de Ensino e Pesquisa, laboratórios e demais áreas do Campus.





No **Campus Francisco Beltrão** as festividades começaram na manhã de 21 de setembro com plantio de árvores, pronunciamento do Diretor, lançamento do edital do Concurso de Fotografias, lançamento da Campanha Solidária para os desabrigados da cidade de Guaraciaba/SC.

Dia 22, às 18 horas, houve pronunciamento do Diretor na Câmara dos Vereadores.

Dia 23, às 9h10, executou-se o Hino Nacional com hasteamento das Bandeiras e distribuição de bolo. À tarde e à noite também houve a distribuição de bolo em alusão ao centenário. Ainda nesse dia o Jornal de Beltrão trouxe encartado material sobre a UTFPR.

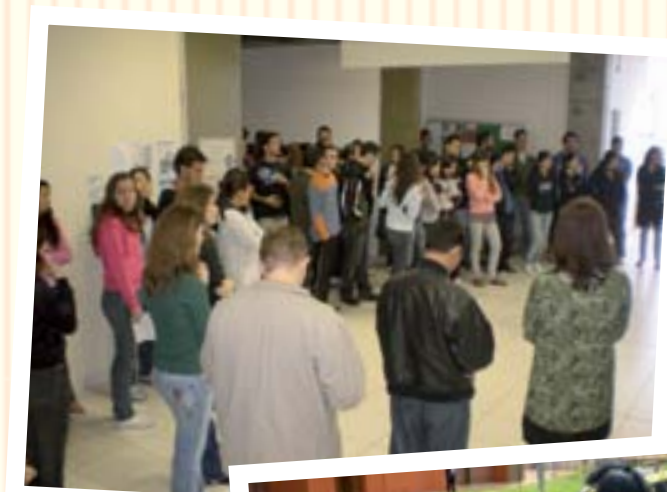
Dia 25 deu-se a entrega da arrecadação da Campanha Solidária aos desabrigados de Guaraciaba. As atividades foram encerradas com um jantar comemorativo.

No **Campus Londrina**, às 9h50 de 21 de setembro, houve a Cerimônia de Aniversário com a celebração de um culto ecumênico. Dia 22 aconteceu um Abraço na UTFPR.

Dia 23 foi lida a mensagem do Presidente da República, houve pronunciamento do Reitor e do Diretor do Campus, seguindo-se a distribuição de bolo para alunos e servidores. A mesma solenidade repetiu-se para as turmas da tarde e da noite.

Dia 24 houve plantio da árvore do Centenário, no Jardim das Bandeiras e no dia 25, às 17h30, alunos e servidores participaram da Festa do Centenário na quadra Poliesportiva.

Dia 26, às 16 horas, um churrasco marcou a passagem do Centenário da UTFPR, na Associação do Pessoal da Universidade Estadual de Londrina.



No **Campus Medianeira** a série de homenagens ao Centenário teve início às 8 horas da manhã de 20 de setembro com uma Caminhada Ecológica. No dia 21, pela manhã, houve recepção dos alunos e servidores com apresentações artísticas, seguido por Intervalo em Movimento e distribuição de bolo aos presentes. O mesmo aconteceu para as turmas da tarde e da noite.

Dia 22, às 9h45, teve Intervalo em Movimento, às 9h45 e às 10 horas foi plantada a árvore símbolo do Centenário no gramado em frente à pista. Às 11 horas, apresentação da peça teatral *UTFPR: 100 anos de uma jovem senhora*. O espetáculo foi encenado novamente às 16h30 e 19 horas para as turmas dos períodos da tarde e noite.

Dia 23, os jornais *Mensageiro* e *Nossa Folha* trouxeram matérias tendo como enfoque a história centenária da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Às 15h15 deu-se a premiação do Concurso de Redação *100 anos da UTFPR*.

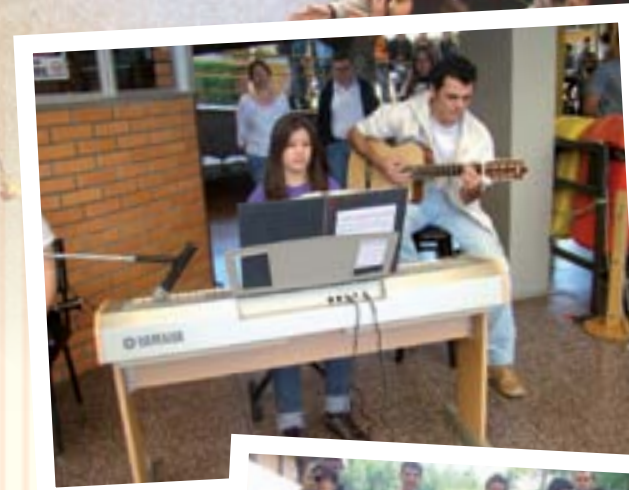
Dia 24, às 15h30, houve lançamento dos IV Jogos Integrativos Centenário – Ensino Médio, e à noite o lançamento da 3ª Copa Universitária Centenário – Ensino Superior. Dia 25 o Intervalo em Movimento ocorreu, respectivamente, às 9h45, 15h15 e 20h55. Dia 26, uma Tenda do Centenário permaneceu montada na Praça Presidente Getúlio Vargas, das 8 às 17 horas.



No **Campus Pato Branco**, dia 21 de setembro, a partir das 7h20 houve a recepção dos alunos e servidores com apresentações artísticas (sombras, malabarismo, entre outros números) e, às 10 horas, Abertura da Semana do Centenário da UTFPR com transmissão do pronunciamento do Reitor pelas dependências do Campus: pátio, blocos inferiores e superiores, etc. As mesmas atividades registraram-se no período noturno.

Dia 22, às 10 horas, houve plantio de árvore símbolo do Centenário da UTFPR, no gramado em frente à pista de Atletismo. No dia 23 o jornal *Diário do Sudoeste* trouxe reportagem sobre o Centenário da UTFPR. Às 10 horas e às 21h10 houve a distribuição do bolo do Centenário a toda a comunidade universitária.

Dia 24, o grupo teatral Gayati levou a peça *Memórias do Oriente* no Anfiteatro, em duas sessões, aos estudantes da manhã e da noite. Houve ainda no período uma programação permanente no campus – painéis de mensagens para a UTFPR Aniversariante.





No **Campus Ponta Grossa**, às 8 horas de 21 de setembro, foi aberta no mirante a exposição *Produções Literárias e Desenhos – UTFest*, que permaneceu no local até dia 26, das 8 às 22 horas. Nova exposição foi instalada no Shopping Palladium: *Painel Linha do Tempo*. Esta também permaneceu até o dia 26, das 10 às 22 horas. Às 14 horas realizou-se visita a crianças em creches, dentro do Projeto UTFPR Cidadã e Programa Comunidade Integrada na Multiplicação do Conhecimento – CIMCO.

Dia 23, às 9 horas, houve solenidade oficial com pronunciação do Diretor do Campus, inauguração da Vitrine Histórica e bolo para convidados, servidores e alunos. Às 15 horas bolo para servidores e alunos e culto ecumênico às 16 horas. O grupo de teatro UTFest levou ao palco, às 19 horas, a peça *Até que o felizes para sempre acabe*. Às 21 horas, novamente houve bolo para servidores e alunos.

Dia 25 realizou-se visita a idosos em asilo, dentro do Projeto UTFPR e Programa CIMCO. À noite fez-se um concurso de Bandas UTFest.



No **Campus Toledo**, na manhã de dia 22 de setembro, houve o plantio de árvores.

Dia 23, às 8 horas, houve hasteamento da Bandeira, execução do Hino Nacional e às 16 horas uma Olimpíada de Gastronomia em homenagem ao Centenário.

Dia 24, às 16 horas, doação de sangue no Hemocentro de Toledo e, às 20 horas, jantar no Restaurante Vitória. O bolo de aniversário, oferecido à comunidade do Campus, aconteceu no dia 25 às 10, 16 e 21 horas.

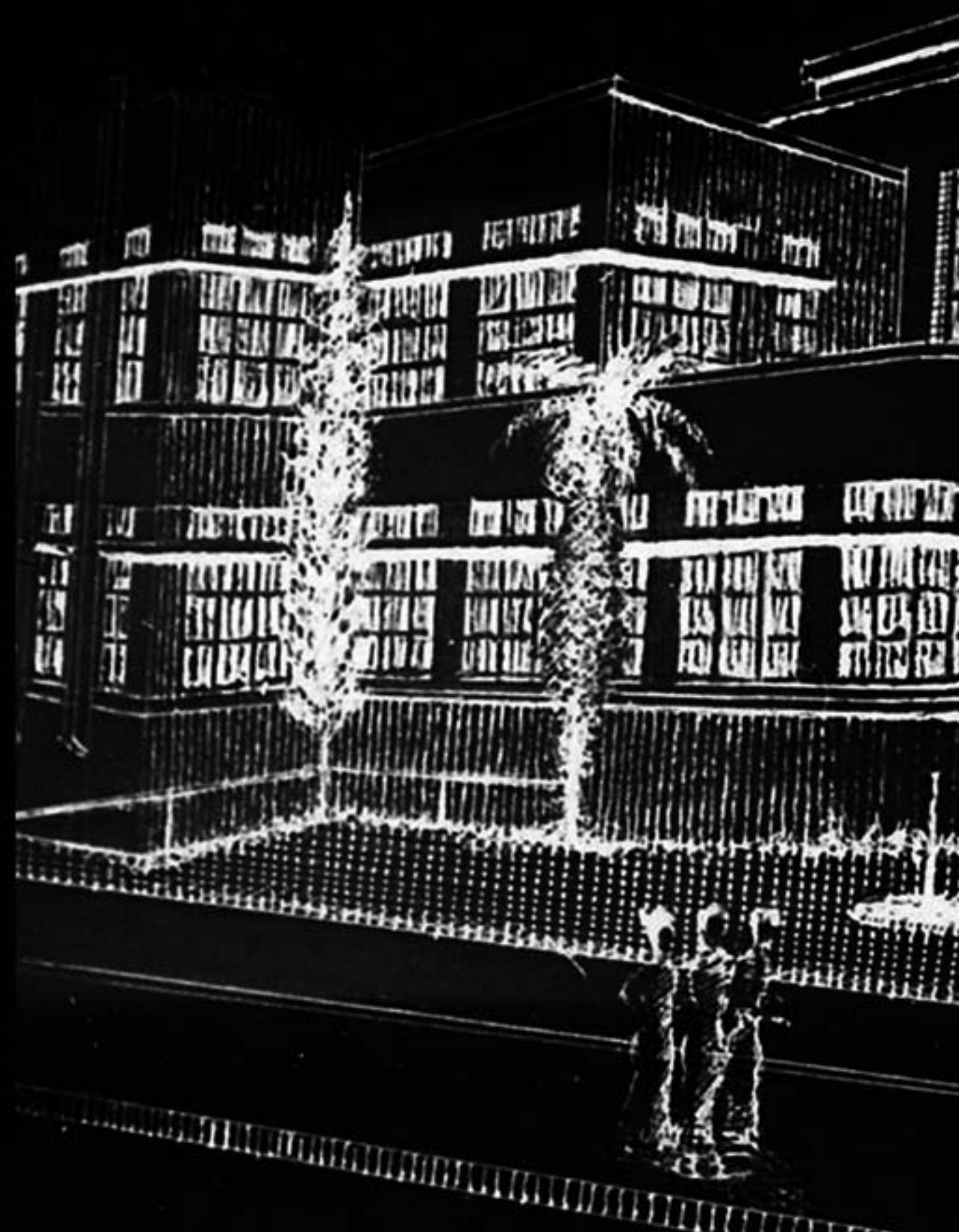
Dia 26, às 8 horas, realizou-se a caminhada 100 Km do Centenário, tendo em seguida salto de pára-quedas e recreação no Lago Municipal Diva Pain Barth.

Dia 27, às 19 horas, uma celebração religiosa em homenagem ao Centenário da UTFPR, na Catedral de Toledo, encerrou a semana de festividades.



UTFPR
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ





Ministério
da Educação

UTFPR
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

ISBN 978-85-7014-062-3



9 788570 140623